

Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência

Maria Luiza Cunha Lima

Março de 2004

Sumário

Sumário	i
Banca Examinadora	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Introdução	xi
1 Sócio-cognitivismo e Cognição	1
1.1 A língua é uma ação conjunta	9
1.2 A língua é fundamentalmente social	17
1.3 A língua é tanto social quanto cognitiva	24
2 Objetos de Discurso	42
2.1 Algumas considerações sobre a concepção de referência	43
2.2 Referência e Referenciação	51
2.3 Progressão referencial	59

3	Anáfóra e Indefinido	73
3.1	Indefinido	73
3.1.1	Indefinido e Anáfóra: O caso das “ <i>Donkey sentences</i> ” .	80
3.2	Ocorrências Anafóricas das Expressões Indefinidas	82
3.2.1	Conceito de Anáfóra	82
3.2.2	Usos Anafóricos do Indefinido: A Proposta de Schwarz	83
3.2.3	Funções Anafóricas do Indefinido	87
3.2.4	Formas de emprego do Indefinido	94
4	A semântica do Indefinido	102
4.1	Teoria das Descrições	105
4.2	Contestações à Teoria Russelliana	112
4.2.1	On Referring	112
4.3	O Indefinido Como Indicador de Novidade	118
4.4	Funcionalismo e Indefinido	124
4.4.1	Familiaridade	132
5	Indefinido anafórico e eventos	154
5.1	Experimento	165
5.1.1	Teste inicial	165
5.1.2	Experimento	169
5.1.3	Materiais e Métodos	171
5.2	Discussão	178
	Conclusão	185
	Referências	190

SUMÁRIO

iii

Apêndice

198

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Ingedore Villação Koch - orientadora

Prof. Dr. Edson Françaço - co-orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Navas

Prof^a Dr^a Graziela Zamponi

Prof. Dr. Luiz Antonio Marcuschi

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Agradecimentos

A Inge, minha madrinha, pelo carinho, incentivo, amizade e puxões de orelha e pela orientação cuidadosa, rigorosa e estimulante.

A Edson por sua generosidade, amizade e pela orientação sempre tão brilhante.

Ao amigo Orlando, por tanto trabalho junto e por ter me ensinado tantas coisas.

Aos amigos do Lafape, Alexsandro, Carmem, Jussara, Leo, Luciana Ruiz, Leandro, Martina, Ricardo e Val, sem os quais o dia-a-dia da pesquisa teria sido tão mais difícil.

Em especial, aos amigos Renato e Laudino, pela amizade, pelas boas conversas e pelas inúmeras vezes em que me tiraram de apuros tecnológicos.

Às minhas companheiras cajazeiras, Suzi e Sandrinha por tudo que dividimos, pela amizade e pelo ombro sempre tão amigo.

A Antonio Carlos, Carmi e Lucas pela generosidade e apoio, principalmente quando cheguei sozinha em Campinas.

Aos amigos Graziela, Chico, Clécio, Edvânia, Kassandra e Livia.

Às Professoras Anna Christina Bentes e Edwiges Morato pela amizade e pelas muitas oportunidades que me proporcionaram.

Ao Prof. Rodolfo Ilari pelas aulas sobre anáfora e por me inspirar a tratar do indefinido, além de me permitir usar os exemplos do CÃIMBRA.

A Mônica Cavalcante pelos comentários, conselhos e amizade.

À Prof^a. Eleonora Albano e ao Prof. Plínio Barbosa, pelas leituras nas qualificações e por todo apoio no LAFAPE.

A Ana Luiza Navas, pelo apoio para montar os experimentos e discutir os resultados.

Ao Prof. Marcuschi por ter me inspirado a começar e por ter sido sempre um referencial tão importante.

Aos meus sujeitos, que tão sollicitamente cederam seu tempo para os experimentos.

Ao CNPq, pelo finacimento desta pesquisa através da bolsa de doutorado.

A meus pais, Ricardo e Francisca, aos meus irmãos Ana e Pedro e aos meus sobrinhos amados, Bruno e Helena. Por tudo, pois devo tudo à vocês.

E a Pablo, especialmente, pelo carinho, companheirismo, pela ajuda, pela paciência e apoio, por todo amor do mundo. Você é como uma árvore grande e forte, para onde eu posso sempre voltar, sem você nada seria possível.

Resumo

Nesta tese procuramos refletir sobre as ocorrências anafóricas de expressões nominais indefinidas, tentando, por um lado, entender melhor o emprego do artigo indefinido (um) e, por outro, investigar estas ocorrências à luz de seu processamento psicolinguístico. Partimos da perspectiva teórica da língua como ação conjunta e como um fenômeno, a um só tempo, social e cognitivo. Nesta perspectiva, a referência é vista como um processo realizado na interação.

As ocorrências anafóricas de expressões nominais indefinidas não foram normalmente previstas nas teorias semânticas sobre o indefinido, que em geral preconizam que este pode, apenas, servir como introdutor de referentes. No entanto, a existência dos indefinidos anafóricos foi apontada por alguns autores (como Koch e Schwarz). Neste trabalho, levantamos e analisamos um pequeno *corpus* de ocorrências de indefinidos anafóricos. Contrariamente ao que tradicionalmente tem sido dito nas tradições semânticas, o indefinido pode funcionar como anafórico em duas situações específicas. Em primeiro lugar, quando a relação anafórica expressa é do tipo parte-todo, que vai incluir ocorrências partitivas e especificadoras. O segundo tipo de anáfora com indefinido acontece quando a ou frase que contém a expressão nominal indefi-

nida não apresenta nenhum verbo finito que expresse um evento diferente do evento no qual o antecedente tenha sido introduzido, ou quando este verbo finito aparece em orações relativas. Existe, portanto, uma relação entre o verbo e o estabelecimento dos referentes das expressões nominais indefinidas.

Para juntar evidência de natureza psicolingüística a esta hipótese realizamos dois experimentos. O primeiro consistiu em um teste de aceitação de pares de sentença que variavam quanto a ter uma expressão nominal definida ou indefinida seguida ou não por um verbo finito. O teste mostrou que, consistentemente, a introdução do verbo finito implicava no estabelecimento de um novo referente, enquanto a ausência desse verbo (ou sua presença numa oração relativa) levavam à leitura de manutenção referencial. Em seguida, os mesmos pares de sentença foram utilizados para a realização de um teste que media os tempos de leitura das expressões da sentença. Esse segundo experimento revelou um tempo de leitura do verbo da segunda sentença significativamente mais longo quando este seguia uma expressão nominal indefinida do que quando seguia uma expressão nominal definida. Isto parece confirma que a leitura do verbo exige um trabalho cognitivo extra nesta situação, presumivelmente o trabalho de estabelecer um referente novo.

Esta conclusão tem implicações para os modelos cognitivos do processamento de expressões referenciais, indicando que a interpretação destas expressões acontece de forma distribuída ao longo do texto, o que traz evidência psicolingüística para a possibilidade de um processo de referenciação como uma construção na dinâmica textual.

Abstract

In this work we aim to study the anaphoric occurrences of indefinite nominal phrases. We try, on one hand, understand the indefinite determiner usage and, on the other, investigate these occurrences from a psycholinguistic point of view. We depart from a theoretical perspective which looks at language as a kind of joint action and as a phenomenon, at one time, social and cognitive. Reference is viewed, therefore, as a process taking place in interaction.

Anaphoric occurrences of indefinite phrases where not usually predictable from most anaphora theories. However, the existence of such anaphora was pointed by authors like Koch e Schwarz. In this thesis, we analyze a small corpus taken from Brazilian press and contemporary literature. We found that indefinites can be anaphoric in two specific situations: expressing part-whole relations and when the sentence in which the indefinite NP occurs does not contains an event different from the event present in the sentence in which the antecedent candidate has firstly appeared. There is, therefore, a relation between the events and referential saturation of indefinite expressions.

We conducted a psycholinguistic experiment in order to test this hypotheses. The experiment consisted in a self-paced reading task in which the subjects where asked to read pairs of sentences which varied along the

following lines: whether they were initiated by a definite or indefinite NP and whether those NPs were followed by a finite verb or not. The results confirmed our hypotheses, since verbs following indefinite NPs took significantly much longer to read than the ones following definite ones. This difference is, presumably, due to the setting of a new referent, asked by the new event.

Those conclusions have implications for the cognitive models chosen for explaining referential expressions processing, indicating that the interpretation of those expressions occurs not only in the processing of expression itself but in a distributed manner along the text.

Introdução

Neste trabalho, investigamos processos de referenciação do ponto de vista cognitivo, particularmente as ocorrências de expressões indefinidas anafóricas. O nosso primeiro objetivo foi estabelecer em quais condições uma expressão nominal indefinida pode receber uma leitura anafórica. Consideramos, como veremos, que o indefinido anafórico constitui mais uma forte evidência para que a referência seja entendida como algo construído localmente ao longo da interação. A partir daí, discutimos quais as implicações das condições encontradas para a construção de um modelo adequado de cognição e processamento lingüístico.

Depois de uma fase inicial em que poderia ser considerada principalmente uma gramática do texto (por exemplo, Van Dijk, 1980), a lingüística textual passou a ter entre suas preocupações centrais os aspectos cognitivos do texto¹. Em parte, a forte ascensão das ciências cognitivas influenciou essa preocupação. No entanto, o mais importante foi a constatação da impossibilidade de se compreender apropriadamente o texto sem considerar a cognição.

O primeiro modelo de cognição adotado por importantes lingüistas tex-

¹Confira-se por exemplo, Van Dijk (1997).

tuais era claramente apoiado em modelos computacionais clássicos². Um exemplo disso é a forte influência que trabalhos como os de Schank e Abelson (?) teve neste fase da lingüística textual. Um modelo como o de Schank e Abelson (1977) introduziu termos como *scripts*, que o falante teria armazenado como um modelo mais abstrato da interação; *slots*, como as variáveis, isto é, os lugares “vazios” previstos no *script* que o falante teria que preencher com referentes ou eventos concretos; (chamados de *fillers*), e assim por diante. A cognição é vista como um processamento de representações estáveis seguindo uma série de regras precisas, um determinado algoritmo.

Esse modelo clássico de cognição, apesar de bastante poderoso num nível mais geral e abstrato, tem muita dificuldade em explicar de forma mais concreta vários aspectos do processamento textual. Um dos pontos em que essa dificuldade é mais visível é a dificuldade de selecionar ou estabelecer o sentido das expressões nominais em textos reais.

Já foi várias vezes apontado o fato de que o sentido dos itens lexicais, quando considerado em contexto, apresenta uma grande flexibilidade, ao mesmo tempo em que apresenta a capacidade de exprimir precisamente diferenças muito sutis de sentido (Cruse, 1986; Clark, 1992, 1996; Dunbar, 1992; Murphy, 2002).

Um exemplo dessa propriedade do sentido lexical é a precisão com que um sentido específico é selecionado para uma palavra polissêmica em um dado contexto. Outro exemplo é o que autores como Cruse (1986) e Murphy (2002) chamam de *modulação* ou *modificação contextual do sentido*, a propriedade de um item lexical de exibir um grande especificação conforme ocorra em

²Embora dificilmente essa ligação seja apontada em trabalhos de lingüística textual.

diferentes contexto. Por exemplo, Anderson e Ortony (1975) compararam sentenças como: “*O contador bateu um prego*” e “*O contador bateu na mesa*”. Na primeira sentença o verbo *bater* parece envolver o uso de um martelo, enquanto na segunda o mesmo verbo parece envolver o uso do punho. Essas diferenças sugerem que o sentido de *bater* não é apenas ativado ou selecionado num banco lexical pré-existente mas elaborado naquele contexto específico.

Existe, ainda, uma enorme quantidade de evidência textual que demanda uma explicação cognitiva adequada. Vários fenômenos, apontados mais especificamente nas teorias da referenciação (especialmente no estudo da anáfora, como a anáfora sem antecedente explícito e anáforas indiretas, mas também a construção das categorias) são também dificilmente explicáveis pelos modelos cognitivos e computacionais clássicos.

Na base da dificuldade está a compreensão da representação como uma unidade estável e discreta do sistema e na concepção do uso da palavra como uma operação de ativação ou seleção de um entidade já previamente estabelecida no sistema³. Esse tipo de unidade de representação, para exibir o comportamento efetivamente encontrado em texto reais, exigiria um grande número de operações e soluções *ad hoc* que não foi, até onde sabemos, proposto com sucesso por nenhum adepto do cognitivismo clássico.

As dificuldades destas teorias tradicionais da representação levaram muitos teóricos, preocupados com a construção do sentido em textos ou na interação, a rejeitar o próprio conceito de representação (por exemplo, Bron-

³A dificuldade é clara: qual o processamento postular para explicar como uma unidade estável e discreta apresenta um comportamento tão flexível e tenha limites aparentemente tão difusos.

kart, 1999; Mondada, 2003), vendo-o ora como desnecessário, ora como decididamente equivocado.

A cognição passa a ser encarada por estes autores como algo estritamente social (no sentido de ser explicável sem nenhum recurso a elementos “internos” como a mente, por exemplo). As formas de cognição social passam a ser então o foco de muitos trabalhos sobre texto e interação.

Cognição social é, obviamente, um tema extremamente relevante de pesquisa, indispensável para a compreensão da cognição de uma forma mais ampla. Trabalhos muito importantes têm sido feitos na área, como os do próprio Bronckart, Mondada, além de autores como Hutchins (1995, por exemplo). Acreditamos, no entanto, que é necessário estudar igualmente os processos cognitivos “internos”, individuais.

Na realidade, consideramos que a separação estrita entre individual/social ou interno/externo cria uma falsa dicotomia. Como vários autores tem apontado (Hutchins, 1995; Clark 1996; Tomasello, 2003; entre outros) quaisquer que sejam os processos individuais, serão de um tipo compatível com os processos socialmente observáveis. O processamento “interno” do indivíduo é parte do processo social, assim como, claramente, os processos sociais orientam aqueles que chamamos individuais. Na realidade, é difícil determinar o limite entre uns e outros processos. Consideramos mais apropriado compreender que uma orientação mais preocupada com o processo cognitivo individual ou social deverá ser mais um ponto de vista do que uma decisão a respeito de “onde” a cognição está realmente acontecendo.

Em outras palavras, uma compreensão abrangente da cognição deverá conter explicações para fenômenos como memória, atenção, processamento,

assim como para fenômenos como interação, criação e circulação de conhecimentos, só para citar alguns temas caros às duas abordagens.

Voltando ao sentido lexical e à interpretação das expressões nominais em contexto, um modelo abrangente de cognição deve poder dizer algo sobre que tipo de informação semântica pode ser mobilizada e que tipo de processos estão envolvidos em seu uso concreto. Como já dissemos, os modelos computacionais clássicos da cognição tem tido pouco sucesso na resolução dessas questões de uma maneira minimamente satisfatória para aqueles preocupados com o texto e a interação.

Modelos alternativos, sobretudo a concepção dinâmica da cognição, parecem ser mais capazes de lidar com estas questões. A grande vantagem desses modelos é a possibilidade de prescindir de uma representação estável e discreta das unidades envolvidas no processamento. Outro componente que aproximaria idéias dinâmicas das teorias de referenciação é a necessidade de incorporar ao modelo um elemento que não tem recebido muita atenção nas teorias lingüísticas: *o tempo*. O gerenciamento dos processos de referenciação, que implicam no estabelecimento de novos referentes e na retomada de referentes já introduzidos (a tensão dado e novo) é apenas a face mais contundente e acessível da necessidade de entender os processos semânticos como acontecendo numa sucessão temporal real, como um fenômeno dinâmico e em constante processo de estabilização; em outras palavras, da necessidade da incorporação da história da interação nos estudos do texto e da semântica.

A escolha por diferentes expressões nominais, ou, mais especificamente, de diferentes determinantes para os nomes, é crucial para a construção referencial. Os determinantes parecem ser capazes de colocar os nomes em “pers-

pectiva”. São sabidamente fundamentais para a decisão de se informação é dada ou nova, para o reconhecimento de correferência ou de anáfora. Parecem prover instruções (ou restrições) locais para que um nome (e seus complementos, se houver) sejam integrados à dinâmica textual, por exemplo: ora interpretado como retomando um referente já estabelecido ou como estando associado a este referente, ora assinalado como um referente novo naquele discurso, sendo interpretado como um referente genérico ou específico e assim por diante.

Como se vê, um das motivações fundamentais para a escolha de um determinante para uma expressão nominal qualquer num dado momento do discurso é a história do discurso até o instante, os referentes já introduzidos, ou já inferíveis, as possibilidades que os falantes atribuem a um referente de ser reconhecido como definido ou identificável. Essas possibilidades não são dadas *a priori* por um conjunto de regras, mas são negociadas na interação, envolvendo crenças, propósitos e os conjuntos de conhecimentos que se presume partilhados.

A dinâmica dado-novo é um dos exemplos mais claros de que a construção do sentido ou o estabelecimento de um referente ao longo da progressão de um texto, de uma dada interação, dependem em grande parte de negociações e soluções situadas num certo contexto. Apesar de serem conceitos difíceis de precisar, o reconhecimento da informação dada e da informação nova são obviamente cruciais para a compreensão ou produção de textos. E são, também de forma óbvia, essenciais no estabelecimento das anáforas, sejam correferenciais ou não.

Há, portanto, uma relação entre determinação nominal e categorização,

que está longe de ser uma função linear, na qual, dadas regras prévias de combinação, é possível determinar um sentido literal. Neste trabalho, limitar-nos-emos a investigar essa relação para o indefinido, principalmente em situação anafórica. Procuraremos caracterizar o indefinido como um elemento fundamental para a construção local do sentido e como um “modo de apresentação” da categoria.

Como este modo de apresentação está intimamente ligado à forma pela qual os referentes são negociados e estabelecidos na interação e são dependentes da história local da interação, não é adequado falar do emprego de categorias estáveis e discretas que são simplesmente mobilizadas (como num almoxarifado). Muito ao contrário, é preciso entender estas categorias como sendo inerentemente flexíveis e dinâmicas.

As ocorrências do indefinido anafórico são interessantes neste quadro porque constituem uma evidência processual forte para um modelo de dinâmico de cognição.

Além de estabelecermos que expressões nominais indefinidas podem de fato ser anafóricas, ao investigarmos as condições em que tais anáforas podem ocorrer, levantamos a hipótese de que o estabelecimento da interpretação (ou da referência) das expressões nominais não depende da análise da expressão nominal em si, mas acontece ao longo do discurso, incorporando outros aspectos da sentença em que ocorre, mais especificamente a presença ou ausência de um verbo finito e o evento expresso por esta sentença.

Se nossa hipótese estiver correta, o processamento das expressões nominais indefinidas funciona como uma instrução local para a construção da referência, uma instrução muito sensível às condições contextuais. Por outro

lado, o *status* que se convencionou dar ao indefinido de marcar sempre um referente novo fica abalado e torna-se possível postular um processo mais complexo para o estabelecimento de referentes novos, que envolve um princípio que chamaremos de “princípio de economia referencial”: não multiplique os referentes sem necessidade. Isto é, se o referente for coerentemente mapeável com o um referente já ativado, considere que está havendo uma retomada. Na verdade, este princípio não é novo: ele aplica-se às expressões referenciais em geral, mas aparentemente não era tido como aplicável ao indefinido, distinto justamente por sempre introduzir referentes.

Esta tese está dividida em cinco capítulos (além da introdução e conclusão). No Capítulo 1, trataremos do sócio-cognitivismo, desenvolvendo a concepção de língua que adotaremos ao longo do trabalho. Além de estabelecer nosso referencial teórico, neste capítulo, procuraremos evidenciar que estas teorias tornam necessária a revisão dos modelos já adotados de cognição e processamento e a busca de opções mais afinadas com o quadro teórico geral.

No Capítulo 2, enfocaremos, principalmente os conceitos de objeto de discurso e referenciação, dentro da dinâmica textual. Procuraremos mostrar a inevitável flexibilidade do processo de construção do sentido e a inadequação da visão de língua como correspondência.

No capítulo trataremos mais especificamente dos casos de expressões nominais indefinidas anafóricas.

No capítulo 3, focaremos num tipo determinado de progressão referencial: a realizada por indefinido. Trataremos dos poucos trabalhos sobre o tema (especialmente da proposta de Schwarz, 2000) e da falta de reconhecimento

do fenômeno na literatura. Apresentaremos, ainda, o *corpus* recolhido e os tipos de relação entre antecedente e anafórico que pudemos encontrar. Procuramos classificar estas relações e divimos as ocorrências em basicamente dois grupos: os usos meronímicos e as tematizações-remáticas (anáforas com o papel de qualificar o referente).

As ocorrências meronímicas já foram apontadas na literatura e suscitaram um razoável debate (Kleiber, 2001; Schenedcker e Theissen, 2003), permeando aberta uma certa controvérsia a respeito de se estas ocorrências são ou não anafóricas (veja-se, por exemplo, Kleiber, 2001).

Já as tematizações-remáticas não foram anteriormente apontadas na literatura. São casos em que o referente é retomado para uma maior especificação do tipo a que ele pertence, isto é, para um refinamento da operação de identificação de tipo realizada na sua introdução.

Em seguida, capítulo 5, analisaremos algumas propostas sobre o funcionamento do indefinido. Primeiro, numa tradição mais semântica, sobretudo a tradição da teoria das descrições, depois propostas que chamamos de funcionalistas que têm em comum enxergarem o indefinido como um indicador do *status* informacional do referente (no caso indicando o *status* de novo do referente). Analisaremos, ainda, outra propostas semânticas de tradição mais estruturalista (especialmente Christophersen, 1939; Hawkins, 1978 e Chesterman), nesta tradição, é possível ver o artigo como responsável por um modo de apresentação do referente, isto é, como um trabalho local sobre os sentidos mais gerais do referente (que eles chamam de extensividade). Deste modo específico decorreria a possibilidade do indefinido ser especialmente capaz de introduzir o novo anafóricas.

No capítulo 6, apresentaremos nossa proposta para o funcionamento do indefinido anafórico, especialmente nos casos de tematização remática. Um indefinido anafórico em só pode ocorrer tematização-remática nas condições em que o evento seja o mesmo que aquele no qual a expressão anafórica for introduzida. Isso pode ocorrer em um das seguintes situações: 1) ou o evento é retomado na sentença na qual o anafórico ocorre, de tal maneira que a expressão indefinida permanece ainda, por assim dizer, no “escopo” da mesmo evento no qual o seu antecedente foi introduzido; ou 2) o anafórico acontece em casos nos quais não há um verbo finito com a expressão indefinida: em frases nominais, ou com verbos no gerúndio ou particípio ou, finalmente 3) em sentenças onde o verbo finito vai aparecer apenas em orações relativas. Em outras palavras, é possível afirmar que uma expressão indefinida só pode ser anafórica sob a condição de que o evento no qual o objeto de discurso foi introduzido seja ainda o mesmo que o do antecedente, ou que não haja nenhum evento expreso na sentença, ou ainda, se houver evento que este seja expreso numa oração relativa.

Para testar esta hipótese, além de analisarmos o *corpus*, recorreremos a dois experimentos, descritos ainda no capítulo 6. O primeiro consistiu num teste de aceitação e julgamento por falantes nativos e o segundo foi um teste psicolinguístico em que os tempos de reação foram medidos a fim de confirmar se efetivamente o verbo finito desempenha um papel mais relevante nas orações com expressões nominais indefinidas. Aparentemente, os dois testes constituíram evidência em favor de nossa hipótese.

Essa hipótese tem várias implicações. Primeiro, a constatação de que o valor da expressão nominal não é estabelecido simplesmente no momento

de seu processamento, mas vai depender do verbo e dos eventos expressos na sentença. E, segundo, que existe uma certa tendência para economia a referencial no processamento dos textos.

Um processamento serial e modular têm dificuldade em explicar estes dados, o que constitui uma demanda a mais para a construção de um modelo mais adequado de cognição. Por outro lado, as considerações que somos levados a fazer pelos nossos resultados evidenciam que o processamento lingüístico precisa ser compatível com as teorias da referenciação. Dificilmente pode-se explicar as correlações entre indefinido e verbo (ou evento) dentro dos limites de um processamento estritamente serial, *bottom-up* e modular.

Neste trabalho, ao investigarmos o indefinido anafórico, procuramos contribuir com evidências para elaboração de um modelo alternativo de processamento que esteja afinado com a teoria da referenciação e os dados abundantes de natureza textual já trazidos à luz por esta teoria. Nossos resultados, pretendem constituir evidência, agora de natureza cognitiva e processual, em favor das teorias da referenciação e da necessidade do estudo da linguagem na perspectiva do texto.

Capítulo 1

Sócio-cognitivismo e Cognição

“Lascívia, imperatriz de Cântaro, filha de Pundonor. Imagino-a atraindo todos os jovens do reino para a cama real, decapitando os incapazes pelo fracasso e os capazes pela ousadia. Um dia chega a Cântaro um jovem trovador, Lipídio de Albornoz. Ele cruza a Ponte de Safena e entra na cidade montado no seu cavalo Escarcéu. Avista uma mulher vestindo uma bandalheira preta que lhe lança um olhar cheio de betume e cabriolé. Segue-a através dos becos de Cântaro até um sumário - uma espécie de jardim enclausurado - onde ela deixa cair a bandalheira. É Lascívia. Ela sobe por um escrutínio, pequena escada estreita, e desaparece por uma porciúncula. Lipídio a segue. Vê-se num longo conluio que leva a uma prótese entreaberta. Ele entra. Lascívia está sentada num trunfo em frente ao seu pinochet, penteando-se. Lipídio, que sempre carrega consigo um fanfarrão (instrumento primitivo de sete cordas), começa a cantar uma balada. Lascívia bate palmas e chama: -Cisterna! Vanglória! São suas duas escravas que vêm prepará-la para os ritos do amor. Lipídio desfaz-se de suas roupas - o sátrapa, o límpen, os dois fátuos - até ficar só de reles. Dirige-se para a cama cantando uma

antiga minarete. Lascívia diz: - Cala-te, sândalo. Quero sentir o seu vespúcio junto ao meu passe-partout. Atrás de uma cortina, Muxoxo, o algoz, prepara seu longo cadastro para cortar a cabeça do trovador. A história só não acaba mal porque o cavalo de Lipídio, Escarcéu, espia pela janela na hora em que Muxoxo vai decapitar seu dono, no momento entregue aos sassafrás, e dá o alarme. Lipídio pula da cama, veste seu reles rapidamente e sai pela janela, onde Escarcéu o espera. Lascívia manda levantarem a Ponte de Safena, mas tarde demais. Lipídio e Escarcéu já galopam por motins e valiums, longe da vingança de Lascívia.” (Luis Fernando Veríssimo, Palavreado)

Uma *bandalheira* preta deve ser uma espécie de mantilha, um *trunfo* deve ser um banquinho, um *pinochet* um tipo penteadeira, um *reles* deve ser uma espécie de cueca, já *cadastro* parece um tipo de espada; não é preciso muito esforço também para entender o que é *vespúcio*, *passe-partout* ou *sassafrás*.

O curioso é que, ao consultarmos o dicionário, temos para *bandalheira*, por exemplo:

bandalheira [De *bandalho* + *-eira*.] S. f. 1. Ação ou atitude própria de *bandalho* (2); *bandalhice*. 2. Fig. Pouca-vergonha, patifaria.

Muitas pessoas dariam uma definição parecida com essa se lhes fosse perguntado, por um professor de português, por exemplo, o que significa *bandalheira*. Em outras palavras, alguma coisa como a definição dada acima parece constar na representação que esperamos que muitas pessoas tenham da palavra *bandalheira* na memória. É mais ou menos assim que a palavra estaria no nosso dicionário mental. No entanto, não temos dificuldade de entender

a palavra em um sentido completamente diferente do previsto no dicionário, num sentido que não é polissemicamente próximo do sentido do dicionário, metaforicamente próximo ou derivável dele por qualquer operação aparente. E o que dizer de uma palavra como *sassafrás*, para a qual o Dicionário Aurélio nos dá a seguinte definição:

sassafrás [*Do esp. sasafrás.*] *S. m. Bot.* 1. V. casca-preciosa (1).
2. V. canela-sassafrás.

Essa palavra, certamente, não tem uma frequência de uso alta em português (é provavelmente de frequência bem mais baixa que *bandalheira*) e muitas pessoas não devem possuir sequer uma entrada para ela em seus dicionários mentais e mesmo assim não têm dificuldade em construir um sentido coerente. Em resumo, não é preciso muito esforço para entender a história, que brinca com a capacidade de nomes e contextos evocarem significados que não estão, nem de longe, inscritos nos dicionários (mentais ou não).

O impressionante também é que os sentidos atribuídos pelos leitores ao texto não são aleatórios, inconsistentes entre si. Diferentes leitores constroem representações dos sentidos no texto muito parecidas e atribuem interpretações também muito semelhantes às diversas palavras fora de estado de dicionário.

Pode-se dizer que a brincadeira do autor foi bem sucedida por causa da sua habilidade em sinalizar sentidos reconhecíveis pelos leitores em potencial. Entre os recursos mobilizados para fazer isso está a escolha de um gênero com um tom de conto de fadas ou romance de cavalaria, que cria certas expectativas sobre a estória (o herói-cavaleiro, o vilão, as peripécias, por

exemplo). Outro recurso é a criação de um quadro (*frame*) que favorece certas interpretações, como a descrição parcial de um recinto (o quarto de Lascívia), que é completada pelo leitor.

Provavelmente, um leitor que jamais se tivesse deparado com uma história de aventuras com trovadores e nobres, um leitor que tivesse tido pouco contato com narrativas literárias encontrasse mais dificuldade para chegar a uma interpretação satisfatória do texto.

O autor provavelmente contava com o poder evocativo que suas escolhas teriam sobre o leitor para que este fizesse o trabalho de interpretação. O pequeno conto depende, inerentemente, da contribuição do leitor para ser interpretado. Ele pressupõe ou prevê a existência de diversos tipos de conhecimentos prévios, sejam conhecimentos sobre gêneros, sejam conhecimentos de mundo. O texto conta, também, com certas atitudes e atividades interpretativas do leitor, inclusive com a capacidade de estabelecer uma interpretação coerente e satisfatória para o texto sem, necessariamente, ter que passar por uma análise palavra a palavra.

Não é difícil perceber que o sentido não está dado, simplesmente, pela combinação das palavras neste texto. Ele não é analisável por aplicação de regras sistemáticas de combinação, não é imanente ao sistema. O sentido não está inscrito nas formas, embora as formas, obviamente, o ativem, o sinalizem e o guiem. As formas são recursos, pontos de partida e pistas para a construção do sentido, que deve ser ativamente enriquecido e completado pelo leitor.

Se num texto como *Palavreado* a natureza conjunta da construção do sentido é flagrante, ela não é menos real e central em qualquer outro texto

falado ou escrito. As estratégias mobilizadas para a interpretação de casos extremos como o texto de Veríssimo são de natureza e qualidade semelhantes às utilizadas para a interpretação e a construção do sentido de textos em geral.

Eventos lingüísticos são ações conjuntas (Clark, 1996); envolvem sempre pelo menos dois indivíduos (ou instituições, corporações que funcionam como indivíduos) e baseiam-se sempre em conhecimentos partilhados e rotinas lingüísticas comuns (por exemplo, gêneros textuais). O caráter conjunto dos eventos lingüísticos deriva do fato de esses eventos serem sempre eventos sociais. São atitudes, atividades nas quais indivíduos se envolvem conjuntamente a fim de realizarem certas ações: seja divertir-se , conhecer melhor uns aos outros numa conversa espontânea entre amigos, seja realizar transações comerciais, decretar leis, participar de uma briga, tomar parte em uma aula ou informar a data de uma prova através de uma carta, para dar apenas alguns exemplos de uma lista aparentemente interminável.

Segundo essa perspectiva, entender a linguagem é, então, por um lado, compreender como podemos agir socialmente, agir uns com os outros (e não só uns sobre os outros) através da língua e, por outro lado, entender como somos capazes de dispor das habilidades cognitivas necessárias para isso. Isto é, implica estudar os fenômenos do ponto de vista social, “externo” e do ponto de vista “interno”, cognitivo simultaneamente, o que nem sempre tem acontecido. No dizer de Clark (1996:24):

Os cientistas cognitivos tenderam a estudar falantes e ouvintes como indivíduos. Suas teorias são, tipicamente, sobre pensamentos e ações de falantes isolados e ouvintes isolados. Os cientistas,

*por outro lado, tem tendido a estudar o uso da língua como, antes de tudo, uma atividade conjunta. O foco destes últimos tem sido no uso coletivo da língua em detrimento de pensamentos e ações individuais. Se a língua é, verdadeiramente, um tipo de ação conjunta, ela não pode ser compreendida de nenhuma das duas perspectivas isoladamente. O estudo do uso da língua deve ser ao mesmo tempo uma ciência cognitiva e social.*¹

No entanto, de forma crescente desde o final da década de 1980, o diálogo entre as duas áreas tem aumentado, criando espaços muito frutíferos para o desenvolvimento de pesquisas que compreendam os fenômenos cognitivos em geral (e a linguagem em particular) como fenômenos que acontecem na vida social, ao mesmo tempo que procuram oferecer modelos de interação e de construção de sentidos cognitivamente plausíveis ou cognitivamente motivados.

Tanto cientistas de formação inicial nas ciências cognitivas clássicas (psicólogos, psicolingüistas, estudiosos da informação, neurocientistas) passam a embasar suas investigações numa concepção mais social da mente, quanto pesquisadores com formação predominante nas ciências sociais (como antropólogos, etnolingüistas, lingüistas de texto, sociolingüistas, entre outros)

¹Cognitive scientists tended to study speakers and listeners as individuals. Their theories are typically about thoughts and actions of lone speakers and lone listeners. Social scientists on the other hand, have tended to study language use primarily as joint activity. Their focus has been on the ensemble of people using language to the neglect of the thoughts and actions of individuals. If language is truly a species of joint activity, it cannot be understood from either perspective alone. The study of language use must be both a cognitive and social science.

passam a preocupar-se com a dimensão cognitiva ao se voltarem para fenômenos como processamento textual, mobilização dos conhecimentos inscritos na memória, atenção, foco, construção partilhada do sentido. Um dos motivos pelos quais essa preocupação foi incorporada é que, depois da chamada revolução cognitivista, na década de 1960, os aspectos cognitivos passaram a demandar mais atenção de pesquisadores das mais diversas áreas. Em outras palavras, vários modelos da linguagem, inclusive os modelos de seu uso social, passaram a ter, para muitos autores, de incluir a atividade cognitiva como um de seus componentes. Veja-se, por exemplo, o trabalho de lingüistas textuais como Van Dijk (1992) ou Beaugrande (1997), que passaram a incorporar reflexões sobre a plausibilidade cognitiva dos modelos de processamento textual. Pode-se dizer que a revolução cognitivista criou uma certa demanda por explicações cognitivamente motivadas ou pelo menos cognitivamente plausíveis para diversos aspectos da linguagem.

Pesquisadores originados nas duas frentes têm a preocupação em seus modelos de propor formas alternativas para o processamento lingüístico que incorporem as diversas evidências de que esse processamento é altamente situado e sensível ao contexto sócio-histórico, bem como à situação imediata em que os eventos verbais acontecem.

Como é fácil perceber, o sócio-cognitivismo abriga pesquisadores de várias formações e filiações teóricas, com diferentes métodos de investigação. Alguns sequer se reconheceriam sob o rótulo de sócio-cognitivistas, apesar de serem referência central para pesquisas na área. Portanto, o sócio-cognitivismo não constitui, ainda, um paradigma bem estruturado de pesquisa em lingüística, com um conjunto bem delimitado de hipóteses a serem testadas, nem com

um método comum a seus proponentes. O que existe, na verdade, é um conjunto de concepções sobre a natureza da linguagem (e da cognição em geral) e uma agenda bem ampla de pesquisa, com intensos diálogos entre as áreas.

Mas seria simplista dizer que a perspectiva sócio-cognitivista é apenas a junção de trabalhos que se superpõem, a junção de uma determinada visão de cognição, de um lado, e de uma determinada visão de uso da língua, de outro, visões que, de alguma forma, são compatíveis. O sócio-cognitivismo se caracteriza por uma abordagem que considera linguagem e cognição como fenômenos inescapavelmente sociais e tem que construir um modelo que dê conta simultaneamente dos dois aspectos. A principal pergunta a que o sócio-cognitivismo se propõe responder não é, portanto, a de como traçar as relações entre cognição e aspectos sociais, como se fossem coisas que meramente se adicionam ou se conjugam, como se estudar as duas coisas em separado fosse desejável e mesmo possível. Ou seja, a questão não é perguntar como a interação pode influenciar os processos cognitivos, como se as duas fossem elementos estanques; a pergunta é, ao contrário (entendendo-se a interação como parte essencial da cognição): *como a cognição se constitui na interação, no uso social?* Os que adotam essa perspectiva não aceitam a hipótese de que a sociedade e a cultura são elementos que meramente se juntam, se superpõem aos processos cognitivos, sem os constituírem, considerando a cognição como algo inerentemente situado e constituído pela ação (por exemplo, com a língua) na arena social.

Podemos agora apontar algumas concepções que caracterizam a abordagem sócio-cognitiva em geral, antes de examinarmos algumas de suas

tendências que consideramos mais relevantes para o desenvolvimento do nosso trabalho. Embora essas características estejam longe de esgotar os pressupostos da abordagem, pode-se dizer que para um sócio-cognitivista:

1. A língua é uma espécie de ação conjunta;
2. A língua é fundamentalmente uma forma de ação social;
3. O estudo da linguagem envolve tanto aspectos cognitivos quanto sociais.

1.1 A língua é uma ação conjunta

Estudar a língua como uma forma de ação é uma antiga tradição na lingüística, principalmente através da pragmática clássica, no modelo proposto, entre outros, por Austin (1962), Searle (1969) e Grice (1975) e a teoria dos atos de fala. Já é bastante antigo o reconhecimento de que a língua não serve apenas para representar a realidade (e nem é essa a sua função principal), mas, sobretudo, para agir, fazer coisas, levar os outros a agirem. A teoria dos atos de fala e a pragmática clássica têm sofrido variados ataques demonstrando a inadequação da proposta para dar conta da língua em uso. Não nos deteremos em avaliar essa teoria, nem revisaremos aqui os ataques que ela tem sofrido. O ponto que nos interessa frisar é que boa parte da inadequação apontada está relacionada ao fato de tratar a construção de sentido como uma coisa que acontece dentro da mente dos falantes e não como um fato externo, social, conjunto. Para Searle (1969; 2000), a questão a ser analisada é a de como o falante usa o sistema para cunhar sentenças que lhe permi-

tam exprimir suas intenções, intenções estas que são identificadas com o real significado de uma dada expressão lingüística:

mesmo que a linguagem limite o significado do falante, o significado do falante ainda é a forma primário do significado lingüístico, porque o significado lingüístico das frases funciona de maneira a permitir que as pessoas que falam aquela língua usem frases para querer dizer alguma coisa com seus proferimentos. O significado do proferimento do falante é a noção primária de significado para o nosso objetivo de análise das funções da linguagem. (Searle, 2000:130)

A competência do falante consistiria, para Searle, em construir, com um repertório de palavras e regras, uma expressão tal que esta expressão seja capaz de representar suas intenções e os significados pretendidos. A construção do significado e a sua análise são um processo interno, mental e individual. Compreender bem um texto consistiria, seguindo essa concepção, em ser capaz de, no processo inverso, depreender quais eram as intenções do falante. Qualquer interpretação desviante da intencionada seria vista como errônea. O ouvinte seria, portanto, um receptor, um decodificador das intenções do emissor.

A metáfora presente aqui é a da língua como código: o emissor formula num código uma série de expressões que codificam suas intenções. Em seguida, transmite a mensagem nesse código para um receptor que também o domina e que trabalha sobre ele para extrair a intenção do emissor. Se a intenção foi bem codificada e as etapas do processo acontecerem sem sobresaltos, o emissor terá, no final, tido acesso ao significado intencionado pelo

falante. A interação é vista aqui como um conjunto de trocas sistemáticas entre pelo menos dois pólos independentes que possuem um código em comum (a língua falada por ambos).

A origem dessa visão está intimamente ligada ao método de pesquisa privilegiado pelos proponentes da teoria de atos de fala : o método da introspecção e da análise de sentenças isoladas para as quais se construiu ou se supôs um contexto imaginário. A despeito dos *insights* importantes que o método introspectivo pode oferecer, ele não é capaz de dar conta, nem mesmo minimamente, da complexidade real da produção de sentido por causa da função atribuída ao ouvinte/receptor, cuja reação não faz parte do modelo.

Essa concepção desconsidera o importante papel que o ouvinte/leitor desempenha no estabelecimento de interpretações e na sanção de sentido. Ignora o fato de que, para decidir por uma determinada formulação lingüística, o falante prevê e conta com conhecimentos prévios do ouvinte, com suas reações e habilidades. O falante não constrói o seu “projeto de dizer” sem uma representação de sua audiência e sem que cada decisão seja influenciada por essa “imagem”. Em cada evento lingüístico, os interactantes tomam como base para suas decisões um conjunto de conhecimentos e experiências comuns que balizam esse ato, é a base compartilhada pelos falantes.

Segundo Clark (1992), os conhecimentos têm três origens principais: o primeiro tipo é constituído dos conhecimentos que se supõem partilhados devido a serem tidos como conhecimentos comuns a uma certa comunidade quantos mais laços em comum e quanto mais experiências compartilharem, mais informações podem ser tomadas como partilhadas. O segundo tipo é a própria conversação ou experiência lingüística anterior ao evento atual, ou

seja, tudo o que os falantes se disseram e todos os elementos do contexto que podem ser tomados (a despeito da possibilidade de esquecimento) como conhecimento partilhado. A última fonte desses conhecimentos são as experiências perceptuais concomitantes ao evento. Numa interação face-a-face, por exemplo, incluem o que pode ser visto e ouvido pelos interactantes, o ambiente físico, os objetos e pessoas circundantes. Ou seja, o contexto físico e perceptual imediato ao evento.

O conhecimento partilhado, a base comum entre duas pessoas quaisquer está sempre em movimento dinâmico, incluindo cada experiência compartilhada e cada troca lingüística como novo conhecimento partilhado. O conhecimento partilhado é essencial para que os falantes possam decidir que tipo de informação deve ser explicitada, que tipo de informação deve permanecer implícita, sobre quais fatos se deve chamar a atenção; quais as posturas (de intimidade, respeito, distância, autoridade, etc.) que um falante deve ter com o outro; quais gêneros devem ser utilizados (pressupondo que o outro saberá reconhecer esse gênero e reagir de forma apropriada a ele).

Todo texto inclui essa dimensão partilhada, assim como uma certa divisão de responsabilidade na atividade interpretativa. Na base desse uso do conhecimento partilhado, desse reconhecimento do outro como membro de uma mesma comunidade, está o reconhecimento do outro como um ente intencional semelhante, com quem é possível interagir e cujos estados emocionais são paralelos. Tomasello (1998) sugere que esse reconhecimento do outro como ser intencional é o que permite que procuremos agir nos estados intencionais desse outro. A forma mais simples de fazer isso é atrair a atenção do outro, o olhar do outro, para algum alvo do nosso interesse, seja com gestos ou

palavras. Anterior ao uso da linguagem é o aprendizado de manter a atenção em alguma coisa conjuntamente com o outro e essa é a base para aquisição dos símbolos:

[...]a criança observa um adulto apontando para ela e compreende que o adulto está tentando induzi-la a compartilhar sua atenção em alguma coisa, e imitativamente aprende que quando tiver os mesmos objetivos poderá usar os mesmos meios, criando então um ato simbólico intersubjetivo para compartilhar a atenção [...] muitas crianças, quando começam a apontar, não parecem de forma alguma monitorar a reação dos adultos. Alguns meses depois, elas olham para o adulto depois de apontar para observar sua reação e alguns meses depois disso, elas olham primeiro para o adulto, a fim de assegurar que estejam prestando atenção nelas, antes de apontar para alguma coisa — talvez evidenciando um novo entendimento da compreensão do adulto.(Tomasello, 1998: 233). ²

Essa característica, apesar de parecer muito simples, só existe entre seres humanos (Tomasello, 2003) e, segundo o autor, é o que, ontogeneticamente,

²[...]the infant observes an adult point to her and comprehends that the adult is attempting to induce her to share attention to something, and imitatively learns that when she has the same goal she can use the same means, thus creating an intersubjective symbolic act for sharing attention [...] when many infants first began to point they do not seem to monitor the adult's reaction at all. Some months later they look to the adult after they have pointed to observe her reaction, and some months after that they look to the adult first, to secure her attention on themselves, before they engage in the pointing act - perhaps evidencing a new understanding of the adult's comprehension

permitiu a criação e a utilização dos símbolos na interação e é fundamental para explicar a aquisição da linguagem e da capacidade de referência pela criança. Assim, na base da atividade lingüística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos lingüísticos não são, portanto, a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente.

Como foi dito (Clark, 1996), a língua é um tipo de ação conjunta. Ações conjuntas são ações que envolvem a coordenação de mais de um indivíduo para sua realização, por exemplo, dois pianistas executando um dueto ao piano, um casal dançando junto, duas pessoas remando uma canoa. Outros exemplos são crianças brincando de roda, ou de gangorra, músicos de um conjunto tocando juntos. Uma ação conjunta se diferencia de ações individuais não meramente pelo número de pessoas envolvidas, mas pela qualidade da ação. Na ação conjunta a presença de vários indivíduos e a coordenação entre eles é essencial para que ação se desenvolva.

Isso fica mais visível se compararmos, por exemplo, dois bailarinos ensaiando sozinhos, em momentos diferentes, suas partes numa coreografia e a atividade desempenhada pelos dois quando dançam juntos, coordenando os movimentos um com o outro. Mais um exemplo é a comparação entre músicos de uma orquestra ensaiando em casa a parte de seu instrumento na partitura de uma sinfonia, por exemplo, ou até num mesmo recinto, mas de maneira independente, e quando eles têm que tocar juntos, para produzir a sinfonia de verdade.

Uma ação conjunta é caracterizada pela existência de finalidades comuns, como jogar uma partida de futebol, realizar uma transação comercial, focar

ou até brigar. Essa finalidade pode não estar muito clara, como quando amigos encontram-se para “jogar conversa fora”, mas não se pode dizer que não exista nenhuma finalidade aqui, seja divertir-se, seja cultivar relações. Uma prova de que esses casos têm uma finalidade definida é que “não fica bem” conversar assuntos considerados pesados ou impróprios sob pena de mudar a natureza da ação em curso e abortar a finalidade inicial.

Os objetivos de uma ação conjunta não são regras fixas, são dinâmicos e variavelmente flexíveis, a depender do tipo de interação. Algumas são altamente ritualísticas e previsíveis, como uma cerimônia de casamento ou de posse, enquanto outras são abertas, novos objetivos podem ser estabelecidos a cada momento, os participantes podem abandonar a interação ou outros passarem a integrá-la.

Além das finalidades, os participantes são outro ponto fundamental para caracterizar esse tipo de ação. Em todas as ações conjuntas existem pessoas com permissão para tomar parte do evento. Além disso, cada participante têm papéis definidos pelas finalidades da ação. Os papéis podem ser simétricos, com um leque de iniciativas e atitudes semelhantes para todos os participantes, por exemplo, na conversa espontânea ou num jogo de cartas. Ou podem ser assimétricos, cada participante tendo uma parte a desempenhar na tarefa, como nas relações entre alunos e professores, advogados e testemunhas, vendedor e comprador, repórter e entrevistado. Em todos esses casos, e mais fortemente em ações menos ritualizadas, existe a negociação por parte dos agentes, que precisam estabelecer conjuntamente qual é ação que está em curso. Usam para isso uma série de pistas de contextualização, que vão desde os objetivos declarados (“estamos aqui para fazer isso

e aquilo”), às possibilidades do recinto onde se dá a interação (certas coisas são mais prováveis numa sala de aula que numa igreja, por exemplo) e vários sinais corporais como olhares, posturas, expressões faciais, além de, é claro, verbalizações.

Por exemplo, numa loja, entre vendedor e cliente, aparentemente o que pode acontecer são relações de compra e venda. Mas dados determinados sinais, outras ações podem ser estabelecidas: pode-se entrar numa loja para pedir informação sobre algo nas redondezas, pode-se transformar uma compra em uma reclamação, briga ou flerte. A ação muda de natureza através da negociação entre os participantes, que precisam reconhecer uma nova finalidade e, de alguma maneira se coordenar com ela, para que a ação aconteça. Enfim, elas são construídas e negociadas localmente pelos participantes.

Cada ação conjunta é o resultado que emerge de uma série de outras ações conjuntas mais simples e que se organizam de forma hierárquica, constituindo etapas da ação principal. Além disso, as finalidades dessas ações podem ser múltiplas, simultaneamente públicas e privadas. Várias ações podem acontecer paralelamente, como quando pessoas ao mesmo tempo dançam e conversam.

As ações verbais são ações conjuntas: usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros. A abordagem mais adequada da língua, portanto, é a *da língua como ação* em contraste com a abordagem mais tradicional *da língua como produto*; focalizando os participantes e as ações realizadas por eles. Por isso é essencial entender como os sentidos acontecem ao longo da interação (por exemplo, ao longo da lei-

tura de um texto) e não apenas como o texto envolvido pode conter certos sentidos aprioristicamente.

As ações verbais, contudo, não são realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as forma verbais disponíveis não são em nada neutras quanto a este contexto social e histórico. No dizer de Koch (2002:23):

A simples incorporação dos interlocutores [...] não era suficiente³, já que eles se movem no interior de um tabuleiro social, que tem suas convenções, suas normas de conduta, impõe condições, lhes estabelece deveres e limita a liberdade. Além disso, toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada cultura, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas.

Ver a linguagem como ação conjunta não é, então, suficiente, é preciso passar a abordá-la como uma ação social.

1.2 A língua é fundamentalmente social

Como vimos, a teoria dos atos de fala ignora o papel dos interactantes na construção do sentido. Ela ignora, também, e talvez principalmente, o fato de relações sociais complexas (cultural e historicamente situadas) autorizarem ou desautorizarem os falantes a produzirem certos sentidos, sendo a construção de sentidos alguma coisa que acontece publicamente e não dentro da

³Para o estudo do sentido; comentário nosso.

mente de quem proferiu ou ouviu uma sentença. Relações sociais distribuem desigualmente o poder para estabelecer qual a interpretação do dito entre as instâncias ou pessoas que participam de uma dada interação.

Isso acontece freqüentemente em sala de aula ou na interação médico-paciente, em que o professor ou o médico reinterpreta a fala do seu interlocutor e o autorizam ou não a usar determinada expressão para fazer referência a determinado fenômeno ou objeto e, muitas vezes, mesmo contra protestos do interlocutor, estabelecem as interpretações finais para os textos produzidos.

Um exemplo claro é a correção de redações escolares, onde tipicamente esse fenômeno acontece. Embora seja mais fácil perceber a influência do interlocutor no estabelecimento dos sentidos em situações onde o controle de quem fala o quê e quando é assimétrico (como na relação professor-aluno, patrão-empregado, médico-paciente, juiz-réu-testemunhas), em todas as interações essa influência é igualmente importante. Veja-se, por exemplo, o caso relativamente comum em que uma proposição que foi intencionada como sendo “séria” pelo locutor (uma reclamação ou ameaça, por exemplo) é tomada como evidentemente irônica ou sem importância pelo ouvinte/receptor e, dependendo da interação local, o locutor pode assumir que ele não estava realmente falando sério e sancionar o sentido que o ouvinte produziu.

Outro exemplo é o do que acontece com declarações de políticos que recebem dada interpretação pública, por exemplo, na imprensa, a despeito dessa interpretação não ser aprovada pelo emissor (“não foi isso o que eu quis dizer”; “não era essa a minha intenção”), esta permanece como a interpretação final. Para dar um último exemplo, tome-se o de uma fala que foi proferida

sem “intenção” de ofender, mas foi compreendida como ofensiva pelo interlocutor e seria vista consensualmente em uma determinada comunidade como realmente ofensiva, independentemente das intenções originais do seu autor.

É importante frisar que, se a intenção do falante não pode ser igualada com o sentido, isso não quer dizer que ela não exista ou não tenha importância nenhuma no estabelecimento de uma interpretação para uma sentença ou texto. Isto é, as intenções são apenas parte da construção do sentido, podendo, em determinadas situações e entre certos participantes, nem ser o fator mais relevante. O poder para determinar que ação está acontecendo num determinado momento também é desigualmente distribuído. Por exemplo, da variedade ou registro lingüístico a ser utilizado numa determinada ocasião está relacionada com a distribuição do poder social⁴.

As decisões que cercam as escolhas verbais no momento da ação, escolhas que incluem marcas do próprio sistema lingüístico, são de natureza social, tanto direcionadas quanto coibidas por situações e relações de poder social. A arena de construção do sentido é pública, não envolve apenas o seu produtor, nem depende apenas das suas intenções.

Essa dimensão torna-se evidente quando se utiliza um método diferente do tradicionalmente utilizado para analisar a construção de sentido: o método da

⁴A este respeito, considere-se o exemplo analisado por Bourdieu ([1982]1996), em que o prefeito de uma cidade no interior da França, reconhecidamente um falante da variedade mais prestigiada do francês, “condescende” ao falar com a população local em um discurso público e utiliza a variedade não-padrão dos habitantes locais. Ao fazer isso, o prefeito não é reprimido por um uso menos prestigiado, ao contrário, é reconhecido como alguém simpático e não esnobe. O que o exemplo mostra é que os falantes que tem prestígio ou poder tem o direito de variar a norma sem que este prestígio seja arranhado.

observação e descrição direta dos eventos em que os sentidos são construídos. Ao olhar o que as pessoas realmente fazem com as palavras é possível perceber que a interpretação de textos (ou sentenças) não é uma atividade que acontece dentro da mente do falante, mas uma atividade conjunta que emerge na interação e pressupõe e implica negociação em todas as suas fases.

Análises desse tipo, assumindo uma grande variedade de formas, métodos e categorias, foram propostas por uma série de etnolinguistas e etnógrafos da comunicação, principalmente a partir da década de 1970. Entre estes estão autores preocupados com os fenômenos da performance verbal e da arte verbal, como a narração ou a encenação (Bauman, 1977), da participação que diferentes pessoas podem ter numa cena enunciativa (Gumperz e Hymes, 1972; Hymes, 1974,) e os diretamente interessados na análise da interação e da conversação (Goodwin, 1981; Sacks, 1992a; 1992b; Schegloff, 1972), examinando, entre outros fatos, como os falantes se coordenam para dirigir a atenção para um foco determinado, como estabelecem rotinas para conduzir a conversação e como conseguem, com relativa facilidade, decidir com quem está a palavra, por exemplo, para citar apenas algumas das linhas mais representativas.

Mesmo propondo análises muito heterogêneas, os autores inspirados nestas idéias têm em comum o interesse por situações reais de interação, seja em cerimoniais ou rituais, estudando narrativas orais ou a conversação espontânea. As suas pesquisas trouxeram à luz uma grande quantidade de dados que ratificam a idéia de que a língua só pode ser apropriadamente compreendida quando vista em funcionamento e na interação.

Alguns desses fatos são as várias formas de se fazer referência ao con-

texto e à situação (a indexicalidade), como também as formas pelas quais os falantes assinalam a maneira pela qual pretendem que suas palavras sejam avaliadas e como eles marcam o tipo de relacionamento que eles mantêm com o que está sendo dito e com o interlocutor.

Ao se compreender a interação lingüística dessa maneira, o contexto passa a ser visto de forma diferente do que tradicionalmente se fez. Normalmente, o contexto é visto como um conjunto de variáveis ou coordenadas nas quais o fato lingüístico está inserido, tais como lugar e momento da enunciação, participantes e seus papéis, etc. O contexto, nessa concepção, não é mais um conjunto de fatores ou coordenadas que são utilizados paralelamente a codificação lingüística para permitir a construção do sentido. Ele passa a ser algo parcialmente criado pelos atos de fala em si mesmos (que ajudam decisivamente a estabelecer um quadro para a interpretação). Um exemplo evidente da criação do contexto pelos próprios atos dos falantes é a capacidade de fazer correferência e toda a dinâmica anafórica.

Analisar eventos reais de fala e interação demonstra que os limites entre contexto e evento de fala não são nítidos e intransponíveis. Contexto passa a integrar (como dizem Duranti e Goodwin, 1992: 3) duas entidades que se justapõem: um evento focal e um campo de ação (muitas vezes textual) no qual o evento se desenrola. Esses eventos englobam diversas dimensões, como a situação de enunciação (o lugar onde ela se dá, os participantes, os meios utilizados); recursos extra-lingüísticos, como gestos, olhares, posturas; os próprios atos de fala ou textos já produzidos até o momento que vão adquirir proeminência no desenrolar dos atos de fala (ou seja, a própria língua pode ser tomada como contexto); os conhecimentos de mundo compartilhados entre

os participantes e a situação que ultrapassa o evento local.

A relação e a grau de importância de cada uma dessas dimensões é dada nos próprios eventos, ou seja, uma dimensão que é fundamental em uma interação pode ser quase irrelevante em outra. Temos aqui uma relação de figura-fundo, segundo propõem ainda, entre outros, Duranti e Goodwin (1992: 9). O evento focal é colocado no centro das atenções (a figura), as outras dimensões permanecem disponíveis e oferecem um fundo contra o qual o evento focal toma sentido. Algumas das dimensões que estão no foco podem perder a importância, enquanto outras que estão no fundo podem ser evocadas e passar a ser o centro das atenções. Essa característica é a que Salomão (1999: 69) vai chamar de dinamismo contextual, resultante da semiologização do contexto. Para a autora:

A abordagem que praticamos repudia a distinção entre linguagem e contexto como polaridades estanques. Mais útil será distinguir entre instruções verbais para construir configurações cognitivas e outras instruções semiológicas, variavelmente focadas, e que tanto podem corresponder a suposições integráveis ao senso comum ou informações específicas no chão da interação. Em todo caso, em uma e em outra situação, tratamos de instruções, pistas e sinais, que podem ou não ocupar o centro da atenção comunicativa.

(Salomão, 1999: 69).

A decisão a respeito de que dimensões estão no foco e quais são apenas pano-de-fundo não é dada por critérios *a priori*, fora da interação, é um assunto ativamente negociado. Atividades lingüísticas são fundamentais para

estabelecer o contexto em que uma determinada atividade deve ser enquadrada e interpretada. Nesse sentido é que Gumperz (1992) propõe a idéia de pistas contextuais (*contextualization cues*), que são as fornecidas, por exemplo, pelo uso de determinadas formas lingüísticas, de determinado registro, certas escolhas lexicais assim como a escolha dos gêneros textuais como fonte importante para estabelecer qual o enquadre relevante para um dado evento focal.

Segundo essa concepção, o contexto passa a ser algo parcialmente criado pelos atos de fala em si mesmos na medida em que ajudam decisivamente a estabelecer um quadro para a interpretação. Ao passarmos a compreender o contexto dessa maneira é fácil constatar que, a todo o momento da interação, o locutor projeta e prevê as interpretações possíveis dos ouvintes/leitores contando com elas e coordenando (mais visivelmente na interação face-a-face) cada um dos seus atos de fala com as reações de seus interlocutores. Essas reações não são apenas as respostas verbais que os ouvintes dão ao locutor depois que este proferiu sua fala, mas incluem também as posturas físicas, expressões faciais, gestos, olhares que expressam atenção, compreensão, dúvida, desaprovação, etc.

Enquanto fala, o locutor monitora todas essas manifestações e frequentemente é conduzido a mudanças e a reparos em sua fala para atender e coordenar-se com essas reações. Por outro lado, o ouvinte não está passivo, ele ativamente sinaliza qual a sua relação com o que está sendo dito, qual sua interpretação, e monitora as ações do falante de forma a reagir, por exemplo, tomando a palavra no momento em que o falante sinaliza o fim do seu turno de fala.

Apesar da fundamental importância da contribuição teórica dessas linhas de pesquisa etnográficas e etnolingüísticas e da enorme quantidade de dados e evidências trazidas por elas, não se pode dizer que essas perspectivas tenham tido alguma preocupação com aspectos cognitivos. Para estas abordagens, a interação é uma forma de organização social, uma coisa que acontece publicamente. Para alguns autores, aspectos mentais são não apenas secundários como ativamente evitados. Essa postura é obviamente legítima. Não há nenhuma razão pela qual os autores tivessem que estudar aspectos cognitivos. Mas, embora, claramente, não se possa atribuir a estes autores nenhum modelo de cognição, seus trabalhos foram influentes nos estudos cognitivos (ou sócio-cognitivos) na medida em que ofereceram fortes demandas e restrições a um modelo de cognição preocupado com aspectos sociais.

A abordagem sócio-cognitiva se propõe a incorporar esses aspectos nas suas explicações dos fenômenos, considerando tanto a forma pela qual a língua é adquirida, organizada e mobilizada em e para ações sociais, quanto a forma pela qual os conhecimentos e as atitudes necessários para o engajamento nessas tarefas são adquiridos, representados e mobilizados pelos participantes.

1.3 A língua é tanto social quanto cognitiva

O que levou alguns pesquisadores, principalmente os oriundos das áreas mais sociologicamente motivadas da lingüística a, inicialmente, tentarem integrar aspectos cognitivos e sociais foi a constatação da importância de aspectos como conhecimento partilhado, atenção e memória para explicar a contex-

tualização, a interação e a negociação. Por outro lado, a imensa dificuldade de modelar esses fenômenos a partir da tradição da língua como produto fez muitos cognitivistas clássicos passarem a admitir como inevitável a inclusão de aspectos como interação, negociação e sensibilidade ao contexto para explicar fenômenos como a compreensão textual e a solução de diversos problemas semânticos, como ambigüidades e polissemias.

São temas centrais aqui a estrutura da memória e a natureza das representações assim como quais as unidades básicas com que a cognição trabalha. Se as informações inscritas no sistema cognitivo são ou não inatas (e quais as conseqüências disso), como acontece o processamento: se modularmente, cada tarefa realizada por um “órgão” específico, uma de cada vez; se paralelamente, com várias tarefas acontecendo ao mesmo tempo e mutuamente se influenciando no cérebro.

Para os sócio-cognitivistas, todas as estruturas lingüísticas são construídas e utilizadas de forma a guiar o sentido, a apontar para ele, dando pistas a serem preenchidas pelos interlocutores, ou seja, o sentido não é decodificável a partir da forma, simplesmente. Não existe um conjunto de regras finitas que aplicadas a um texto extraiam o seu verdadeiro sentido. No dizer de Fauconnier (1994: xxii): “*a língua não porta o sentido, mas o guia*”. Em outras palavras, trata-se da metáfora do iceberg proposta por Koch (por exemplo, Koch, 2002). As formas lingüísticas são o topo, a parte visível de um processo muito maior, que apelam para diversas operações cognitivas complexas. É a essa característica que Salomão (1997, 1999) chama de *escassez do significante* ou a *subdeterminação do significado pelo significante*. Esses princípios defendem que aquilo que poderia ser tratado como uma pro-

priedade intrínseca da forma, por exemplo, como uma série de possibilidades polissêmicas dicionarizáveis, passa a ser tratado como:

um cômputo de possibilidades interpretativas, derivadas do cálculo mental sobre a disposição comunicativa do falante [...] a multiplicidade de significações em cada caso não corresponde necessariamente a sutilezas estruturais embutidas na forma lingüística [...] as pistas lingüísticas oferecidas pela enunciação do sujeito desencadeiam complexos processo de inferenciação (conceptual, pragmática, figurativa), gerativo das representações evocáveis.
Salomão (1997: 25).

Victorri (1997) também aponta para essa característica sub-determinada da estrutura lingüística, ao considerar que todo o texto, ou item lexical, para ser interpretado, passa necessariamente por um processo de “enriquecimento” (o mesmo que outros autores⁵ chamam de modulamento do sentido). Esse enriquecimento se dá devido à capacidade que as unidades têm de se moverem em duas direções: evocação e convocação. Cada elemento convoca os elementos já dados numa cena ou evento verbal e evoca também vários novos elementos a seu redor. Essas evocações partem da forma lingüística, mas estão longe de esgotar-se nela.

A escassez da forma lingüística e o enriquecimento necessário que sempre acontece em qualquer emprego real da linguagem, fazem com o contexto seja incorporado como uma das dimensões necessárias para este enriquecimento. O contexto é, portanto, semiologizado, ele é também um sinal, que em vários

⁵Ver, por exemplo, Cruse (1986) e Murphy (2002)

níveis pode ser evocado ou convocado (inclusive através da evocação ou convocação de outras formas lingüísticas) para enriquecer as formas lingüísticas e relacionar-se com elas dando sentido não só às formas, mas à ação como um todo. As formas lingüísticas contribuem para criação de uma moldura de ação, além de uma moldura interpretativa, que enquadra e dirige as construções de sentido e a interação.

Dentro desse recorte, ao qual nos filiamos, fica natural perguntar, seguindo ainda Salomão (1999: 65), qual a contribuição de cada um desses elementos específicos para o estabelecimento do sentido, qual a contribuição de outras semioses, como posturas corporais, expressões faciais, etc. E de forma bem mais central para o nosso trabalho:

qual a específica contribuição do sinal lingüístico (léxical e gramatical) para a construção do sentido?

O que se propõe, na abordagem sócio-cognitiva, é uma inter-relação complexa entre dados que se originam no indivíduo (como ele age, o que ele sabe), dados que se originam no contexto (a situação que cerca e enquadra a interpretação) e também dados que se originam no texto, nas marcas que guiam e constroem o sentido. No entanto, as abordagens sócio-cognitivas tendem a deixar de lado o problema específico do processamento do léxico e gramática, gerando uma lacuna nas teorizações.

Mas, se diante do exposto, está clara a existência de teorias de interação e contextualização dentro do sócio-cognitivismo, cabe perguntar qual o sistema cognitivo (ou qual o tipo de processamento psicolingüístico) pressuposto pela abordagem. Qual a cognição do sócio-cognitivismo?

Para responder essa pergunta, em primeiro lugar é necessário precisar de que sócio-cognitivismo estamos falando, assim como o conceito de cognição que adotamos. Como vimos, sócio-cognitivismo pode designar uma grande variedade de abordagens. A abordagem de que estaremos falando aqui é a sócio-cognitivista, tal como praticada por alguns correntes da Lingüística Textual, sobretudo pelas teorias de referenciação e objetos-de-discurso.

Cognição, como se sabe, é também um termo muito amplo, recebendo as mais diferentes acepções a depender do lugar onde esteja sendo empregada. Etimologicamente, cognição é quase equivalente a conhecimento. Devido a isso, cognição pôde ser identificada, variadamente, com todos os tipos de teorias do conhecimento e epistemologias. Ou com as formas pelas quais apreendemos a realidade e, mais comumente, com capacidades que julgamos estar entre as mais nobres que nós, seres humanos, possuímos. Capacidades que teriam um poder distintivo em relação aos outros animais, como, por exemplo, a linguagem, o raciocínio matemático e a arte.

Essa acepção é muito ampla, não correspondendo àquela que pretendemos assumir. Ela é demasiado ampla por incluir abordagens que, tanto do ponto de vista metodológico, quanto do ponto de vista filosófico, saem do escopo das ciências cognitivas. O problema do conhecimento não foi, obviamente, descoberto pelas ciências cognitivas e tem uma tradição que inclui muitos tratamentos diferentes, a que jamais poderíamos fazer jus aqui. As ciências cognitivas são uma dessas tantas abordagens com uma forma específica, embora não propriamente original, de tratar o problema.

Aquela concepção apontada acima, além de ampla, é, por outro lado, também muito estreita, pois vai identificar com conhecimento e cognição ape-

nas aquelas habilidades “superiores” que mencionamos acima, restringindo-se, ainda, a comportamentos exclusivamente humanos. O conceito de cognição que vamos adotar é aquele da ciência cognitiva, ao mesmo tempo mais restrito, do ponto de vista filosófico, e mais amplo, do ponto de vista da gama de fenômenos que se pode incluir.

Nas ciências cognitivas, sobretudo no cognitivismo clássico, cognição é identificada com o estudo da inteligência, e a inteligência é tomada como uma forma de computação. Seria a capacidade que certos sistemas teriam (a mente humana, em primeiro lugar, mas a princípio nada impediria que máquinas exibissem essas capacidades) de extrair de forma ordenada informação do seu meio, representá-la internamente (mentalmente) e realizar operações sobre estas representações de forma a gerar novos estados intensionalmente relacionados com o ambiente de maneira apropriada.

Uma computação desse tipo, por exemplo, seria a capacidade que uma pessoa tem de, ao ouvir uma sentença, reconhecer as palavras que a compõem, dividir a sentença em partes sintaticamente relevantes e estabelecer um sentido para ela. Ou, mais simplesmente, ao ouvir uma palavra qualquer, identificá-la, recorrendo à memória e estabelecer ou encontrar um significado para ela.

A computação a que se refere a ciência cognitiva não é necessariamente a feita pelo computador digital, que é apenas um tipo de sistema capaz de fazer alguns tipos de computação. A palavra computação é empregada aqui num nível de abstração muito mais alto, como capacidade de processar informação, de lidar com informação. Esses sistemas capazes de computação podem ter as mais variadas naturezas: a hipótese de que a mente humana

é um sistema similar ao do computador digital é apenas isso, uma hipótese, que se encontra sob acirrada disputa e que não é, nem de longe, adotada por todos os cientistas cognitivos.

A ciência cognitiva inclui também essas capacidades de conhecimento e processamento mais básicas, que, embora pareçam simples têm se revelado praticamente impossíveis de tratar, como a capacidade de se mover por um quarto sem esbarrar nos objetos dentro dele, a capacidade de reconhecer uma linha reta, uma cor, ou de distinguir corretamente um fonema em uma palavra. Por outro lado, as ciências cognitivas têm colocado no centro de suas investigações as capacidades “superiores”, sobretudo a linguagem, o raciocínio matemático e a percepção visual, que constituem grandes paradigmas de investigação e campos importantes de teste para qualquer modelo do que seja cognição.

Um dos principais desafios das ciências cognitivas é descrever de maneira apropriada qual é o tipo de sistema cognitivo (ou computacional, na acepção mais abstrata que demos acima) que os seres humanos possuem. Apesar de haver uma proposta historicamente dominante, o sistema simbólico clássico, que ainda é, para muitos, identificada com o projeto cognitivista, existem vários concorrentes disputando a primazia da adequação explanatória. Fundamental para as ciências cognitivas na busca e na investigação desses sistemas é a construção de modelos e uso da ferramenta computacional como uma das características-chave.

O modelamento de uma capacidade cognitiva e sua simulação em um dispositivo artificial (em geral um computador, mas também em robôs) foi o método fundamental e uma das contribuições mais importantes e originais

das ciências cognitivas clássicas. Essa inovação, no entanto, não impediu que muitas características, consideradas superiores, como a linguagem, tenham sido também investigadas dentro do cognitivismo clássico sem necessariamente utilizar esse recurso (por exemplo, na gramática gerativa chomskiana).

Um sistema cognitivo qualquer pode ser abordado em vários níveis, muitas vezes de maneira praticamente independente. David Marr (1982), um cientista cognitivo com importantes trabalhos na área de percepção visual, propôs uma caracterização básica, hoje clássica e amplamente aceita, dos níveis explicativos envolvidos nas ciências cognitivas. Segundo ele, um processador de informações pode ser dividido, basicamente, em três níveis: 1) Teoria computacional (ou arquitetura do sistema); 2) Representação e algoritmo e 3) Implementação (*hardware*).

O nível mais alto de abstração é o da teoria computacional, também chamado de arquitetura do sistema. Nesse nível estão questões sobre qual a natureza da tarefa de que estamos tratando, qual o objetivo de uma dada computação e qual a melhor estratégia para alcançar esse objetivo. O nível da representação e algoritmo tem a ver com como essa computação pode acontecer, qual o tipo de representação envolvida nas entradas e saídas de informação e quais algoritmos permitem a transformação dessas representações pelo sistema. O terceiro nível diz respeito a como essas representações e algoritmos podem ser realizados fisicamente, qual a máquina ou organismo que realiza as computações.

Tomemos um exemplo clássico em linguagem, só para ilustrar (de maneira que uma certa caricaturização é, infelizmente, inevitável): a teoria da Gramática Gerativa, especificamente o modelo padrão (Chomsky, 1965).

Esse modelo já foi bastante modificado pelos gerativistas, sobretudo no nível da representação e algoritmo, embora não tanto no nível da arquitetura. No nível mais alto, o da computação, esta teoria propõe que a linguagem é uma capacidade relativamente isolada das demais capacidades mentais, com um tipo de processamento exclusivo de informação. Diz ainda que neste processamento existem vários módulos razoavelmente independentes (léxico, fonologia, morfologia, etc.), prevendo que o módulo sintático é central, gerando as principais representações e impondo restrições ao funcionamento dos demais módulos.

No nível da representação e algoritmo, a teoria previu a existência de um nível de representação lógica (nos termos da teoria, *forma lógica*), que expressaria o sentido mais propriamente semântico da proposição e outro fonológico (*forma fonológica*, ainda nos termos da teoria), no qual o nível lógico sofreria algumas transformações para adaptar-se às especificidades de cada língua para expressar as proposições. Um outro dado no nível da representação é a idéia de que algumas categorias sintáticas estão representadas de forma clara no sistema, por exemplo, as categorias verbo, sintagma nominal, etc. Em desenvolvimentos posteriores da teoria, novas categorias sintáticas foram incorporadas, como, por exemplo, a idéia de que o sistema é capaz de representar certas "barreiras", que impedem, por exemplo, alguns tipos de correferência.

Por fim, a gramática gerativa faz poucas previsões acerca da implementação, não sendo este um dos pontos importantes do modelo, mas sugere que essa computação está de alguma maneira implementada no cérebro humano devido a uma estrutura geneticamente determinada.

Como se vê, vários algoritmos diferentes, assim como diferentes tipos de representação podem ser propostos para uma mesma teoria. E uma mesma arquitetura pode ser implementada, pelo menos a princípio, em vários tipos de sistemas físicos, como cérebros humanos ou computadores digitais. É bom frisar que não existe necessariamente uma hierarquia entre os três níveis, embora, obviamente, eles estejam relacionados. Da mesma maneira que o algoritmo pode mudar, sem alterar fundamentalmente a teoria computacional, o mesmo tipo de representação pode ser usado por teorias computacionais diferentes. O importante da distinção de Marr é a tomada de consciência sobre o nível que estamos tentando explicar ao criar qualquer modelo cognitivo ou ao criticá-lo.

Essa tomada de consciência é fundamental se pretendemos incorporar de maneira relevante a cognição aos nossos modelos de explicação da linguagem. A escolha dos modelos, dos sistemas que imaginamos serem os mais adequados para descrever os nossos dados, a preferência de determinadas arquiteturas ou de determinados tipos de representação ou de algoritmo não pode ser uma escolha ingênua. Assim como não podemos aceitar ingenuamente certas características de um dado modelo cognitivo como se elas fossem óbvias ou triviais.

Podemos agora voltar à pergunta principal do tópico: qual a cognição do sócio-cognitivismo? De uma maneira geral, não se pode afirmar que exista uma opção identificada com aspectos internos, de representação do conhecimento e processamento de informação. Frequentemente, os sócio-cognitivistas tendem a ser pouco específicos sobre que tipo exatamente de sistema cognitivo endossam, Marcuschi (1999: 03), por exemplo, define cognição

da seguinte maneira:

A cognição diz respeito ao conhecimento, suas formas de produção e processamento e hoje vem tratada numa área que se chama de Ciência Cognitiva ou então, Filosofia da Mente, a depender de onde nos encontremos. Reporta-se à natureza e aos tipos de operações mentais que realizamos no ato de conhecer ou de dar a conhecer.

Enquanto Koch (2002: 37) nos dá a seguinte definição:

O “cognitivo” apresenta-se sob a forma de representações (conhecimentos estabilizados na memória, acompanhados das interpretações que lhes são associadas) e tratamentos ou formas de processamento da informação (processos voltados para a compreensão e a ação, como é que o caso por exemplo de processos inferenciais).

Como se pode perceber, as definições dadas deixam relativamente em aberto o tipo de sistema cognitivo de que se está falando. Como se disse acima, as ciências cognitivas clássicas são comumente identificadas com um modelo de cognição: aquele que descreve a mente como um sistema simbólico clássico. Essa concepção dificilmente poderá se ajustar à concepção de língua como ação conjunta e como fenômeno social. Existem vários pontos nos quais o sistema simbólico clássico está em flagrante contradição com esses princípios, por exemplo, a idéia de que os sistemas se organizam em módulos e que a representação envolvida é estável e discreta. Ao mostrar que o sentido

na língua é estabelecido na interação, os sócio-cognitivistas têm mostrado que a natureza da formas e do sistema em si não pode ser a que tradicionalmente têm previsto as análises da língua como um sistema computacional do tipo simbólico clássico.

Esse ataque é feito em diversos pontos por autores sócio-cognitivistas, comprovando o seu distanciamento em relação ao modelo dominante das ciências cognitivas clássicas, principalmente no que diz respeito à modularidade e à serialidade previstas pelo sistema cognitivista clássico:

Defendo a hipótese de que o processamento ocorre em paralelo, isto é, on-line. (Koch, 2002: 35)

desde logo deve ficar claro que não é boa decisão seguir os modularistas porque privilegiam uma sintaxe encapsulada e tem dificuldade de integrar a cultura e a experiência em suas explicações. (Marcuschi, 1999: 03)

A lingüística textual teve, na verdade, um período de relações estreitas com propostas mais clássicas de cognição, principalmente durante a década de 1970. Nesta fase, houve uma forte ênfase em aspectos explícitos do texto, sua segmentação, acesso aos conhecimentos estocados na memória que levariam à sua correta decodificação.

Para modelos com esta inspiração, haveria uma certa informação semântica (propriamente lingüística ou lexical) relacionada a cada item lexical. O conjunto dessas informações consituiria um espécie de dicionário mental, com as informações mais importantes (para alguns, as informações definicionais ou essenciais) de cada palavra. Além das informações semânticas, também

constariam no dicionário mental informações sobre a categoria sintática, morfologia, fonologia, etc de cada item lexical.

No momento da leitura, por exemplo, ao ler-se uma determinada palavra, haveria uma busca no dicionário mental, com o reconhecimento e ativação desta palavra. Em seguida, regras computacionais explícitas levariam à combinação correta de cada item lexical e ao cálculo do sentido da sentença.

Os modelos propunham freqüentemente (por exemplo, Kintsch, 1974) que a compreensão dos textos baseava-se na identificação das proposições contidas em cada sentença e na integração destas proposições numa certa macro-estrutura.

As características de processamento desse modelo⁶ são , sem dúvida, características baseadas num modelo mais geral de mente proposto pelas ciências cognitivas a partir da década de 1950 e 1960: um modelo que identificava cognição com o raciocínio do tipo lógico e com a manipulação de símbolos, que identifica a mente com uma espécie de “máquina” capaz de manipular símbolos. A manipulação seria do tipo lógico, semelhante ao cálculo proposicional (daí a conveniência em identificar as proposições subjacentes a cada texto).

Para muitos cognitivistas clássicos (especialmente Fodor, 1975) a idéia de que o pensamento é uma espécie de linguagem, próxima ao cálculo proposicional, levou à hipótese de uma língua especial em que todo pensamento seria realizado: o *mentalês*. O *mentalês* teria a propriedade de ser inato, universal

⁶Abandonado na lingüística textual hoje, mas ainda muito utilizado em estudos psicolingüísticos e em modelamento computacional da linguagem (ver Levelt, 1989, por exemplo).

e, através de regras combinatórias, gerar todos os sentidos expressáveis em língua natural, seja ela qual for, no passado ou no futuro. Não podemos nos furtar a fazer uma citação longa de Pinker (1994: 81-82) que ilustra essa posição de forma que chega a ser pitoresca:

As pessoas não pensam em inglês, chinês ou apache; elas pensam na língua do pensamento. Essa do língua do pensamento provavelmente se parece um pouco com cada uma delas. Provavelmente nesta língua há símbolos que correspondem a conceitos e, ainda, arranjos de símbolos que correspondem à “quem fez o quê com quem” [...] mas, comparado a qualquer língua específica, o mentalês deve ser mais complexo em alguns aspectos e mais simples em outros. É possível, no entanto, que os falantes de inglês, ao pensar empreguem uma forma simplificada e etiquetada do inglês [...] e que falantes da língua pensem numa forma simplificada e etiquetada de apache. Mas, para conseguir que estas línguas do pensamento sirvam para o raciocínio de forma adequada, elas devem parecer-se uma com a outra do que suas versões faladas, e, ainda, é provável que elas sejam a mesma: um mentalês universal. Saber uma língua, portanto, implica saber como traduzir o mentalês em seqüências de palavras e vice-versa. Pessoas desprovidas de língua, ainda podem conservar o mentalês, enquanto bebês e animais possivelmente de um dialeto simplificado dele. De fato, se os bebês não possuísem um mentalês do e para o qual tivessem que traduzir o inglês não é claro como o aprendizado do inglês

*poderia ocorrer nem o que aprender poderia significar.*⁷

O mentalês seria, como se vê, um tipo de linguagem semelhante às linguagens lógicas artificiais e seria subjacente a toda atividade cognitiva, incluindo a linguagem (e não só ela). A formulação fodoriana é uma formulação extrema, no entanto, muitas de suas características são encontráveis nas ciências cognitivas em geral, principalmente a ligação entre processos cognitivos e linguagens lógicas, como o cálculo proposicional.

Um processo semelhante ao cálculo proposicional é muito poderoso, capaz de uma grande quantidade de operações, mas exige, para seu funcionamento, que tanto as representações envolvidas sejam discretas e estáveis quanto as regras sejam explícitas e automáticas. Daí a idéia de estágios de processamento, serialidade (isto é, uma tarefa acabando sempre antes de outra começar), de diferentes representações estocadas em diferentes módulos do

⁷People do not think in English or Chinese or Apache; they think in a language of thought. This language of thought probably looks a bit like all these languages, presumably it has symbols for concepts, and arrangements of symbols that correspond to who did what to whom [...] But compared with any given language, mentalese must be richer in some ways and simpler in others. Now it could be that English speakers think in some kind of simplified and annotated quasi-English, [...] and that Apache speakers think in a simplified and annotated quasi-Apache. But to get these language of thought to subserve reasoning properly, they would have to look much more like each other than either does to its spoken counterpart, and it is likely that they are the same: a universal mentalese. Knowing a language, then, is knowing how to translate mentalese into strings of words and vice versa. People without language would still have mentalese, and babies and many non-human animals presumably have simpler dialects. Indeed, if babies did not have a mentalese to translate to and from English, it is not clear how learning English could take place, or even what learning English could mean.

sistema, incapazes de influenciar-se mutuamente.

O problema é que dificilmente pode-se postular que a linguagem verbal seja algo desse tipo, sobretudo se observada em seu funcionamento real. Quando observada em interações, a língua mostra-se muito mais flexível do que esse modelo explicaria. Grande parte dos sentidos produzidos dependem em alto grau de um acordo entre os interactantes. A língua, como se disse, não é um produto disponível para uso e sim um tipo de processo ou atividade em que os falantes se envolvem para realizar atividades.

Essa característica foi logo reconhecida por vários lingüistas textuais, a começar pelos próprios Van Dijk e Kinstch. Estes autores reconheceram o forte papel do leitor ou interlocutor no estabelecimento do sentido, isto é, que estes não apenas decodificam ou extraem passivamente os sentidos do texto mais ativamente colaboram para seu estabelecimento. Observam também que o escritor/falante faz as escolhas das formas lingüísticas que vai usar, levando em consideração seu interlocutor, aquilo que crê que o interlocutor saiba ou seja capaz de inferir, como se viu no texto de Luis Fernando Veríssimo que abre o capítulo.

A lingüística textual passou a postular, então, a necessidade de incorporação de regras flexíveis e, muitas vezes, de estratégias heurísticas de estabelecimento do sentido, com enfoque especialmente forte no estudo de estratégias inferenciais.

O sentido de um item lexical, nessa perspectiva, não seria algo passivo, estocado na memória simplesmente esperando para ser ativado, mas um certo conjunto de informações acessáveis para a construção local do sentido, isto é, como um conjunto de informações bastante sub-determinado que pode ser

enriquecido ou trabalhado pelo locutores em cada interação real.

Um dos materiais mais importantes para este enriquecimento ou construção local do sentido de cada item lexical é, obviamente, a história da interação até aquele instante, incluindo tanto os materiais verbais (co-textuais) quanto os não verbais da interação.

Mas, se o cognitivismo clássico parece tão inadequado para explicar estes processos de interesse dos sócio-cognitivistas, infelizmente falta-nos um arcabouço alternativo coerente, que explique como este processo pode efetivamente acontecer. Falta, igualmente, juntar ao grande volume de evidência textual evidências processuais para o modelo que procuramos desenvolver.

O aspecto cognitivo do sócio-cognitivismo não diz respeito apenas ao fato de que elementos cognitivos e mentais estão envolvidos nos processos lingüísticos, mas, sobretudo, à adoção de uma determinada concepção de cognição e ao desenvolvimento de modelos cognitivos que expliquem como a língua pode ser um sistema que funciona socialmente.

Recentemente, sobretudo a partir da década de 1990, grande volume de propostas têm sido feitas por áreas relativamente novas nas ciências cognitivas, como o connexionismo dinâmico⁸ e as pesquisas em vida artificial.

Estas pesquisas têm mostrado que, pelo menos do ponto de vista lógico, é possível pensar em processos cognitivos como fenômenos situados, dinâmicos e capazes de emergir e se organizar na interação. Um experimento que mostrou brilhantemente a plausibilidade lógica do léxico, pelo menos, emergir na interação foi o experimento de vida artificial *Talking Heads* de Steels (1999,

⁸Sobre o connexionismo é mais adequado dizer que a área foi renovada do que chamá-la propriamente de nova.

2001).

Outros exemplos de interesse para nós nestas novas pesquisas nas ciências cognitivas são exemplos sobre como a informação abstrata a respeito de estrutura sintática e texto podem ser extraídas do dado lingüístico, sem apelo nenhum a capacidades inatas. Entre os principais trabalhos nesta linha estão Elman (1991) e St. John (1994).

As novas áreas, no entanto, são capazes, no momento, de tratar apenas de problemas comparativamente menos complexos (embora de modo algum simples) do que aqueles que tem interessado fundamentalmente à lingüística textual e aos estudiosos do processo de referenciação. Limitações tecnológicas impedem que vários processos sejam diretamente simulados ou modelados com as ferramentas utilizadas por estas novas alternativas. Apesar disso, estas alternativas são fortes candidatas a preencher as lacunas de que tratamos acima no que diz respeito às atividades cognitivas.

Como vimos, um modelo de cognição apropriado, compatível com o funcionamento da língua em uso, está apenas começando a ser desenvolvido. No próximo capítulo examinaremos algumas das evidências textuais que criam a necessidade desse novo modelo, sobretudo processos de referenciação e progressão referencial através das dinâmicas das retomadas anafóricas. Depois dessas considerações estaremos aptos a examinar o tipo de retomada anafórica central no nosso trabalho: as expressões nominais indefinidas anafóricas.

Capítulo 2

Objetos de Discurso

“Foi Aureliano quem concebeu a fórmula que havia de defendê-los, durante vários meses, das evasões da memória. Descobriu-a por acaso. Insone experimentado, por ter sido um dos primeiros, tinha aprendido com perfeição a arte da ourivesaria. Um dia, estava procurando a pequena bigorna que utilizava para laminar os metais, e não se lembrou do seu nome. Seu pai lhe disse: “tás”. Aureliano escreveu o nome num papel que pregou com cola na base da bigorninha: tá. Assim, ficou certo de não esquecê-lo no futuro. Não lhe ocorreu que fosse aquela a primeira manifestação do esquecimento, porque o objeto tinha um nome difícil de lembrar. Mas, poucos dias depois, descobriu que tinha dificuldade de se lembrar de quase todas as coisas do laboratório. Então, marcou-as com o nome respectivo, de modo que bastava ler a inscrição para identificá-las. Quando seu pai lhe comunicou seu pavor de ter se esquecido até dos fatos mais impressionantes da sua infância, Aureliano lhe explicou o seu método, e José Arcadio Buendía o pôs em prática para toda a casa e mais tarde o impôs a todo o povoado. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com seu nome: mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela.

Foi ao curral e marcou os animais e as plantas: vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira. Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas pelas suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaco da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: Esta é a vaca, tem-se que ordenhá-la todas as manhãs para que produza leite e o leite é preciso fervê-lo para misturá-lo com o café e fazer café com leite. Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia, momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita.” (Gabriel Garcia Marquez, Cem anos de solidão)

2.1 Algumas considerações sobre a concepção de referência

A engenhosa solução provisória de José Arcádio Buendía para os males do esquecimento está baseada numa teoria semântica simples, que, para funcionar, exige a realização de duas premissas: 1) cada coisa tem um nome; 2) saber o nome de uma coisa é saber o que ela é.

Dizer que cada coisa tem um nome não é dizer que é possível dar um nome para qualquer objeto ou evento, se assim desejarmos, ou seja, que é possível nomear, “batizar” todas as coisas. Dizer que cada coisa tem um nome é uma afirmação um pouco mais forte: quer dizer que cada coisa tem um nome correto, um nome que melhor se aplica e melhor define o que a

coisa é, um nome que realmente diz a coisa.

Portanto, se aplicamos à coisa o nome correto, se a chamamos pelo seu nome mais apropriado, de alguma maneira temos acesso ao que a coisa é, qual sua essência, o que a define, o que a caracteriza, em que categoria de coisas devemos agrupá-la, que é o que nos diz o segundo pressuposto da teoria de José Arcádio.

A teoria de José Arcádio se baseia então numa certa concepção de como são os nomes e de como o mundo está organizado. O mundo estaria organizado de forma que ele seria agrupado em categorias, conjuntos de coisas definíveis por certas propriedades compartilhadas por todos os membros de cada conjunto. Para entender realmente o mundo, seria necessário poder listar os diferentes conjuntos, os traços e características que definem cada um deles e quais suas relações. Ou seja, o mundo estaria organizado e discretizado “lá fora”, entendê-lo seria, em última análise, compreender essa organização.

Por outro lado, os nomes de alguma forma refletiriam essa estrutura, nomear corretamente seria nomear de acordo com ela. O verdadeiro sentido de uma palavra é uma certa descrição do conjunto de características que um dado ente mundano precisa ter para poder receber esse nome, para fazer jus à etiqueta.

A língua seria uma cartografia do mundo, saber o nome seria saber a coisa. Bastaria que Jose Arcádio fosse um bom conhecedor dos nomes e das coisas para que pudesse manter todo o mundo compreensível, discretizado, à tona do mar do esquecimento. Dar nome às coisas seria uma atividade de mera constatação ou dedução, isto é, de identificação de um determinado conjunto

de características necessárias para a inclusão de um ser numa determinada designação. E a língua, na sua atividade categorizadora, não faria mais do que espelhar a realidade. Falar sobre categoria seria falar sobre a natureza das coisas, seria fazer uma ontologia, percebendo a essência dos seres. Na correspondência entre elementos e mundo é que se pode verificar a verdade ou inverdade do dito. Portanto, haveria uma maneira apropriada de se fazer referência ao mundo, uma maneira correta de associar símbolos e objetos. Segundo Pinker (1994, p. 154):

Num sentido importante, realmente existem coisas e tipos de coisas e ações lá fora no mundo e nossa mente é desenhada para encontrá-las e etiquetá-las com palavras.

Entender como isso acontece é trabalho para a psicologia ou teoria da percepção, ou até para as ciências naturais como a física e a química ou a biologia, que estariam encarregadas de encontrar a verdade dos fatos e categorizar corretamente o mundo. E, a partir daí, informar a semântica para que essa possa disciplinar o bom uso das palavras. No dizer de Bloomfield (1982 [1933]: 29-30):

As situações que incitam as pessoas a enunciar um discurso incluem todos os objetos e acontecimentos do universo. A fim de dar uma definição cientificamente precisa de significado para todas as formas de uma língua, precisaríamos ter um conhecimento cientificamente preciso de tudo o que existe no mundo do falante [...]. A determinação de significados é portanto o ponto fraco

no estudo da linguagem, e permanecerá sendo até que o conhecimento humano progrida além do seu significado atual.

Segundo uma teoria assim, para saber realmente o que uma palavra como “água” quereria dizer seria preciso chegar a uma definição científica que identificasse “água”, sendo que essa definição científica que corresponderia ao verdadeiro sentido da palavra.

Esta teoria da representação dos sentidos tem tradicionalmente se desenvolvido tendo como base uma ontologia e uma teoria da referência que confiam, tanto quanto Jose Arcádio, na correspondência entre nomes e seres. Mas não é preciso ir muito longe para contestá-la. O fato óbvio e simples de que as pessoas conseguem se entender e usar a palavra “água”, assim como todas as palavras, sem estarem de posse de uma definição como essa, já demonstra que, para entender os sentidos das palavras, não é necessário encontrar sua correspondência com o mundo.

E pior, imaginemos que se consiga chegar a uma definição cientificamente perfeita de alguma coisa (seja lá o que isso quer dizer): muito provavelmente as pessoas estariam usando o tal nome de maneira diferente dessa tal definição. Pode-se prever que seria assim para a maioria das palavras. Isso invalidaria o fato de as pessoas usarem as palavras da forma que sempre usaram? Ou impediria que a forma pela qual as pessoas empregam as palavras fosse objeto de estudo? Ou, ainda, bastaria como uma explicação de como as pessoas fazem sentido com as palavras? Não é necessário muito esforço, nem nos daremos a muito trabalho, para argumentar que a resposta a essas perguntas é não.

A forma enunciada por Bloomfield é um extremo dessa concepção. O

fato de que conhecer toda a realidade do mundo cientificamente fosse uma condição para fazer semântica muito cedo foi criticada. Percebeu-se que, embora a relação entre as palavras e as coisas não pudesse ser exaustivamente determinada, devido, sobretudo a nossa ignorância das coisas, não inviabilizaria uma tentativa de compreender o sentido. Para isso, uma opção seria restringir o estudo às relações que as palavras mantêm entre si, suas possibilidades de combinação, suas oposições sistemáticas, sem que se fizesse referência ao mundo do qual a linguagem fala. Essa é a solução estruturalista mais comum, que procurava encontrar, nas regularidades das relações lexicais, o máximo de informação possível sobre o sentido, deixando de lado os referentes a que os itens lexicais poderiam se aplicar: *“o referente, o aspecto ou acontecimento não lingüístico, como tal, fica nitidamente fora do âmbito da lingüística”* (Ulmann, 1978: 118).

Essa perspectiva, no entanto, não é a de negar que exista uma correspondência entre as palavras e os seres, pelo contrário, é a de colocar essa correspondência entre parênteses, suspender ou adiar sua investigação.

Suspensão apoiada também no fato de que se desejava investigar a linguagem, no projeto estruturalista assim como nos pós-estruturalistas, autonomamente em todos os seus aspectos, focando exclusivamente a sua própria estrutura, sua ordem interna. De toda forma, uma boa semântica seria capaz de nos dar as condições pelas quais se pode verificar a verdade de um enunciado, pelo menos, idealmente. Assim, para cada item lexical seria possível dispor de uma descrição que delimitasse de alguma maneira suas possibilidades de aplicação e combinação com outros itens, para formar uma sentença. Seria possível chegar a um conjunto de traços ou características que espe-

cificassem qual a contribuição de um dado item lexical a qualquer sentença onde ele ocorresse e esse conjunto seria seu sentido literal.

Ao fazer isso, seria possível calcular qualquer sentença e, em “contexto neutro”, possibilitar chegar a um significado que possa ser verificado, cujo valor de verdade possa ser estabelecido. De qualquer maneira, do ponto de vista filosófico, a linguagem fala do mundo tal como o mundo é e o faz isso com base no fato de o mundo fazer sentido. A linguagem continua sendo uma nomenclatura desse mundo. Temos, então, teorias que descrevem o sentido dos itens lexicais como unidades que participam (como variáveis de funções) da construção dos sentidos literais das sentenças. O sentido das variáveis é descrito ou em termos de uma definição que expresse esse sentido (O homem é um animal racional; O homem é um bípede implume), ou de um conjunto primitivo de traços (+ animado; +humano, + racional) que, computados segundo alguma regra explícita, expressem igualmente esse sentido. O conceito de sentido literal, portanto, está intimamente ligado ao conceito de “verdade” ou adequação referencial:

*A tradição fregeana tem tendido a requerer que os sentidos literais sejam capazes de determinar as condições de verdade de uma sentença ou, mais geralmente, as condições de satisfação das sentenças.*¹ (Dascal, 1987: 11).

Embora a tradição estruturalista e neo-estruturalista (Fodor, por exemplo, ver capítulo 1) tenha tendido a abandonar a referência como objeto de

¹The Fregean tradition has tended to require that literal meanings should be able to determine the truth conditions of a sentence or, more generally, the satisfaction conditions of sentences.

estudo, concentrando-se apenas nos aspectos do sentido, não se pode deixar de notar que o sentido, para eles, tem as condições de satisfação que correspondem a uma descrição intensional do que, por outro lado, é o conjunto extensional de denotações possíveis.

Teorias cognitivas que partem de semânticas como essa têm a complicação adicional de transformar essa correspondência numa realidade subjetiva, interna. O processamento, a combinação, seria algo de natureza subjacente ao processo visível da linguagem. Quando se pensa nesse sentido na mente, a dificuldade aumenta, devido à exigência de uma plausibilidade psicológica desses modelos. Os sentidos literais, reais, das palavras têm que estar na memória dos falantes. Isto significa que os falantes teriam de ter, no seu aparato psicológico e biológico, um mecanismo que permita chegar ao estabelecimento desses sentidos. E como os sentidos das palavras não são representações pessoais, íntimas de quem representa, mas têm que funcionar como “moeda comum” em trocas com outros indivíduos, é preciso garantir que esses sentidos literais estejam simultaneamente disponíveis para todos. As soluções mais comuns propostas para isso é que eles sejam inatos, universais e fruto da evolução da espécie, ou seja, um certo repertório semântico, ou uma certa capacidade de referir o mundo pela linguagem fazem parte da nossa “natureza”. A instabilidade óbvia das palavras (em todos os níveis) é uma dificuldade grande para esse esquema. Primeiro, a existência de muitas línguas, muitas palavras para os mesmos conceitos, definições ou conjuntos de traços que subjazem a elas. Pode-se dizer, então, que os sentidos não estão nas palavras, mas em outra instância psicológica, as palavras são nomes diferentes para as mesmas representações.

Ou seja, o sentido das palavras seria subsidiário de um outro sentido, anterior e mais primitivo que elas: o sentido das representações conceituais. Apesar de um grande número de evidências de que realmente existe um conjunto conceitual que difere das palavras, a solução não resolve problema do sentido das palavras. Principalmente porque, simplesmente, transfere o problema do significado para outro lugar, encarrega alguém (por exemplo, o psicólogo ou o sociólogo ou o biólogo) de resolver esse problema para o lingüista. O relacionamento das palavras com os conceitos não é nada simples e exige um conjunto muito grande investigações por si mesmo.

A maioria dos estudos (mesmo aqueles como as teorias da psicologia cognitiva que têm tendido para uma concepção de um mundo não discretizado previamente, mas cuja representação é construída ativamente pela percepção) vê a percepção e a aquisição dos conceitos como complicada, mas a palavra como sendo simples. O problema é decidir que palavra assinalar a cada conceito, depois de feito isso, a palavra fica passiva e podemos passar às combinações entre palavras. As evidências, entretanto, demonstram que não podemos falar do sentido da palavra, uma vez estabelecido e adquirido. A palavra em si é complexa, seus sentidos são opacos e mutantes e ela pode aparecer com um uso novo e estranho a qualquer momento. E é bom frisar que isso não é raro, ao contrário. A hermenêutica se desenvolve graças à força e freqüência que esses fenômenos de indeterminação e opacidade têm nos textos reais.

Mesmo aqueles (como os científicos ou jurídicos) que pretendem esforçar-se ao máximo para evitar essas indeterminações não conseguem escapar delas. A saída mais simples para o problema é a da idealização. Podemos criar uma

ilusão de palavra estática e trabalhar com essa ilusão. Podemos tentar encontrar a essência invariante em todos os usos, deixando o resto como acidente. Podemos também criar um conjunto de operações ad hoc a serem realizadas sobre esses sentidos e que explicarão essas mudanças. Uma das fontes dessas operações é o misterioso e poderoso contexto que, estas tendências idealizadoras do sentido tendem a não integrar de maneira explícita e coerente, deixando como um “último recurso” para a solução de problemas de interpretação que os modelos não conseguem incluir.

2.2 Referência e Referenciação

A visão defendida nesse trabalho (seguindo teóricos como Mondada, Marcuschi e Koch) é que a língua tem a ver com a ontologia, mas não é uma ontologia. A língua é uma atividade humana, uma ação, uma construção ativa de sentidos. A língua não é o lugar ideal para resolver os problemas relacionados à verdade e a mentira.

Sentidos são construídos ativamente pelos interlocutores na interação, numa atividade de interpretação mutuamente coordenada e negociada. E, se se adquire uma possibilidade de investigação dos valores de verdade, não é na imanência dos sentidos lexicais ou literais, mas na arena social. A língua não opera em “estado de dicionário”. Segundo Marcuschi e Koch (1998):

A língua é heterogênea, opaca, histórica, variável, e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em consequência, será essencial postular o princípio da indeterminação em todos os níveis. A língua não é o

limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos.

Além do que, não sabemos se o mundo lá fora está realmente discretizado e estruturado da maneira como prevê a ontologia que baseia a idéia de língua como correspondência ou co-variação prevê. É importante frisar que não estamos dizendo que o mundo não está discretizado ou organizado, que a realidade não existe, ou qualquer coisa do gênero. Muito mais simplesmente, estamos argumentando que o melhor lugar para fazer investigar a natureza da realidade não é a semântica, o estudo da linguagem. Entender o sentido é entender como as pessoas fazem sentido com as palavras e não como as palavras refletem o mundo. Claro que o mundo toma parte nesse jogo, mas não na forma de espelhamento, no dizer de Marcuschi (1998:02):

“Isso não quer dizer que se nega a existência de um mundo extra-mental. Afinal, não postulamos uma teoria subjetivista nem idealista na qual o mundo seria uma criação de nossos discursos. A rigor, a realidade empírica extra-mental existe, mas mais do que uma experiência estritamente sensorial e especularmente refletida pela linguagem é discretizada no processo de designação discursiva e dependente de um trabalho cognitivo realizado no discurso.

Kleiber (1999), entre outros, é um dos autores que, ao abordarem as teorias da referenciação e de objetos de discurso, as relacionam com a idéia de que a realidade é uma invenção discursiva. Segundo o autor, a língua faria

referência ao real, a realidade externa, independentemente de saber se essa realidade é objetiva e independente dos observadores, ou se ela é construída intersubjetivamente. De uma forma ou de outra, isso seria indiferente para a relação entre linguagem-realidade, já que somos impelidos, quer queiramos, quer não, a crer numa realidade, a nos movermos num mundo que se não é, “parece” real. E é a esse mundo que a linguagem faria referência. As palavras apontam para esta realidade e só em relação a ela que só pode realizar qualquer teste de vericondicionalidade: o *status* ontológico da realidade, para estes fins, não interessa ao semanticista. Dizer que a referência é negociada, ou que as possibilidades de referência são abertas, plásticas, sensíveis ao contexto, à interação e às necessidades enunciativas e argumentativas, para Kleiber, equivaleria a dizer que a referência é idiossincrática e arbitrária em cada evento referencial, que não existe nenhum tipo de sistematização possível e que o significado seria criado de novo (a partir do zero, praticamente) em cada interação:

*Uma tal hipótese discursivo-cognitiva da referência nos parece fundamentalmente disconsiderar um ponto crucial, a saber, que a linguagem enquanto sistema de signos é voltada para o exterior, para aquilo que nós chamamos ou cremos ser a realidade ou ainda o mundo.*² (Kleiber, 1999: 25)

Como dissemos já em outro lugar (Cunha Lima, 2001), essa formulação é uma caricatura que não se justifica, já que existe uma enorme distância entre

²Une telle hypothèse discursivo-cognitive de la référence [...] nous paraît fondamentalement méconnaître un point crucial, à savoir, que le langage en tant que système de signes est tourné vers le dehors, vers qu'on appelle ou qu'on croit la réalité ou encore le monde.

dizer que a língua não espelha a realidade e que a língua não tem nenhuma relação com a realidade, que a referência é mera criação dos locutores.

Além do que, as negociações não acontecem abstratamente, fora da história, da vida social, de ritos e eventos socialmente marcados. Só isso já seria suficiente para sistematizar os sentidos que podem ser produzidos dentro de um dado sistema. A negociação de sentido supõe conhecimento partilhado, baseia-se na suposição de que certas informações são inferíveis de outras e no amplo leque de evocações que um dado item lexical pode trazer.

A má caracterização da teoria acontece pelo fato de Kleiber e vários outros autores que fazem esse tipo de crítica estarem lidando com uma compreensão do real a partir de uma premissa oculta sobre sua natureza, que é a seguinte: o real (seja ele objetivo ou intersubjetivo) é estável e discreto. Para que as palavras possam se voltar para esse real, elas precisam apreendê-lo, e ter, conseqüentemente, um sentido estável e discreto. A esse respeito é preciso frisar duas coisas: 1) não existe um bom motivo para que o real pressuponha ou exija logicamente estabilidade ou discrição: se o real é mutante e de fronteiras difusas, nem por isso deixaria de ser real; 2) qualquer que seja a natureza do real, a língua não necessariamente precisa refleti-la para lidar com ele, quer dizer, seja o real estável e discreto, ou instável e contínuo, a língua pode se reportar a ele de maneira assimétrica.

Para que a língua se relacione com o mundo não existe a necessidade de que o dissequemos e representemos tal qual ele é. A hipótese de que a língua lida com o real de diversas maneiras (espelhando-o ou não) não impede que a língua esteja relacionada à realidade e trate dela. Outro tipo de críticas que se aplicam a teorias como as de referenciação e objetos de discurso são

as feitas por Searle (2000), quando o autor ataca aquilo que ele chama de perspectivismo. Perspectivismo, segundo ele, envolve todas as teorias que dizem que a realidade é de alguma maneira construída por quem a observa, e, portanto, isso se reflete necessariamente na língua. Segundo Searle (2000: 28):

Os argumentos tomam formas diferentes, mas o ponto comum a todos é que não temos acesso, não temos como representar e não temos meios para lidar com o mundo real exceto de um determinado ponto de vista [...] se não existe acesso não mediado à realidade, então, assim reza o argumento, não há realmente por que falar em realidade e, de fato, não há realidade independente de posturas, aspectos e pontos de vista.

O autor critica esse ponto de vista dizendo que o fato de estarmos sempre em perspectiva para olhar qualquer realidade não entra, de forma alguma, em contradição lógica com o fato de que o que estamos olhando é o real. Os perspectivistas cometeriam o erro de imaginar que “conhecer a realidade, tal como ela é, exigiria conhecê-la a partir de nenhum ponto de vista”, e essa exigência, para ele, seria injustificada. Assim, Searle adota o que ele chama de “realismo externo”, segundo o qual, seja lá qual for a realidade do mundo exterior, ela inegavelmente existe.

São dois os problemas que encontramos na argumentação searleana. Primeiro, se é certo que conhecer a realidade de uma dada perspectiva não significa que nós a não conheçamos de forma alguma, não existe nenhum motivo, partindo disso, para afirmar que a conhecemos. Na melhor das hipóteses esse argumento permite dizer que não sabemos se conhecemos a realidade ou não.

O segundo problema é que Searle, ao fazer essa caracterização do perspectivismo, esquece de dizer que o valor que se dá ao fato de que todas as observações são sempre em perspectiva não implica um desejo de um ponto de vista supra-perspectivado, mas a constatação de que as perspectivas diferentes entram em contradição, e não há um método seguro para resolvê-las.

Por outro lado, como já se disse, o problema para os estudiosos da referência e dos objetos de discurso não é a existência ou não de uma realidade externa, nem a sua natureza. É a constatação de que a vericondicionabilidade é irrelevante, do ponto de vista metodológico, para a compreensão da construção de sentidos. A existência dessa realidade externa não interfere profundamente no fato de lidarmos com ela (ou de imaginarmos como ela seja), a partir de estratégias ricas de designação e não de forma taxionômica ou cartográfica. O lugar da observação da construção desses sentidos, das estratégias que tornam possível esta construção é o uso efetivo da língua, as atividades reais de construção do sentido.

Esta é uma das razões pelas quais preferimos investigar a língua em textos reais, falados ou escritos. Os significados das palavras não serão, por princípio, apropriadamente compreendidos por introspecção, em isolado. Ou seja, o significado de uma palavra qualquer deverá ser observado em uso. Não será possível assinalar qual o leque de possibilidades de emprego de um item *a priori*, por meio de regras combinatórias, já que o trabalho criativo dos falantes pode sempre fazer emergirem novos significados.

A referência, portanto, não é a introdução de unidades discretas e estáveis no texto, unidades que estariam reificadas em nosso sistema cognitivo, é trabalho sobre possibilidades de dizer, trabalho para o qual concorrem simulta-

neamente as realizações anteriores de cada palavra e trabalho criativo sobre ela, tanto para a produção como para a compreensão textual. Marcuschi afirma (1998, p.4):

...as operações de escolhas do léxico para designar determinadas entidades são comandadas por uma série de parâmetros que colaboram com a contextualização dos discursos em andamento. Assim, parâmetros tais como gênero discursivo..., objetivos e propósitos do discurso, situação enunciativa, tópico, interlocutores, etc., podem ser relevantes para uma ou outra escolha. Resta saber, em cada caso como isso funciona e se estamos sempre submetidos a esse tipo de condição.

Para realizar um estudo da construção de sentido nessa perspectiva é então necessário “desontologizar a língua, desmundanizar o léxico” (Marcuschi, 1998, p.4). Mondada (1994) propõe o estudo privilegiado das manifestações de descontinuidade e instabilidade para por a nu o caráter indeterminado e processual do sentido. O que vai interessar a esta a autora (Mondada e Dubois, 1995) é a forma pela qual são construídas as “versões públicas do mundo”. Essas versões são construídas em um incessante processo de estabilização das representações e usos. Estabilização para as quais cooperam forças sociais organizadoras como a ciência, por exemplo. Para estas autoras (como para nós) a língua é constitutivamente instável e está constantemente em processo de estabilização, isto é, temos um conjunto de versões de mundo que são mais ou menos solidificadas, mais ou menos objetivas.

O léxico, tal como representado na memória, é também constitutivamente instável. E está sujeito também a processos de estabilização. Isso significa que a representação lexical pode ser pensada como mais ou menos sólida, mais ou menos objetiva e sujeita a uma aplicação de variadas forças, que ajudaram a estabilizar o sentido num ou noutra configuração em vários momentos dados.

Um ponto importante é se pensar que o sentido não é determinado exclusivamente no discurso, que se pode dizer o que quiser com qualquer palavra. A idéia não é a de uma criação solipsista dos sentidos, mas de uma criação que, embora ancorada na realidade social e natural, não seja o mero reflexo desta. Introduzir um referente no discurso não é apontar um ser recuperável necessariamente no mundo. Partindo dessa visão (e seguindo Mondada e Dubois, 1995), a referência perde para Marcuschi e Koch (1997) o sentido de introdução do mundo no discurso. O que passamos a ter é um processo de referenciação onde “os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes”.

Os objetos-de-discurso são apontados, negociados, introduzidos, modificados e mantidos no discurso. Diz Mondada (1994:97):

A análise etnometodológica das categorias permite mostrar que elas são sempre construídas num contexto interacional, de forma situada e com fins práticos. A questão de adequação referencial não pode ser posta sem a concepção de que a referência é construída local e interativamente, e não dada por critérios a priori em relação com uma realidade independente.

Ou seja, a maneira pela qual categorizamos o mundo e o dizemos no

discurso é resultado de um trabalho complexo que envolve percepção, negociação, e várias estratégias complexas para dizer o mundo. Não acontece apenas na mente de quem fala e não é a seleção automática de termos que se aplicam a ou descrevem, precisamente uma dada realidade. Os referentes não se apresentam naturalmente no mundo, com nomes-etiquetas virtuais afixados a eles. Designá-los e introduzi-los no discurso implica escolhas, tratamentos da realidade e trabalhos com o mundo. Escolhas motivadas e sancionadas na interação. Não devemos, então, falar em referência, mas em referenciação, um processo pelo qual os indivíduos, numa prática discursiva, social, histórica e contextualmente situadas, negociam sentidos e constroem objetos de discurso que põem sempre em relevo determinados aspectos da realidade.

A adequação referencial é, portanto, como dizem Apothélos e Reichler-Béguelin (1995: 240): “*antes uma condição cultural que ontológica*”. Pode-se dizer que a relação entre palavras e coisas é constitutivamente instável, “*práticas sociais e categorizações lexicais são correlacionadas*”.

2.3 Progressão referencial

Os estudos que deram origem à teoria da referenciação têm muito a ver com a análise dos processos aos quais se denomina progressão referencial. A progressão referencial, ao lado da progressão tópica, é um dos processos que garantem tanto a coesão e coerência textuais, como a evolução do texto.

A progressão tópica diz respeito aos assuntos e temas tratados no discurso, está relacionada com a pergunta : “sobre o que estamos falando?”. Os

tópicos, num discurso qualquer, progridem de diversas maneiras, sendo raramente lineares e também raramente restringindo-se a um só. Novos tópicos são introduzidos e antigos tópicos abandonados e, muito freqüentemente, os tópicos se dividem em sub-tópicos que realizam progressões locais do tópico principal.

A progressão referencial, por sua vez, está relacionada à introdução, manutenção e gerenciamento de referentes no discurso. Os elementos, uma vez introduzidos, são retomados e mantidos por diversas estratégias, como a pronominalização, a repetição, a recategorização, o uso de sinônimos, hiperônimos e mesmo de antônimos, nominalizações e ainda outros. Novas informações vão sendo acrescentadas ao referente e a progressão do tópico permite que ele seja designado por nomes que inicialmente não seriam previsíveis, formando uma cadeia referencial. Observe-se, por exemplo, o trecho abaixo, retirado de uma revista semanal:

- (2.1) **Jennifer Lopez** S/A. Filmes, discos, roupas e fofocas: **a estrela latina** virou uma corporação que vende de tudo Se há alguém que conhece seu eleitorado, é Jennifer Lopez. Em Encontro de Amor (Maid in Manhattan, Estados Unidos, 2002), que estréia nesta quinta-feira no país, ela interpreta Marisa Ventura, camareira de um hotel de Nova York que, indevidamente vestida com as roupas de grife de uma hóspede, atrai a atenção de um candidato ao Senado (Ralph Fiennes) [...] Mas **a Vênus calipígia** usa sua beleza de formas diversas, conforme o hábitat. Outra estratégia sua é a de total visibilidade na vida pessoal. Entrevistas bem urdidas, vestidos de parar as rotativas e principalmente romances são as armas **da estrela**, que em seis anos se casou duas vezes (ambas brevíssimas) e namorou o rapper Puff Daddy, de quem se afastou quando os dois foram envolvidos num

tiroteio numa boate nova-iorquina. A última conquista de Jennifer, que lhe tem garantido capa nos tablóides dia sim, dia não, é o astro Ben Affleck. A imprensa americana apelidou as peripécias do casal de "o Bennifer Show". Dado o currículo **da noiva**, porém, ninguém quer arriscar uma aposta sobre quanto tempo ele vai ficar no ar. (Veja 16/04/2003)

Nesse exemplo, temos uma cadeia referencial na qual Jennifer Lopez é retomada de diversas maneiras:

- A estrela latina
- ela
- a Vênus calipígia
- a estrela
- a noiva.

Na cadeia referencial existe continuidade, mas uma continuidade que depende da capacidade de realizar inferências e de ativar certos modelos e certos conhecimentos de mundo. Por exemplo, a expressão a noiva exige que o leitor ative conhecimentos estereotípicos para interpretar seu valor, já que só é possível devido a menções anteriores de Ben Affleck e o casal. Isto mostra que as diversas cadeias referenciais podem se entrecruzar e se sobrepor. No texto, por exemplo, a cadeia acima se entrecruza com a seguinte:

- vida pessoal
- romances

- última conquista
- Ben Affleck
- o casal
- a noiva.

A introdução de *o currículo* também só é compreensível a partir das informações sobre os diversos romances que a cantora teve nos últimos anos. Trata-se aqui, de currículo amoroso, uma inferência que é permitida pelas informações do co-texto e que depende em parte de um julgamento de valor, sugerido pelo autor. Além de garantir a continuidade referencial, mantendo uma certa redundância necessária para a coesão do texto, a cadeia referencial serve também para progressão, adicionando informações novas e fazendo o texto evoluir ao mesmo tempo em que aponta para trás. No dizer de Mondada (1994:64):

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como de articular-se em partes susceptíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

O fato de haver progressão referencial, com mudança do objeto ao longo da cadeia, fez alguns autores falarem em referentes evolutivos. Essa noção,

no entanto, é contestada, entre outros, por Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995:239-240) e por Marcuschi (19JJ: 03), para quem o termo referentes evolutivos é inadequado por recobrir, “*ambigüamente . . . a coisa extra-lingüística . . . e os objetos de discurso*”, Marcuschi propõe, então, que se distinga entre objetos mundanos (os entidades extra-discurso, a realidade; de qualquer forma que a concebamos) e objetos de discurso que é a maneira pela qual os entes são tratados e apresentados no discurso. Propõem em seguida os autores (1995, p. 242) que “*de maneira geral, a cada momento do discurso, o locutor dispõe para designar um dado objeto de uma série não-fechada de expressões lingüísticas utilizáveis com condições referencialmente iguais*”. O texto não precisa, necessariamente, sancionar ou seguir modificações ocorridas no mundo extra-discursivo.

Numa narrativa, por exemplo, um elemento pode ser introduzido como um bebê e evoluir até a velhice, fazendo o objeto de discurso evoluir numa ordem semelhante a sua evolução mundana. Pode-se também começar um texto falando uma coisa do tipo: “O futuro imperador da França nasceu na miséria”, antecipando algo que só vai acontecer muito depois no tempo da narrativa. O referente muitas vezes não é identificável com referentes já estabilizados no mundo extra-discursivo, mas estabelecido no discurso, exigindo dos interlocutores atividades imaginativas para a interpretação do referente:

- (2.2) O dia começa às cinco para a turma que serve o café da manhã –Carregam os pães e grandes vasilhames com café em carrinhos de ferro. Pelo guichê das celas trancadas surgem canecas e bules amassados, à medida que o grupo passa. **Os inimigos da aurora** deixam vasilha de café no guichê da

porta e penduram um saco plástico para receber o pãozinho com manteiga e evitar o suplício de sair da cama.

Inimigos da aurora são uma categoria que faz sentido dentro do texto, referindo-se aos detentos que não gostam de levantar cedo, porém é muito difícil dizer qual o significado dessa expressão fora de contexto.

- (2.3) As vésperas da invasão do Iraque, o presidente egípcio, Hosni Mubarak, fez um alerta aos Estados Unidos: “A guerra vai produzir uma centena de **Bin Ladens**”, disse o mandatário do Egito, (Veja, 16/04/2003)

Aqui, Bin Laden, um indivíduo, torna-se um tipo, com características inferíveis através dos nossos conhecimentos a respeito deste indivíduo, as de um terrorista originado no mundo árabe e com ódio aos Estados Unidos. Clark (1992: 344-345) aponta a estratégia de uso de epônimos como um como uma forma fértil de criação de novas categorias. Ele dá exemplos interessantes em inglês dessa estratégia: “*Faça um napoleão para a câmera*” ou “*Ela conseguiu ‘houdinar’ um jeito de sair do armário*”³ O autor aponta para o fato de podermos transferir informações do nome próprio para o novo emprego, (no nosso exemplo, o de substantivo comum, mas freqüentemente também de verbos – *to Houdini*), de maneira fácil e automática.

Em outros momentos, o objeto de discurso resulta de uma atividade de resumo, de condensação de partes inteiras anteriores do texto, numa estratégia chamada de rotulação:

- (2.4) A repressão policial na crackolândia, reduto de traficantes e dependentes de crack no centro de São Paulo divide opiniões. De um lado, especialistas no

³“*She managed to **Houdini** her way out of the closet*”; “*Please do a **Napoleon** for the camera*” .

tratamento de dependentes condenam a estratégia do governo para expulsar os viciados da região. De outro, comerciantes locais aplaudem a iniciativa. Para o psiquiatra Auro Lescher, coordenador do Projeto Quixote, criado pela Escola Paulista de Medicina para atender crianças e adolescentes que vivem nas ruas, a ação da polícia é apenas uma maneira “de varrer a sujeira para debaixo do tapete”. “Estão tratando uma questão social como se fosse uma questão urbanística e financeira . Enquanto adotarem medidas repressivas estarão perpetuando **um grave problema**”, diz. (FSP “Especialistas criticam ação do governo”)

A escolha dos nomes para designar os referentes em todas essas estratégias vai se dever tanto ao contexto enunciativo quanto aos efeitos de sentido pretendidos, que podem ser, entre outros: 1) argumentativos (para levar a uma certa conclusão); 2) sociais (para preservação da face, eufemismo); 3) polifônicos (evocar outro ponto de vista que não o de enunciador); 4) estéticos, etc.

Muitas vezes, as escolhas pelas quais dados itens lexicais são utilizados para as retomadas são motivadas por valores argumentativos, com a escolha dos nomes núcleos figurando como um dos seus mais importantes recursos. Observe-se, nos exemplos, o valor das escolhas lexicais feitas para caracterizar os referentes (Saddam Hussein e seus atos no exemplo (2.3) e os menores de idade, no exemplo (2.6):

- (2.5) Como todos **os tiranos** que o precederam na longa história de iniquidades políticas de nosso tempo, Saddam Hussein foi um homem brutal e ignorante. **Suas ações criminosas** podem ser encontradas em todos os domínios da vida no Iraque.

(2.6) Banditismo – As autoridades e a sociedade brasileira tem que acabar de uma vez com esta hipocrisia de batizar **bandido** de menor de 18 anos de idade **de criança** e sem responsabilidade criminal. Marginal e bandido têm que ser tratados com os rigores da lei penal. Bandido é bandido em qualquer lugar do mundo. Por conta deste apadrinhamento todo é que os marginais **menores de idade** estão cada dia pior. As pessoas de bem estão expostas à sanha desses **delinqüentes**, basta de impunidade. As polícias estão impedidas de trabalhar por conta da hipocrisia de uma minoria que se acha no direito de legislar em favor de **bandidos**, fabricando verdadeiras **bestas-fera**. Crimes bárbaros praticamos por **menores de 18 anos** estão se avolumando em todo o país, rebeliões acontecem em presídios e Febem, os meios de comunicação mostram, porém, nada acontece porque **os presidiários** não podem ser responsabilizados pelas destruições praticadas, causando prejuízo ao erário público, tudo isto causado por verdadeiros **gigantes de menor idade**. A polícia fica impedida de trabalhar, porque a lei e o Estatuto da Criança protege “**criancinhas**”. [...]. A.E. F. - Olinda-PE - Jornal do Commercio 14/11/99

No exemplo (2.6), existe uma disputa sobre a legitimidade de certas formas de nomear os referentes, (se o correto seria bandido, como quer o autor, ou criança, como querem, segundo ele, as autoridades e a sociedade brasileira), marcando pontos de vista e atitudes diferentes em relação a eles. Essa adequação diz menos respeito à verdade sobre as pessoas do texto (já que não está em dúvida que, segundo a definição legal, elas são menores), mas, na verdade, a qual deveria ser o foco proeminente do tratamento desses indivíduos.

O produtor tem a sua disposição uma variedade de opções para figurar como nomes-núcleo numa cadeia referencial, de forma que as estratégias de designação, preservando a possibilidade de identificação referencial, prestam-se a materialização, no dizer de Koch (2000: 01-02), de vários projetos de dizer:

A informação contida no nome núcleo tem, em geral, uma função discriminante: esse descritor lexical é uma ferramenta privilegiada para permitir a identificação referencial. É importante frisar que a predicação realizada por uma expressão nominal não tem nada de obrigatório ou determinado. Caso o contrário, ter-se-ia de condenar como 'delituosas' as recategorizações inovadoras ou paradoxais, bem como as metáforas da invenção contidas nesse descritor, que, na verdade, fazem parte de seu funcionamento normal.

Cabe à progressão referencial manter esse referente identificado e também fazer interpretáveis as modificações introduzidas. Os dois aspectos a ser considerados são a coesão lexical e atividade de referência. Um dos elementos mais ricos é a retomada anafórica que geralmente caracteriza essa atividade. A anáfora tem sido caracterizada cada vez mais como uma atividade mais ampla do que seria previsível segundo perspectivas que não investigam além do nível da sentença.

Como já dissemos, a referência, tomada como atividade, envolve operações complexas, já que a identificação da continuidade referencial envolve muito mais do que operações de concordância sintática e morfológica, como o mo-

delo tradicional de anáfora tem previsto. Muitas vezes, como afirma Marcucci (1998:24), compreendemos o que é que está sendo referido através de operações complexas, que fazem uso de conhecimentos de variados tipos: “em nossos discursos, mais da metade do que entendemos ou pensamos estar sendo referido, é obtido por uma atividade sobre o texto e não nos chega como informação direta e objetiva”. Dito de outra maneira, a referência freqüentemente é uma inferência.

Um caso flagrante de dependência de atividades inferenciais para o estabelecimento da referência é a anáfora (pronominal) sem antecedente explícito, na qual o pronome só é preenchido, ou seja, seu referente só é estabelecido, pela mobilização de informações diversas, oferecidas parcialmente pelo co-texto, como nos exemplos abaixo (cartas pessoais, a primeira entre dois amigos e a segunda, de uma adolescente sobre a sua experiência estudando nos Estados Unidos):

- (2.7) É o seguinte: como você sabe, estudo no CEFET - RJ e estou no último ano do curso técnico de Meteorologia. Bem, já estou estagiando em Furnas Centrais Elétricas. É uma das empresas que gera eletricidade para o Brasil, com suas usinas hidroelétricas. Você deve estar pensando: mas porque **eles** querem um meteorologista? (corpus do NELFE/Recife)
- (2.8) A aula de geografia eu entendo muito. Mas **eles** estão dando vegetação, ou seja, a Amazônia está incluída, e eu não gosto do jeito que a galera fala do Brasil, eu odeio! Amanhã eu começo a treinar vôlei, a treinadora disse que eu vou ter que esquentar banco porque **elas** já têm um time completo. Mas eu tenho certeza que vou sair rapidinho do banco, eu posso fazer melhor que **elas**.

Ou numa propaganda de revista veiculada pela TV:

(2.9) A promoção é tão incrível que **eles** pediram para a gente deixar por escrito.

A interpretação de eles, em (2.7) só é possível se ativarmos conhecimentos sobre a estrutura de uma empresa, com seus diretores, objetivos, etc, ou seja, dá-se como uma inferência realizada a partir de nossos conhecimentos de mundo.

No exemplo (2.8), a estratégia de mobilização dos conhecimentos de mundo é semelhante. No primeiro *eles* o referente deve ser a escola, a turma, os professores. O primeiro *elas* deve se referir tanto à professora quanto às alunas, enquanto o segundo *elas* refere-se, provavelmente, só as alunas, que serão superadas pela autora da carta.

Quanto ao *eles* do exemplo (2.9), o referente exato é muito opaco, os responsáveis pela propaganda, os vendedores são possíveis candidatos, mas é muito difícil determinar exatamente quem sejam.

As interpretações se dão com base na memória discursiva, em inferências a partir do contexto. A dificuldade de determinar exatamente qual é o referente do pronome nos casos acima não se constitui num problema, pois os interlocutores conseguem manter a coerência geral do discurso e gerenciar as informações sem dificuldade.

Parece que esse nível de indeterminação é perfeitamente aceitável e mesmo muito freqüente na língua, passando, inclusive, no mais das vezes, despercebido. Observe-se o exemplo abaixo, onde fenômeno semelhante acontece:

(2.10) **Margô** passou três meses no distrito, numa cela com 32 homens, e
ninguém abusou dela. Apesar da sainha agarrada, do bustiê e do silicone

nas coxas, o maior respeito. Quando foi transferida para o Carandiru, conheceu um ladrão e se apaixonou.

Um domingo de visita (não para **elas**, há muito distantes da família), com sangue nos olhos, o ladrão invadiu o barraco: -Você vai aprender a calar essa filha da puta da tua boca! E, antes que ela entendesse, acertou-lhe um murro no queixo com tamanha força que Margô, perdeu o equilíbrio, bateu a cabeça no armário (...) Isso porque a mulher do ladrão, mãe dos três filhos dele, na visita, disse que já sabia de tudo e que só voltaria quando ele largasse **daquele degenerado!** (Drauzio Varela (2000), Estação Carandiru, 213-214).

Nesse exemplo, são conhecimentos de mundo e informações co-textuais que permitem inferir que *Margô* é um travesti. Alguns dos elementos que ajudam na inferência são a referência a silicone, produto tipicamente usado por travestis; a transferência para o Carandiru, presídio masculino; e finalmente, a expressão *degenerado*, que tanto pelo emprego no gênero masculino quanto pelos sentidos que evoca, permitem inferir que *Margô* é um homossexual.

A expressão degenerado tem também forte valor argumentativo e serve para marcar as vozes, os pontos de vista, presentes no texto, no caso, a mulher do ladrão, que não aceita a condição “feminina” com que o narrador, os outros personagens e a própria protagonista (*Margô*) a vêem.

Outro fato interessante desse exemplo é o pronome sem antecedente explícito *elas* em “não para **elas**, há muito distantes da família”. Que, também devido a inferências contextuais é interpretado como se referindo ao conjunto de travestis do presídio. O uso de pronomes femininos para referir-se a ho-

mossexuais permite que até mesmo pronomes tenham uma capacidade recategorizadora:

(2.11) Curiosamente, **o travesti** encontra força na fragilidade feminina e impõe respeito. Nem tudo são rosas entre **elas**[...].

Apesar da ampla liberdade de que dispõem os produtores para realizarem suas escolhas de designação dos referentes no processo de referenciação, na cadeia referencial essa liberdade encontra uma restrição: a necessidade de manter o referente identificável. Os usuários da língua não parecem ter muita dificuldade para realizar as operações de mapeamento da informação anteriormente presente no texto e a informação nova.

Um dos elementos principais para identificar qual o *status* informacional de um referente (se dado ou novo) é o uso dos artigos. O artigo definido marcaria informação dada ou acessível, enquanto o indefinido marcaria informação nova. Neste trabalho, veremos que a relação não é tão simples, o indefinido nem sempre indica informação nova. O caráter de informação nova assinalado a um dado referente introduzido por um indefinido é determinado por mais elementos na sentença do que simplesmente a expressão nominal envolvida. Isso implica que a construção do sentido lexical não é, simplesmente, uma trabalho de acesso e ativação do sentido da palavra, mas uma construção que acontece ao longo da sentença e, sobretudo, ao longo do texto.

A relação entre indefinido e verbo não pode ser percebida na análise das sentenças isoladas mas apenas na dinâmica textual. De fato, do ponto de vista metodológico, a análise do texto ou, mais especificamente, da introdução e construção referencial no texto é essencial para que a relação do

indefinido com os outros referentes e com os eventos expressos nas sentenças torne-se visível. Como veremos, este tipo de análise ajuda a lançar uma nova luz sobre o uso dos indefinidos. No próximo capítulo, partiremos para a análise mais concreta desse caso.

Capítulo 3

Anafóra e Indefinido

3.1 Indefinido

Comparem-se o exemplo abaixo com uma versão modificada:¹:

- (3.1) a. Um problema mais válido, que cativou a natureza excêntrica de Euler, relacionava-se com *uma cidade* prussiana, que hoje se tornou a cidade russa de Kaliningrado. **A cidade** foi erguida nas margens do rio Pregel e consiste em quatro bairros separados, ligados por sete pontes. A figura 7 mostra um diagrama **da cidade**. [...] Euler começou com uma planta **da cidade** e a partir dela produziu uma representação simplificada, na qual trechos de terra são reduzidos a pontos e as pontes são substituídas por linhas.
- b. Um problema mais válido, que cativou a natureza excêntrica de Euler, relacionava-se com *uma cidade* prussiana, que hoje se tornou a

¹Adaptado de “O Último Teorema de Fermat”, Singh (2000:95).

cidade russa de Kaliningrado. **Uma cidade** foi erguida nas margens do rio Pregel e consiste em quatro bairros separados, ligados por sete pontes. A figura 7 mostra um diagrama de **uma cidade**. [...] Euler começou com uma planta de **uma cidade** e a partir dela produziu uma representação simplificada, na qual trechos de terra são reduzidos a pontos e as pontes são substituídas por linhas.

A interpretação típica dos itens em negrito no exemplo (1a) é a de que as várias ocorrências (*uma cidade*, *a cidade*, etc.) estão relacionadas, trata-se de um mesmo referente (ou de um mesmo objeto-de-discurso) em todas as ocorrências. Já em (1b), a interpretação mais típica é de que referentes novos são introduzidos em cada ocorrência de *uma cidade*. Neste último caso, é difícil compreender cada item em negrito como uma retomada da primeira ocorrência de *cidade*.

A propriedade característica do artigo indefinido de funcionar como introdutor de referentes (ou objetos-de-discurso) novos em um discurso, assim como o contraste com o *status* de *dado* que o uso do artigo definido confere a uma expressão, são amplamente reconhecidos em lingüística e semântica², sendo aceito por autores de filiações teóricas bem diferentes, desde de filósofos da linguagem e semanticistas formais a lingüistas cognitivos e estudiosos do texto, como se vê nas citações abaixo:

*Um indefinido atualiza um contexto introduzindo um possível novo referente, uma possível nova personagem no discurso. Se dissermos **Um homem entrou** modificaremos o contexto pré-*

²Todavia, existem formulações importantes que ignoram esta característica. Veja-se por exemplo a seção 4.1.

existente acrescentando a informação de que há um novo protagonista, caracterizado como um homem, de quem declaramos que entrou.(Chierchia, 2003: 584).

O que parece ocorrer é que o ouvinte, ao ouvir a descrição indefinida, introduz um objeto em sua bagagem de memória. O uso subsequente de um artigo definido com o predicado descritivo apropriado sinaliza, então, que o ouvinte deve pinçar o objeto em sua estocagem de memória. Assim, o ato de referir anaforicamente envolve uma forma de instrução ao ouvinte para que ele faça corresponder o referente lingüístico da descrição definida com um objeto particular em sua mente, um objeto que foi introduzido em sua bagagem de memória no curso de alguma conversação prévia com o falante. (Hawkins, 1977)

enquanto descrições definidas introduzem representações já existentes ou dada ou, em algum sentido, familiares, indefinidos podem ser usados apenas para introduzir representações novas (que podem então ser usadas como referentes de descrições definidas).
³(Rouchouta, 1994: 449).

*Em contraste com as descrições indefinidas que estabelecem novos elementos a função **direta** das descrições **definidas** é apontar*

³whereas definite descriptions introduce already existing or given or, in some sense, familiar representations, indefinites can be used only to introduce novel representations (which may then be used as referents for definite descriptions).

elementos já existentes.⁴⁵.

A introdução de referentes por descrições definidas, isto é, as ocorrências de informações novas sobre a forma do conhecido, despertou muita curiosidade e deu origem a diversos estudos. A explicação desse fenômeno envolve geralmente (como já apontava Strawson, 1950) a mobilização de conhecimentos prévios do ouvinte, que garantiriam o sucesso da atividade referencial. A natureza e o uso desse conhecimento suscitaram reflexões extremamente interessantes, das quais um excelente exemplo, entre outros, é o trabalho de Clark (1992).

Outra linha de pesquisa relacionada a esse problema são estudos da *anáfora associativa*⁶, fenômeno que se caracteriza justamente pela introdução do novo sob a forma do dado ou conhecido, da qual são exemplos clássicos (e canônicos) sentenças como:

(3.2) Chegamos à *cidadezinha*. **A igreja** ficava no alto do morro.

Em 3.2, o problema que precisa de explicação é a ocorrência do novo referente *A igreja*, introduzido como definido. Fenômeno explicado por associação com um referente anterior, no caso, *a cidadezinha*.

Mas, se a ocorrência do novo sob a forma do conhecido despertou interesse, não se pode dizer que o fenômeno *inverso*, isto é, a ocorrência do conhecido sob a forma do novo (em outras palavras, a retomada de um referente

⁴In contrast to indefinite descriptions that set up new elements, the *direct* function of *definite* descriptions is to point out elements already there.” (Fauconnier, 1994: 20)

⁵E ainda Quine (1960), Strawson (1950), Hawkins (1978), Milner (1983), Corblin (1987), Charolles (1991); para citar apenas alguns.

⁶A anáfora associativa é um fenômeno ricamente estudado e debatido, consulte-se, por exemplo, Kleiber (2001), Charolles (1990) e Apótheloz (1995).

por uma descrição indefinida, o uso anafórico de uma expressão indefinida) tenha sido igualmente investigada. Como é fácil perceber a partir das citações acima, o fenômeno não foi sequer percebido pela maioria dos autores, que não hesitam em caracterizar a função das expressões indefinidas (pelo menos, como veremos, em seu uso referencial) como sendo, exclusivamente, de introduzir referentes. Kleiber, por exemplo, ao estudar a anáfora associativa, indica que expressões indefinidas *não podem* funcionar como anafórico:

*Nós reconhecemos geralmente nos SN indefinidos a virtude de introduzir um novo referente não conhecido do interlocutor, quer dizer que não seja acessível ao interlocutor por outras informações além daquelas contidas no SN indefinido. Um SN indefinido, e isso é algo bem conhecido, não é, em geral, considerado como podendo ser anafórico.*⁷.

No entanto, não é raro encontrarmos exemplos como:

- (3.3) Leio no jornal a notícia de que *um homem* morreu de fome. **Um homem** de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome. Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar

⁷on reconnaît généralement aux SN indéfinis la vertu d'introduire un nouveau référent non connu de l'interlocuteur, c'est-à-dire qui ne soit pas accessible à l'interlocuteur autrement que par les informations contenues dans le SN indéfini. *Un SN indéfini, c'est une chose bien connue, n'est généralement pas considéré comme pouvant être anaphorique.*" (Kleiber, 2001: 15; grifos meus)

auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome. **Um homem** que morreu de fome.

Neste tipo de exemplo, as diferentes ocorrências de *um homem* são facilmente interpretadas como retomando o mesmo referente. Na verdade, não é possível interpretar as ocorrências como referencialmente disjuntas no trecho acima.

Apenas recentemente, o papel dos indefinidos para a realização de anáforas tem chamado a atenção de diversos pesquisadores, como Schwarz (2000) e Koch (2002a), (2002b). Estas autoras são unânimes em afirmar que, ao contrário do que se previu inicialmente, o indefinido também funciona como introdutor de anáforas e também serve à continuidade referencial.

Mas como explicar que isto aconteça? A compreensão quase unânime de que o indefinido serve como introdutor de referentes ou como o iniciador de cadeias referenciais é, como bem aponta Corblin (1987), apenas uma constatação, não uma explicação. Introdução de referentes e cadeia referencial tornam-se primitivos numa explicação desta natureza, sem indicar quais as propriedades ou operações realizadas pelo indefinido que permitem desempenhar esta função. Para entender o relacionamento entre indefinido e progressão referencial, a primeira pergunta é simplesmente: qual a semântica do indefinido, que papel ele desempenha como determinante de uma sentença que lhe confere, em geral, este *status*?

Qualquer teoria mais geral do funcionamento semântico do indefinido, para ser consistente, precisa assegurar que os casos especiais do indefinido como anafórico, efetivamente verificados em textos reais, sejam explicados. Esta condição, no entanto, está longe de ser cumprida por qualquer teoria do

artigo indefinido de qual tenhamos tomado conhecimento, o que não é surpresa, já que várias delas partem da *impossibilidade da ocorrência anafórica do indefinido* para caracterizar este determinante. Por outro lado, as classificações já propostas para o estudo do indefinido anafórico procuram explicar as relações anafóricas (isto é, entre antecedente e anafórico), sem se deterem na semântica do indefinido.

Revisaremos aqui, criticamente, as classificações já propostas para o fenômeno. O pionerismo na percepção do problema cabe a Koch, que já mencionava anáforas realizadas pelo indefinido desde de 1998, pelo menos. A primeira tentativa classificação mais sistemática de que tomamos conhecimento foi a de Schwarz (2000). Essa classificação, apesar do inegável mérito do pioneirismo, é uma análise ainda muito preliminar.

Depois dessa revisão, refletiremos sobre este tipo específico de anafóra (seção 3.2). E uma primeira questão a que precisamos responder é se realmente podemos considerar anafóricos casos como o exemplo 3. Para isso, precisamos adotar uma definição mais clara de anafóra (discutida na seção 3.2.1) que, como veremos, possibilitará responder afirmativamente a esta pergunta. Depois, passaremos a análise de um corpus de ocorrências, tentando tipificar algumas das funções que expressões indefinidas podem ocupar em posição anafórica.

Como veremos, uma classificação relacionada aos tipos de anáforas não é suficiente para explicar estas ocorrências.

3.1.1 Indefinido e Anáfora: O caso das “*Donkey sentences*”

Antes de começar, é preciso fazer uma observação. A literatura semântica é rica em trabalhos que estudam a relação entre anáfora e indefinido como, por exemplo, as de Geach (1962), Kamp(1984), Diesling (1990) e Chierchia (1995), para citar apenas alguns. Estes estudos localizam-se em geral no campo da semântica formal ou da sintaxe gerativa. Uma das preocupações centrais destas linhas de estudo são as possibilidades de sentenças do tipo “*Donkey sentences*”, assim chamadas por causa do tipo de exemplo utilizado por Geach (1962), que foi o primeiro a chamar a atenção para sentenças com esta estrutura. Algumas *donkey sentences* clássicas são as seguintes:

- (3.4) a. Se um homem tem um burro, bate nele.
 b. Todo homem que tem um burro bate nele.
 c. Se Sócrates tem um cachorro, ele o morde.

As *donkey sentences* depois de apontadas por Geach, adquiriram um interesse especial para as semânticas ligadas à sintaxe gerativa, pois levantam questões importantes relacionadas à descrição apropriada da quantificação e da anáfora. No que diz respeito às expressões indefinidas, este tipo de sentença parece mostrar que estas, quando são antecedentes de um anáforico, têm propriedades especiais.

A teoria da gramática gerativa reconhece três tipos de expressões nominais realizadas lexicalmente: os nomes (que são livres, isto é, não precisam de antecedentes), os pronomes e as anáforas. Os pronomes e anáforas, no sentido técnico atribuído por esta teoria, contrastam na forma pela qual

encontram seu antecedente. Os pronomes só podem ter como antecedentes elementos que estão em outro período (tecnicamente, em outro CP) enquanto as anáforas devem buscar o antecedente no mesmo período (ou CP) em que ocorrem. Nas *donkey sentences* essa regra parece não se aplicar da mesma forma que em outras sentenças. Outros tipos de sentença (apresentados por Kamp, 1984) ilustram também essa propriedade:

- (3.5) a. *João apresentou [cada aluno novo]_i ao coordenador. Pedro [o]_i apresentou ao diretor.
 b. João apresentou [um aluno novo]_i ao coordenador. Pedro [o]_i apresentou ao diretor.

Em 5a o pronome *o* não pode tomar como antecedente a expressão nominal *cada novo aluno* do período anterior (o que é indicado pelo asterisco que precede o par de sentenças), enquanto em 5b foi possível para o mesmo pronome tomar como co-referente a expressão nominal indefinida *um novo aluno*.

A questão é complexa e não nos deteremos nela aqui, em parte por não adotarmos a mesma linha teórica e, principalmente, porque o problema enfocado nestes trabalhos não é o nosso: estes trabalhos preocupam-se com o caso em que expressões indefinidas são *antecedentes*⁸ de anáforas, nossa preocupação central é com expressões indefinidas que são *o elemento anáforico*.

⁸ “[...] the first difference between the indefinites and other quantified NPs concerns the fact that the former, unlike the latter, can precede pronouns along a conjunction or a sequence of sentences.” (Chierchia, 1995: 04).

3.2 Ocorrências Anafóricas das Expressões Indefinidas

3.2.1 Conceito de Anáfora

Na literatura existe uma grande divergência a respeito dos critérios de definição do fenômeno da anáfora, divergências que levam a separar, grosso modo, dois blocos distintos: um que corresponde a concepções mais estreitas do fenômeno, que inclui autores como Kleiber (2001) ou Halliday (1985); e outro bloco que compartilha concepções mais amplas (Apothéloz, 1995, Berrendonner (1995), Marcuschi e Koch (2002)). Os partidários da concepção mais estreita de anáfora vêem-na como um fenômeno fundamentalmente ligado à coesão textual e caracterizado pela retomada de um segmento de texto por outro. Nesse sentido, o anafórico “refere-se ao seu antecedente”. Para essa concepção, portanto, a anáfora deve ser correferencial e o antecedente deve ser explícito. Uma característica adicional do anafórico, quando este é um grupo nominal, é que, para estes autores, ele deve ser introduzido por um determinante definido e além disso, que exista alguma relação semântica-lexical ou léxico-estereotípica (por exemplo, uma relação meronímica ou de ingrediência), entre os nomes núcleo do anafórico e seu antecedente.

Já a concepção ampliada foca-se mais na dinâmica textual e na construção de objetos de discurso (Apothéloz, 1994; Berrendonner, 1995; Mondada e Dubois 1995; Marcuschi e Koch, 2002). Para os partidários dessa concepção, que também é adotada aqui, as anáforas servem tanto à continuidade e manutenção referenciais quanto à construção dos sentidos no texto, sendo fundamentais para o processo de referenciação. Como os aspectos cen-

trais da análise estão relacionados a essa dinâmica, o traço fundamental da anáfora é a retomada ou a remissão a elementos anteriores do co-texto que alguns elementos textuais (notadamente pronomes e grupos nominais) demandam para o cálculo do seu sentido. Seguindo essa concepção, portanto, para caracterizar a anáfora o fundamental é a continuidade referencial, ou melhor dizendo, que referentes anteriormente ativados participem do cálculo do sentido de novas expressões introduzidas.

3.2.2 Usos Anafóricos do Indefinido: A Proposta de Schwarz

Para Schwarz (2000), são três as situações em que ocorre um sintagma nominal indefinido anafórico:

1. Quando a expressão tem valor partitivo, isto é, quando o referente um membro de um grupo, ou parte dele. Nesse caso temos uma anáfora partitiva, como no exemplo abaixo:

(3.6) *Um grupo de crianças alegres* entrou na sala. **Uma garotinha loira** veio em minha direção e entregou uma rosa. (não-atestado, Koch 2002).

2. Quando a vagueza própria do indefinido é utilizada para criar um efeito de suspense:

(3.7) O detetive fotografou *o homem entrando em motel com sua amante*.
No dia seguinte, mais **um casamento** se desfazia. (não-atestado)

3. Quando a informação nova normalmente presente numa anáfora com recategorização é mais fortemente focalizada que a sequencialidade da cadeia coesiva:

(3.8) A velha senhora desaba sobre a cadeira da cozinha. E quando sua amiga chega, não encontra a avozinha, mas um montinho de infelicidade, uma coisinha danificada e confusa. (Exemplo adaptado de Swcharz, 2000 por Koch, 2002)

É importante frisar que a classificação proposta por Schwarz é uma das primeiras disponíveis para o fenômeno tendo o grande mérito de apontar sua existência além de selecionar vários tipos diferentes de ocorrência. Outro ponto importante é que esta classificação não era o objetivo principal da autora em seu trabalho, tampouco explicar o uso do definido *versus* indefinido, mas investigar as ocorrências de anáforas indiretas. Ela aborda o tema apenas rapidamente. Por isso mesmo, a classificação é incipiente. Encontramos nela dois problemas principais. Em primeiro lugar, os critérios que, segundo ela, permitem o uso do indefinido são inconsistentes entre si, envolvendo ora critérios estilísticos, ora semânticos, ora relacionados ao processamento cognitivo. O caso 1 é caracterizado em termos da semântica do artigo indefinido, enquanto no caso 2 o critério fundamental é estilístico, e o caso 3 tem a ver com o processamento cognitivo da informação num sentido mais amplo. O segundo problema é que uma classificação como essa não nos diz em que casos o indefinido pode ou não ser utilizado, em que casos o uso é opcional e quais as razões decisivas na escolha de um ou de outro nos casos opcionais. Enfim, a classificação é vaga e carece de coerência interna em seus critérios.

Além do que, para nós, o exemplo escolhido para ilustrar o tipo 3 da classificação não foi feliz. Aparentemente, trata-se apenas de um caso simples de predicação, isto é, o que a *amiga* encontra ao chegar *não foi a avozinha*, mas foi *um montinho de infelicidade, uma coisinha danificada e confusa*, o verbo encontrar está claramente elíptico aqui.

Além da incoerência interna da classificação, o segundo problema é que, como aponta Koch (2002b), existem ocorrências que não caem em nenhum dos três tipos propostos, como nos exemplos abaixo:

(3.9) Deus que não tinha problema de verba, nem uma oposição para ficar dizendo “Projetos faraônicos! Projetos faraônicos!”, resolveu, numa semana que não tinha mais nada para fazer, criar o mundo. E criou o céu e a terra e as estrelas, e viu que eram razoáveis. Mas achou que faltava vida na sua criação e - sem uma idéia muito firme do que queria - começou a experimentar com formas vivas. Fez amebas, insetos, répteis. As baratas, as formigas etc. Mas, apesar de algumas coisas bem resolvidas - a borboleta, por exemplo -, nada realmente o agradou. Decidiu que estava se reprimindo e partiu para grandes projetos: o mamute, o dinossauro e, numa fase especialmente megalomaníaca, a baleia. Mas ainda não era bem aquilo. E então bolou *um bípede*. **Uma variação do macaco**, sem tanto cabelo. (Luiz Fernando Veríssimo, Homens)

(3.10) E sabe de outra coisa? Eu não precisava ficar na cidade durante o carnaval. Foi tudo mentira. Eu não tinha trabalho acumulado no escritório coisíssima nenhuma. Eu fiquei sabe pra quê? *Pra testar você*. Ficar na cidade foi como dar um salto mortal, sem rede, só para você se você me pegaria no ar. **Um teste do nosso amor**.

Esses exemplos não são casos de uso partitivo, nem tampouco criam suspense e é difícil decidir se o mais importante é a informação nova ou a cadeia coesiva, principalmente num caso de encapsulamento anafórico com rotulação como acontece em 3.10.

De fato, parece possível traçar classificações utilizando pelo menos dois tipos de critérios: um ligado à relação entre anáfora e antecedente e outro a partir de critérios mais propriamente semânticos. O primeiro critério diz respeito mais a cadeia anafórica e construção de objetos de discurso, enquanto o segundo critério é um pouco mais geral, enfoca principalmente a semântica do indefinido e demanda uma teoria mais ampla do emprego deste artigo⁹.

Para tentar classificar os indefinidos anafóricos de acordo com os critérios acima, levantamos um *corpus* de ocorrências (anexo 1). Esse corpus, composto por 41 ocorrências, foi extraído de três fontes principais: 1) a imprensa escrita brasileira (jornais e revistas de grande circulação); 2) os exemplos citados nos poucos trabalhos científicos que já haviam abordado previamente a questão (Koch, 2002 e Schwarz, 2000); e, por fim, 3) obras da literatura nacional. Como o fenômeno é de baixa ocorrência¹⁰ não nos preocupamos em filtrar os gêneros investigados e as fontes de exemplo, mas todos os exemplos aqui utilizados são exemplos reais. Nos dois únicos casos em que isso não acontece trata-se de exemplos criados por Schwarz(2000) e adaptados por Koch(2002). Alguns exemplos foram extraídos do CÃIMBRA (Corpus de Anáfora da Imprensa Brasileira), coligido pelo Prof. Rodolfo Ilari e gentil-

⁹As classificações que tentaremos traçar não impedem, é claro, outros tipos de classificação. Por exemplo, uma classificação que nos interessa, mas não tentaremos fazer aqui é a das funções *argumentativas* do indefinido anafórico.

¹⁰Como se pode deduzir pelo fato de não ter sido notado antes.

mente cedidos para serem analisados aqui.

A primeira classificação que tentaremos traçar (seção 3.2.3 é a do tipo de anáfora que pode acontecer com o indefinido. Isto é, quais funções que o indefinido anafórico pode desempenhar.

3.2.3 Funções Anafóricas do Indefinido

Na tentativa de entender o indefinido anafórico, começamos a buscar soluções do ponto de onde normalmente partem os estudiosos da referência: do tipo de relação anafórica que pode haver entre o indefinido e seu antecedente, isto é, da função que o indefinido privilegiadamente cumpriria na dinâmica anafórica. Desse ponto de vista, o indefinido parece desempenhar uma grande variedade de funções, sendo utilizado em diferentes estratégias e processo, não fomos portanto capazes de estabelecer uma função específica para o indefinido.

Trataremos aqui apenas de descrever os casos encontrados em nosso *corpus* de acordo com a nomenclatura corrente em *Linguística Textual*, com exemplos para cada caso. Os critérios utilizados são critérios classificatórios propostos por Koch (2002), Koch e Marcuschi (1998) e sobretudo por Cavalcante (2003). Não são critérios muito rígidos, pois as funções da anáfora podem ser abordadas de diversos pontos de vista. Além do mais, os processos anafóricos apresentam um alto grau de dinamismo e flexibilidade, sem que tenha sido possível até o momento apontar muitas restrições formais para sua ocorrência. Para Cavalcante (2003), as anáforas dividem-se, em primeiro lugar, em dois grandes grupos: **anáfora com retomada** e **anáforas sem retomada**. O primeiro tipo, caracteriza-se pela correferencialidade, isto é, pelo fato de o referente reaparecer no anafórico, embora essa referente nem

sempre seja retomado inteiramente. Nesse grupo teremos:

1. Anáfora correferencial co-significativa;
2. anáfora correferencial com recategorização;
3. anáfora parcial co-significativa.

No segundo grande grupo, o das anáforas sem retomada, encontramos anafóricos não correferenciais em que um referente novo é compreendido através de alguma relação com um antecedente, uma relação que pode ser do tipo associativo ou inferencial. Esses últimos casos são um pouco controversos, sendo que nem todos os apresentados por Cavalcante (por exemplo) são considerados anafóricos de forma unânime. Alguns dos tipos mais comuns de anáforas sem retomada são aquelas freqüentemente chamadas na literatura de anáforas associativas, realizadas com base em uma relação de associação semântica ou léxico-estereotípica. Também é apontada, por alguns autores, a existência de anáforas indiretas, um tipo de anáfora que não aconteceria com base em uma relação semântica. Para Cavalcante, com quem concordamos, as anáforas associativas são um sub-tipo das anáforas indiretas. Entre as anáforas indiretas temos:

1. Anáfora indireta com a categorização de um novo referente;
2. anáfora indireta com recategorização lexical (implícita ou não);
3. anáfora encapsuladora.

Todos os tipos citados acima ocorrem com o indefinido, como veremos abaixo.

Anáfora correferencial co-significativa Nestes casos, os referentes são retomados inteiramente, sem recategorização, pela repetição do nome, embora novas predicções possam ser feitas sobre ele. Como vemos abaixo:

(3.11) E você resolve marcar uma sessão de avaliação *numa clínica* perto do seu trabalho. **Uma clínica** famosa, que inclusive anuncia na televisão. (02 Neurônio, Raq Afonso, A humilhação dos tratamentos de beleza)

(3.12) *Um homem* morre em plena rua, entre centenas de passante, **um homem** está caído na rua.

Anáfora correferencial com recategorização Nestes ocorrências, um referente é retomado inteiramente ao longo dos textos, mas a cada retomada acontece uma recategorização dos referentes, num recurso de grande valor argumentativo. Veja-se abaixo:

(3.13) *Um homem* caído na rua. **Um bêbado. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa** - não é um homem. E os outros homens cumprem seu destino de passantes, que é passar.

(3.14) Rainha da autopromoção, às vésperas de lançar um novo disco, *Madonna*, 44 anos, caprichou na pose para a revista W. Queria algo diferente e, com certeza, conseguiu. “Com tudo o que está acontecendo no mundo, acho que nos preocupamos demais com as coisas erradas”, filosofou. A impressionante sequência de contorcionismos, resultado de duas décadas de ioga e dança, pretende refletir “a paisagem interna de **uma artista performática**”.

Cavalcante não prevê que este tipo de anáfora possa ocorrer com expressões indefinidas, mas a função que ela dá para as expressões definidas, que é a de *aspectualizar* o referente (Cavalcante, 2003: 110), é encontrada igualmente com o indefinido, como os exemplos comprovam.

Anáforas baseadas em meronímia São anáforas baseadas em algum tipo de relação parte-todo, quer partitiva, quer de ingrediência.

Uso partitivo Nestes casos, o referente retomado é membro de um grupo citado anteriormente, isto é, temos correferencialidade, mas o antecedente é retomado apenas em parte. Estes casos são os chamados casos de anáforas partitivas. Por exemplo:

- (3.15) *Um grupo de crianças alegres* entrou na sala. **Uma garotinha loira** veio em minha direção e entregou uma rosa. (não-atestado, Koch 2002)

Anáfora Associativa Esse tipo de anáfora é o que é tipicamente chamado de anáfora associativa. Nessa situação, os referentes novos são claramente associados aos antecedentes, embora estes antecedentes, é claro, não estejam sendo retomados. Estes são os segundos casos típicos de anáfora baseada numa relação meronímica, em que uma parte do referente, por associação, é introduzido de forma anafórica. O fato do referente ser novo não elimina a relação anafórica, pois a ligação entre anafórico e antecedente é clara. Este tipo de anáfora meronímica difere do tipo partitivo porque o referente é associado ao antecedente, e não um membro dele.

- (3.16) No acidente, *a mão* de João ficou muito machucada. Os médicos tiveram que amputar **um dedo**.

- (3.17) *O avião* teve que fazer um pouso de emergência. **Uma asa** apresentou problema.

Anáfora indireta com a categorização de um novo referente – Anáfora

Indireta O tipo a seguir difere do anterior devido à relação semântica entre antecedente e anafórico não ser tão clara e haver a necessidade de um processo inferencial um pouco mais complexo para a compreensão da anáfora. Os limites entre as anáforas estão longe de ser claros e traçá-los vai depender muito da concepção de léxico adotada. Contudo, (3.18) pode servir para ilustrar um caso típico de anáfora indireta.

- (3.18) Bush, segundo declarou, pretende usar *a invasão* do país para instalar ali um regime democrático que sirva de inspiração de liberdade para outras nações da região. Sem contar o fato de que é fácil para os EUA ganhar **uma guerra** contra os iraquianos mas é difícil mudar o regime e manter em seu lugar um governo democrático estável, há o risco de produzir mais instabilidade ainda no Oriente Médio.

Anáfora encapsuladora Segundo Cavalcante (2003:115): “*Encapsular consiste em resumir proposições, empacotando-as numa expressão referencial [...]*”. Alguns autores consideram esse tipo de anáfora como parte das anáforas indiretas, não-correferenciais. Já Cavalcante argumenta que este tipo de anáfora está no limiar entre as anáforas correferenciais e não-correferenciais. Com o indefinido, este tipo de anáfora aparece em exemplos como o seguinte:

- (3.19) Por esse sistema, não apenas os aviões e helicópteros mas também os tanques e os veículos de transporte de tropas sabem exatamente a posição

uns dos outros, mesmo que estejam fora do campo de visão. A integração é feita por satélites e computadores. O próximo passo é dar a cada indivíduo em combate um aparelho em que ele possa ter o mesmo grau de informação visual sobre o teatro de operações. Os americanos dizem que a idéia é dotar os soldados de “total consciência situacional”. **Um avanço impensável** a generais e estrategistas do passado, que tiveram de lutar batalhas inteiras com base em adivinhações e informações de péssima qualidade. (Veja 26/03/03)

Neste exemplo, o antecedente não está localizado num item lexical, mas em um trecho inteiro do co-texto anterior. Não é fácil delimitar exatamente o trecho encapsulado, mas ele compreende provavelmente de *O próximo passo é dar a cada indivíduo ...* até *“total consciência situacional”*. Esse tipo de anáfora, além de destacar um porção do texto, é responsável um por um processo de rotulação, também um recurso argumentativo forte.

Nominalização Além dos casos apresentados por Cavalcante, destacamos um outro tipo também bastante comum de anáfora, comentado por exemplo em Koch (2002): as nominalizações. Nestes casos, um verbo antecedente é retomado como nome. É um tipo de rotulação muito semelhante ao encapsulamento mas que difere dele por ter, na maioria das vezes, um verbo pontual como antecedente. Como se vê no exemplo abaixo:

- (3.20) E sabe de outra coisa? Eu não precisava ficar na cidade durante o carnaval. Foi tudo mentira. Eu não tinha trabalho acumulado no escritório coisíssima nenhuma. Eu fiquei sabe pra quê? Pra *testar você*. Ficar na cidade foi como dar um salto mortal, sem rede, só para você se você me pegaria no ar. **Um teste** do nosso amor.

Como se vê, os indefinidos anafóricos podem aparecer em todos os tipos de anáfora apontados por Cavalcante, a não ser nos casos em que a anáfora é realizada tipicamente por pronomes, como as anáforas indiretas com a categorização de um novo referente, o que seria de esperar. A tabela 3.1 abaixo mostra a distribuição destes ocorrências indefinidas em nosso *corpus*.

Tipo de Anáfora	Número de Ocorrências
Anáfora correferencial co-significativa	9
Recategorização	18
Anáfora parcial co-significativa	4
Anáfora indireta	5
Encapsulamento	2
Nominalização	2
Usos atributivos	1
Total de ocorrências	41

Tabela 3.1: Além dos tipos de anáforas a tabela registra, na sua última linha o número de usos atributivos do indefinido no *corpus*, um caso que não consideramos anafórico, ver seção 3.2.4

O *corpus* apresenta ocorrências de todas os tipos de anáfora nominal previstos na classificação de Cavalcante, não sendo possível apontar nenhuma restrição para o emprego das expressões no que diz respeito ao tipo de

relação anafórica. Por outro lado, o fato de as recategorizações terem sido as ocorrências mais freqüentes no nosso *corpus* não é suficiente para apontar uma possível preferência do uso das expressões indefinidas para recategorizar o referente. Em primeiro lugar, porque nosso levantamento foi de natureza qualitativa e, em segundo lugar, porque falta um levantamento quantitativo das ocorrências anafóricas em geral em português. É bem possível que as recategorizações sejam o tipo de anáfora mais comum, seja qual for o tipo de expressão referencial utilizada.

Como vimos, o indefinido não parece apresentar nem restrições nem preferências quanto ao tipo de relação anafórica. Contudo, é fácil perceber que o indefinido não pode ocorrer de maneira aleatória, em qualquer situação. Existem algumas condições que permitem (ou exigem) o uso das expressões indefinidas. Se estas condições não foram encontradas no aspecto funcional é o momento de examinar mais detidamente o aspecto formal dessas ocorrências.

3.2.4 Formas de emprego do Indefinido

As ocorrências do nosso *corpus* foram classificadas em três grandes grupos: usos atributivos, usos partitivos e tematizações-remáticas. Os usos partitivos englobam tanto as anáforas parciais co-significativas quanto as associativas. E as tematizações-remáticas reúnem todos os outros tipos de anáforas.

Uso Não-específico

Em alguns casos, um elemento não-específico é introduzido e nesses casos pode ser retomado pelo indefinido. Embora a classe apareça mais de uma

vez, não se pode dizer que exista continuidade referencial, uma vez que o primeiro uso mesmo não era referencial, como nos exemplos abaixo:

- (3.21) Se a cena pudesse ser confiada *a um profissional de comunicação*, seria diferente. O mal do mundo é que as piores notícias quase sempre nos são dadas por amadores. Se sua imagem no espelho fosse confiada **a um profissional de marquetchim** (sic), em vez da sua cara no espelho revelador você veria a Isadora Ribeiro” (Luiz Fernando Veríssimo, Espelho)

Nestes casos, a repetição do nome não parece indicar que exista correferência, mas existe anáfora: o que retomado em cada caso é o tipo, um membro qualquer do conjunto.

Meronímico

Como já dissemos, uma ocorrência já apontada algumas vezes de indefinido anáforico é um uso do indefinido expressando uma relação partitiva ou uma relação meronímica (parte-todo). Observe-se o exemplo abaixo:

- (3.22) A compradora mais freqüente da Daslu é aquela mulher que vai à loja para conhecer o ponto e acaba fazendo umas comprinhas. Segundo Eliane Tranchesi, a loja disputa com o Museu de Arte de São Paulo (Masp) a posição de o endereço mais visitado da cidade. A conta fica mais interessante quando se tratado *grupo das 100 clientes vip* da casa. De acordo com os últimos números, **uma vip** gasta 40.000 reais por mês na Daslu para manter o guarda-roupa atualizado (Veja 26/03/03).

No entanto, para alguns autores, a indefinidade do SN é apenas aparente. Para Kleiber (2001), por exemplo, o que é retomado é o conjunto (pressuposto

ou já construído) do qual o elemento novo introduzido faz parte e sobre esse conjunto é feita uma operação de extração de uma sub-parte. Para o autor, esse uso partitivo não contorna a exigência de definitude para o anafórico porque o conjunto do qual uma parte é tomada é definido e esse aspecto definido do conjunto, segundo ele, é indispensável para que a anáfora opere com o indefinido. O indefinido estaria aí atuando mais como um numeral do que como um artigo.

Apesar da argumentação de Kleiber ser bastante convincente, não nos parece que ela esteja completamente certa. O fato de que existe algum conjunto definido no qual é possível localizar o conjunto, embora enfraqueça o aspecto de *novo* do referente, não enfraquece o fato de que o indefinido funciona como anafórico aqui.

Anáfora especificadora Um outro tipo de caso parece-nos ter paralelos com estes: os das anáforas especificadoras. São casos como 4.38, (reproduzido abaixo) nos quais temos uma anáfora especificadora, que reduz um antecedente hiperônimo a uma de suas possibilidades:

(4.38) *Uma catástrofe* ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África.

Uma epidemia de Ebola já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

Anáforas como estas, embora retomem o referente anterior de maneira direta, recategorizam esse referente de forma a reduzir as suas possibilidades de interpretação, isto é, especificam o referente. No caso, *uma epidemia de*

ebola é apenas umas das possíveis catástrofes a que se poderia fazer referência. É interessante notar que a substituição do indefinido pelo definido não é possível nesses ocorrências. Observe-se:

- (3.23) *Uma catástrofe* ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **A epidemia de Ebola** já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

Como vimos, freqüentemente o indefinido faz a operação de gerar a leitura de um conjunto não-unitário, mesmo para nomes próprios, e nessas mesmas situações faz a operação de construir a representação de sub-tipo ou sub-espécie do referente. Essa é uma leitura que acreditamos poder tornar paralela à partitiva, pois o conjunto já ativado das espécies possíveis de *catástrofes* em questão é retomado, de maneira análoga a *vip*, no conjunto das 100 *vips* do exemplo 3.22.

Tematizações Remáticas

Muitas vezes, o indefinido aparece como uma forma de recategorizar o referente:

- (3.24) Deus que não tinha problema de verba, nem uma oposição para ficar dizendo “Projetos faraônicos! Projetos faraônicos!”, resolveu, numa semana que não tinha mais nada para fazer, criar o mundo. E criou o céu e a terra e as estrelas, e viu que eram razoáveis. Mas achou que faltava vida na sua criação e - sem uma idéia muito firme do que queria - começou a

experimental com formas vivas. Fez amebas, insetos, répteis. As baratas, as formigas etc. Mas, apesar de algumas coisas bem resolvidas - a borboleta, por exemplo -, nada realmente o agradou. Decidiu que estava se reprimindo e partiu para grandes projetos: o mamute, o dinossauro e, numa fase especialmente megalomaniaca, a baleia. Mas ainda não era bem aquilo. E então bolou *um bípede*. **Uma variação do macaco, sem tanto cabelo.** (Luiz Fernando Veríssimo, Homens)

Pode-se levantar a hipótese de que, nestes casos, trata-se simplesmente de predicação. A sentença poderia ser parafraseada, entre outras maneiras, da seguinte forma:

(3.25) E então bolou **um bípede**. *Era uma variação macaco*, sem tanto cabelo.

Esta explicação não nos parece adequada por duas razões. Primeiro porque a sentença concreta produzida foi a encontrada no exemplo original. Parafraseá-la pode nos ajudar a compreendê-la, mas a párafrase não é uma explicação. A sentença dessa forma é comum em português e não parece haver razões para postular que esteja incompleta ou seja inexplicável na sua forma original.

A segunda razão diz respeito ao fato de que muitas outras formas de retomada pelo definido podem também ter um valor predicativo. Isto é, toda a atividade de recategorização é pelo menos parcialmente uma atividade de predicação. Para ilustrar isso retomamos:

(3.26) *Jennifer Lopez* S/A. Filmes, discos, roupas e fofocas: **a estrela latina** virou uma corporação que vende de tudo Se há alguém que conhece seu eleitorado, é Jennifer Lopez. Em Encontro de Amor (Maid in Manhattan,

Estados Unidos, 2002), que estréia nesta quinta-feira no país, ela interpreta Marisa Ventura, camareira de um hotel de Nova York que, indevidamente vestida com as roupas de grife de uma hóspede, atrai a atenção de um candidato ao Senado (Ralph Fiennes).(...) Mas **a Vênus calipígia** usa sua beleza de formas diversas, conforme o hábitat. Outra estratégia sua é a de total visibilidade na vida pessoal. Entrevistas bem urdidas, vestidos de parar as rotativas e principalmente romances são as armas **da estrela**, que em seis anos se casou duas vezes (ambas brevíssimas) e namorou o rapper Puff Daddy, de quem se afastou quando os dois foram envolvidos num tiroteio numa boate nova-iorquina. A última conquista de Jennifer, que lhe tem garantido capa nos tablóides dia sim, dia não, é o astro Ben Affleck. A imprensa americana apelidou as peripécias do casal de “o Bennifer Show”. Dado o currículo **da noiva**, porém, ninguém quer arriscar uma aposta sobre quanto tempo ele vai ficar no ar. (Veja 16/04/2003)

Nesse exemplo, temos uma cadeia referencial na qual Jennifer Lopez é retomada de diversas maneiras: *A estrela latina; a Vênus calipígia; a estrela; a noiva*. Uma retomada como *a Vênus calipígia* é certamente predicativa. Trata-se de um tipo de retomada por recategorização que não apenas assegura continuidade mas também dá novas informações sobre o referente, predicando sobre ele, muitas vezes com função argumentativa. É o que Koch (2002), seguindo Schwarz (2000), chama de *tematização-remática*. E acreditamos que este seja o caso nessas retomadas. Essa tematização-remática com o indefinido acontece sobretudo em duas formas: o aposto e orações predicativas.

Aposto

O aposto pode ser tanto uma expressão nominal quanto uma oração apositiva. Nas duas situações, o núcleo da expressão nominal ou o sujeito da oração apositiva são recategorizações do antecedente. Como nos exemplos abaixo:

- (3.27) Acrescente-se a essa informação que, além de ser o primeiro genoma de um patógeno vegetal seqüenciado no mundo, este é também o primeiro genoma seqüenciado fora do eixo Estados Unidos - Europa - Japão, realização cujo mérito deve ser creditado a ONSA, um instituto virtual formado por uma rede de 35 laboratórios conectados via Internet. E relembre-se aqui que a X. fastidiosa é responsável pela *praga do amarelinho ou clorose dos citros (CVC)*, **um problema que vêm afetando um terço das plantas nos laranjais paulistas**, com pesadas conseqüências econômicas para a poderosa citricultura do Estado.
(Editorial, Pesquisa Fapesp, Jan/Fev. de 2000)

- (3.28) *Madonna*, **uma bem-sucedida promotora de si mesma**, acaba de lançar um livro infantil.

Orações Predicativas

Este é, provavelmente o caso mais comum de anáfora por indefinido. São orações nas quais se faz uma predicação sobre o antecedente. Ocorre ou com a repetição do nome núcleo com novos modificadores ou com uma recategorização do nome núcleo. Esse tipo de oração não acrescenta informações novas na posição remática, isto é, no predicado (geralmente são orações com verbo de ligação ou frases nominais).

- (3.29) O pai deu de presente uma bola ao filho. Lembrando o prazer que sentira ao ganhar *sua primeira bola* do pai. **Uma número 5 sem tento oficial de couro.** Agora não era mais couro, era de plástico. Mas era uma bola.
- (3.30) Nas cinco obras que deixou para a posteridade, Allan Kardek estabeleceu os princípios básicos *da doutrina espírita*. **Uma curiosa mistura de conceitos religiosos com alguma terminologia científica do século XIX.**
- (3.31) *Um homem sozinho*, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. **Um homem** de camisa branca e calças pretas. **Um chinês** num oceano de 1,1 bilhão de chineses. Um desconhecido.

Esta classificação em grandes grupos dá conta de todos os 41 casos encontrados. Mas, infelizmente, apenas classificar não é explicar. Os casos contradizem a explicação clássica da semântica do indefinido, é preciso, portanto, propor uma semântica do indefinido que explique também os três tipos de ocorrências encontradas. Na seção seguinte no capítulo 4 analisaremos a tradição semântica de análise do indefinido.

Capítulo 4

A semântica do Indefinido

Como veremos, a maioria das teorias sobre a semântica do indefinido têm seguido uma entre duas direções:

1. o indefinido é concebido como um quantificador (na maioria das vezes, do tipo existencial);
- 2 o indefinido é visto como uma marca do *status* de novo ou não-familiar de um referente num determinado texto. Isto é, o indefinido é visto como um marcador de *status* informacional ou cognitivo de um referente da mesma forma que outras expressões referenciais.

A primeira concepção é encontrada principalmente em semântica lógica, em torno do debate da teoria das descrições. Aparece também em versões de certa forma “herdeiras” desta tradição, como as teorias sobre quantificação na semântica lógica ¹.

¹Como na semântica dinâmica de Kamp (1984) e nas teorias do determinante de Barwise e Cooper (1981) e de Keenan e Stavi (1986).

Partiremos, principalmente, de um debate muito importante para se entender a forma como a semântica do artigo indefinido, assim como a semântica de outros determinantes, tem sido vista na semântica recente: o debate em torno da teoria das descrições (e, portanto, em torno do problema da referência).

A concepção do indefinido como indicador do *status* informacional, isto é, como indicador de novidade, aparece tanto em teorias mais semânticas (sobretudo em análises estruturalistas², mas também cognitivistas³) como em teorias funcionalistas da linguagem. Entre os funcionalistas pode-se apresentar com destaque os trabalhos dos estudiosos ligados à gramaticalização, sobretudo Gívon (1981), (2001) e Heine (1997) (ver seção 4.4).

Em todo caso, é preciso ressaltar a relativa escassez dos estudos sobre o indefinido, sobretudo em comparação com a proeminência que as descrições definidas alcançaram nos estudos de filosofia da linguagem no século XX.

A teoria das descrições, que teve sua formulação inicial nos trabalhos de Russell (1905), propõe-se a descrever todos os tipos de descrições. Os problemas levantados por esta teoria foram fonte de disputas acirradas na filosofia da linguagem e semântica no século XX, dando origem a vários outros textos clássicos, como Strawson (1950), Donnellan (1966) e Kripke (1977), num debate que ainda hoje se mantém aquecido, como comprovam os trabalhos, por exemplo, de Neale (1990) e Recanati(1993). Em geral, estes trabalhos focaram principalmente (e, às vezes, até exclusivamente) as

²Christophersen, 1939; Hawkins, 1978; Chesterman, 1991.

³Fauconnier, 1994.

descrições definidas ⁴. A ênfase nas descrições definidas permanece em todos estes textos clássicos e apesar de ocorrerem reflexões sobre o indefinido, pode-se dizer que a discussão em torno do assunto é em grande parte subsidiária da discussão em torno do definido.

Um exemplo dessa desigualdade é Ostertag (1998). Trata-se de uma coletânea com os textos clássicos citados acima e ainda outros (dos quais nenhum trata em primeiro lugar do indefinido). O trabalho conta com uma excelente bibliografia que compila a maioria dos trabalhos importantes nas diversas sub-áreas que se originaram a partir das discussões em torno da teoria das descrições. Basta dizer que, nessa bibliografia, o tema dos pronomes descritivos, por exemplo, conta com 21 indicações ao passo que sobre o tema das descrições indefinidas aparecem apenas seis.

A mesma escassez se encontra nos trabalhos de tradição mais estruturalistas e funcionalistas, que embora de maneira um pouco menos desigual, também se voltaram preferencialmente para o definido.

Esta escassez justifica, em parte, o fato de as anáforas por meio de expressões indefinidas não ter sido apontado claramente antes. Por outro lado, contribuiu para este atraso o estilo de análise predominante na semântica na maior parte do século passado: a análise das sentenças isoladas. Mesmo assim, podemos apontar alguns momentos centrais nesta discussão: a formulação russelliana da teoria das descrições; as principais contestações a esta teoria (sobretudo os trabalhos de Strawson e Donnellan); e os trabalhos que, mesmo em semântica lógica, passaram a definir o indefinido como indicador

⁴Na verdade, a teoria das descrições tem sido, com frequência, chamada de teoria das descrições definidas.

de novidade, entre os quais analisaremos notadamente Chaistain.

Em seguida, analisaremos tendências mais estruturalistas da análise dos artigos, sobretudo autores como Guillaume e Christophersen. Na mesma tradição, mas agora com uma ênfase mais funcionalista, encontram-se os trabalhos de autores como Hawkins e Chesterman. Começemos pela teoria das descrições.

4.1 Teoria das Descrições

Em *On Denoting* (1905), Bertrand Russell propõe-se a explicar o papel que expressões denotadoras (*denoting phrases*) desempenham na determinação do valor de verdade das proposições que as contêm. Russell chama de denotadoras todas as expressões como: *um homem, todo homem, algum homem, o atual Rei da França, o centro do sistema solar no primeiro instante do século XX*.

On Denoting é devotado principalmente ao estudo das descrições definidas do tipo “o homem”, consideradas genericamente na forma “the so-and-so”. O artigo (tal como reimpresso em Marsh, 1936) tem 16 páginas, 13 delas dedicadas ao estudo das expressões do tipo “the so-and-so”. O autor deixa claro que tais expressões são as mais interessantes e problemáticas:

*Falta interpretar as expressões contendo **the**. Estas são de longe as mais interessantes e difíceis entre as expressões denotadoras.*⁵

⁵It remains to interpret phrases containing *the*. These are by far the most interesting and difficult of denoting phrases” (Russell, 1956 [1905]: 44).

O interesse pelas descrições definidas se justifica pelo problema notório que envolve a atribuição de valor de verdade às sentenças que contenham descrições definidas de objetos não existentes e mesmo impossíveis ou inconcebíveis, como “o cubo esférico”, ou como o sujeito da célebre sentença “O atual rei da França é calvo”. Outra característica que torna estas descrições interessantes, na visão russeliana, é sua suposta capacidade de identificar univocamente o seu referente: “Now, **the**, when it is strictly used, involves uniqueness” (Russell, 1905:44).

Para autores como Frege, sentenças com objetos inexistentes carecem de valor de verdade. Russell não aceitava essa interpretação por ser adepto rigoroso da princípio do terceiro excluído, segundo a qual, uma oração é sempre ou falsa ou verdadeira ⁶. Baseando-se nos conceitos de quantificador e de variável, o autor propõe uma análise e uma notação capazes de resolver o problema, permitindo atribuir um valor de verdade (no caso, o valor *falso*) a sentenças como “O atual rei da França é calvo”.

A solução consistia basicamente em não considerar as expressões denotadoras como constituintes atômicos das proposições, isto é, como sujeitos lógicos das sentenças em que ocorrem; pelo contrário, postulava a necessidade de reescrevê-las na forma de proposições que pudessem elas mesmas receber valor de verdade. Por exemplo, a expressão “O atual rei da França” é reescrita para assumir a forma *existe um e apenas um atual rei da França*,

⁶Além de preservar o princípio do terceiro excluído, uma das principais preocupações de Russell era refutar teorias idealistas como as de Meinong (1904), segundo as quais o fato de se enunciar algo sobre qualquer descrição gramaticalmente correta pressupõe um tipo qualquer de existência para o referente da descrição (pelo menos era essa interpretação que Russell pretendia combater).

que pode ser analisada em termos de valor de verdade e ser considerada falsa. A partir dessa reescritura, qualquer proposição que contenha a descrição, do tipo Cx , em que C é uma afirmação qualquer sobre x , se x for *O atual rei da França*, então Cx é falsa. De uma forma geral, as expressões definidas do tipo “o F ” são reescritas em $\exists x(Fx \wedge \forall y(F \rightarrow y = x))$ ⁷, capaz de representar a característica de univocidade da referência como prevista por Russell ⁸.

Descrições e Indefinido

Já as descrições indefinidas (também chamadas de “descrições ambíguas”) são tratadas mais detalhadamente por Russell no capítulo XVI da *“Introduction to Mathematical Philosophy”* (1919). Em *“On Denoting”*, Russell apenas sinaliza que as descrições indefinidas do tipo “um F ”, reescritas a partir dos mesmos conceitos de quantificador e variável, assumiriam nesta teoria a seguinte forma: $\exists xFx$. Ou seja, o artigo indefinido *um* funcionaria como um quantificador existencial simples $\exists$, para fins práticos de modo semelhante a outros quantificadores indefinidos como, por exemplo, *algum*. É verdade que Russell reconhece, em nota de rodapé (1905: 43), que existe uma diferença, entre “um F ” e “algum F ”, já que: “*um homem* tem a sugestão de apenas um e *uns, alguns homens* sugere mais de um, mas nós podemos

⁷Ao tratar do exemplo “*O autor de Waverley foi Scott*”, Russell dá a seguinte interpretação: “*Uma e apenas uma entidade foi o autor de Warveley e Scott era idêntico a essa entidade*”. Essa proposição é capturada, de forma genérica, pela fórmula acima, embora ela não apareça originalmente no artigo.

⁸*On Denoting* é um artigo extremamente sofisticado e influente e a apresentação que fizemos aqui está longe de fazer-lhe justiça, tanto por uma questão de foco quanto de espaço. Para uma excelente introdução, veja-se Castro (2001).

⁹“*a so-and-so*”, no original.

negligenciar estas sugestões num tratamento preliminar”¹⁰. A diferença, portanto, seria, pelo menos em princípio, psicológica, sem conseqüências para o valor de verdade das expressões.

Para Russell, as sentenças contendo uma descrição indefinida não têm a capacidade de identificar um referente preciso. Em contraste com as descrições definidas, que denotam um referente unívoco, as descrições indefinidas são ambíguas e não dizem respeito a uma entidade determinada. Nas palavras de Russell:

... ninguém poderia supor que “um homem” é um objeto definido por si mesmo ... quando tivermos enumerado todos os homens no mundo, não restará nada do que se possa dizer esse é um homem, e não apenas isso, mas o ‘um homem’, a entidade quintessencial que é apenas um homem indefinido sem ser ninguém em particular.” É obviamente claro que o que quer que exista no mundo é definido: se é um homem é um homem definido e nenhum outro. Portanto, não pode existir uma tal entidade “um homem” a ser encontrada no mundo, em oposição aos homens específicos. E, da mesma forma, é natural que não possamos definir “um homem” por si mesmo, mas apenas as proposições nas quais a expressão ocorre.(1919:172-173)¹¹

¹⁰(a man) has suggestion of only one and (some men) has a suggestion of more than one; but we may neglect these suggestion in a preliminary sketch

¹¹... no one could suppose that “a man” was a definite object, which could be defined by itself ... when we have enumerate all the men in the world, there is nothing left of which we could say, “this is a man, and not only so, but it is **the** ‘a man’, the quintessential entity that is just an indefinite man without being anybody in particular”. It is of course

Nesta visão, uma expressão só poderia referir se pudesse designar algo individual e definido, se fosse aplicável a um objeto existente (isto é, se pudesse funcionar da forma como Russell concebe um nome próprio). Como não existe uma entidade definida que seja designada por meio da expressão *um homem*, por exemplo, esse tipo de expressão não poderia jamais referir.

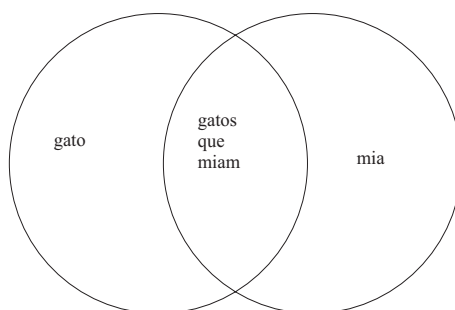
O papel que a descrição indefinida desempenha numa sentença que a contenha é a de designar propriedades que alguns seres possuiriam ou não ¹². Por exemplo, a sentença “*um homem existe*” seria verdadeira em decorrência das sentenças “*Sócrates é um homem*”, “*Platão é um homem*” e de todas as orações verdadeiras da forma “*x é um homem*”. Qualquer sentença da forma $\chi\psi$ em que χ é uma descrição indefinida e ψ é uma afirmação sobre χ , é verdadeira se existir pelo menos um χ de quem seja verdadeiro afirmar ψ . Em outras palavras, a sentença seria verdadeira no caso em que a intersecção dos conjuntos formados por χ e ψ não é vazia, o que pode ser ilustrado melhor na sentença seguinte:

quite clear that whatever there is in the world is definite: if it is a man is one definite man and not any other. Thus there cannot be such an entity as “a man” to be found in the world, as opposed to specific men. And accordingly it is natural that we do not define “a man” itself, but only the propositions in which they occur.”

¹²Por isso, seria possível utilizar uma descrição indefinida de um ser inexistente numa sentença verdadeira sem que daí decorra que o ser tenha qualquer tipo de realidade. Por exemplo, a sentença “*Não existe um unicórnio*” é verdadeira e perfeitamente significativa mesmo que não exista uma entidade “*unicórnio*” a qual a sentença faria referência. Já a sentença “*O unicórnio é belo*” é necessariamente falsa (na teoria russelliana) por que a expressão definida “*O unicórnio*” deveria referir a alguma entidade, o que ela não pode fazer.

- (4.1) *Um gato mia*
 Det N V_i
 $\cap \neq \emptyset$ A B

A relação expressa especificamente pelo determinante *um* nesta sentença pode ser explicada como uma relação de intersecção: pelo menos um membro do conjunto *gato* é também membro do conjunto *mia*. A intersecção dos dois conjuntos não é vazia. Em linguagem lógica: $A \cap B \neq \emptyset$. A mesma relação pode ser observada no diagrama abaixo:



A idéia segundo a qual as expressões indefinidas não teriam a capacidade de referir é reforçada por Quine (1960:113) a partir de exemplos como:

A diferença entre estas expressões indefinidas singulares e as ordinárias ou definidas é acentuada quando a repetição acontece. Em “eu vi o leão e você viu o leão”, dir-se-ia que ambos vimos o mesmo leão ... Mas em “Eu vi um leão e você viu um leão” não existe sugestão de identidade. ... Essa característica da expressão indefinida singular é um pouco parecida com o pronome relativo “que”, que, embora ocupe posições na sentença, dificilmente pode ser tomado, mesmo temporariamente, como nomeando alguma

coisa.¹³

Neste exemplo, a falta de identidade entre as duas ocorrências demonstraria, para Quine e Russell, que a descrição indefinida não refere a nada. Se referisse, sua reiteração implicaria uma retomada do referente. A exigência de que a mesma expressão referencial, usada mais de uma vez, deve todas as vezes designar o mesmo referente, tem a ver com a concepção segundo a qual uma expressão referidora estaria ligada indissoluvelmente a seu referente e seu significado seria, de alguma maneira, aquilo que ela representa. Essa representação tornaria possível referir por meio da expressão. Isso é verdadeiro em linguagem lógica (pelo menos na lógica clássica), na qual um constituinte é uma função entre uma expressão e um objeto de um universo que ele representa, podendo ser repetido sempre com manutenção da identidade, de modo que a falta de manutenção da identidade indicaria a falta de um constituinte comum correspondente às expressões.

Como veremos, esta posição é muito questionável. Vários autores têm afirmado que as descrições indefinidas podem ser referenciais e procuram uma outra explicação para o contraste entre definitude e indefinitude.

¹³The difference between such indefinite singular terms and the ordinary or definite ones is accentuated when repetitions occur. In “I saw the lion and you saw the lion”, we are said to have seen the same lion ... But in “I saw a lion and you saw a lion” there is no suggestion of identity. ... In this respect the indefinite singular term is somewhat like the relative pronoun “which”, which, though it occupies positions in sentences, can scarcely be said even temporarily to name anything.

4.2 Contestações à Teoria Russelliana

4.2.1 On Referring

A primeira contestação importante à Teoria das Descrições russelliana foi feita por Strawson, em 1950, no artigo *On Referring*. Strawson chama a atenção para a distinção entre a análise das propriedades da sentença (e das expressões) e análise do *uso* de uma determinada sentença. Para ele, Russell cometeu um erro ao deixar de observar esta distinção e ao tentar atribuir valor de verdade à sentença propriamente dita, fora de seu uso.

Um dos exemplos da utilidade desta distinção é a sentença “*o rei da França é sábio*”. A sentença pode ter sido dita diversas vezes no período em que a França foi uma monarquia, digamos para se referir a Luis XIV ou Luis XV. Seria verdadeira em relação a Luis XIV e falsa em relação a Luis XV. Poderia ter sido dita também após o fim da monarquia francesa. Nessa situação, Strawson afirma que a sentença não é falsa (assim como a sua negação “*o rei da França não é sábio*”, dita no mesmo momento, não seria verdadeira), a sentença deveria ser considerada mal-formada, ou ter um uso que o autor vai chamar de espúrio.

Em outras palavras, apenas as enunciações efetivas, ou os usos reais da sentença, poderiam ser analisados em termos de valor de verdade. A sentença, isoladamente, tem um *sentido* que consistiria, para Strawson, em regras gerais, convenções, condições etc. que permitiriam o uso ou a interpretação dessa sentença. Aqui, nos interessa, acima de tudo, o fato de que Strawson aponta para a necessidade de incorporação do contexto para a interpretação das sentenças, contrariamente a Russell, que se propunha a fazer uma análise

da sentença isoladamente.

Strawson chama a atenção para o fato de que o uso do artigo definido numa expressão não constitui uma afirmação de existência, mas uma *implicação* dessa existência, ou, pelo menos, deixa claro que quem usar a expressão compromete-se com a crença na existência, ou seja, deixa entender que acredita que o referente mencionado existe:

E isso traz à tona o fato de que, se um homem enunciou a sentença seriamente, sua enunciação pode ser em um certo sentido “evidência” de que ele **acreditava** que existisse um rei da França. [...] Dizer “o rei da França é sábio” é **implicar** que existe um rei da França.¹⁴ (Strawson, 1970[1950]:175)

Para Strawson, uma prova disso é a que a reação mais esperada à sentença “*O rei da França é sábio*”, se fosse dita nos dias atuais, seria a de chamar a atenção para o fato de que não existe “*o rei da França*”, e não para o fato de que esta frase é falsa.

Para o autor, o uso do artigo definido *implica* uma sentença existencial, embora usar uma expressão definida não seja equivalente a asseverar uma sentença existencial. Segundo ele (1970 [1950]:177): “*Uma das funções convencionais do artigo definido é agir como um sinal de que uma referência unívoca foi feita — um sinal, não uma asserção disfarçada.*”¹⁵.

¹⁴And this brings out the point that if a man seriously uttered the sentence, his uttering it would in some sense be *evidence* that he *believed* that there was a king of France.(...)To say “*The king of France is wise*” is, in some sense of imply, to *imply* that there is a king of France.

¹⁵One of the conventional functions of the definite article is to act as a signal that a unique reference is being made - a signal, not a disguised assertion

Além de chamar a atenção para a importância do contexto, o trabalho de Strawson tem ainda o mérito de trazer à discussão o papel das crenças na interpretação (em contexto) de qualquer sentença enunciada. Este último aspecto é crucial para a semântica do artigo indefinido, como mostra a discussão desenvolvida sobre este tema na secção V de *On Referring*, que tem um item dedicado às expressões indefinidas.

Nesta seção, o autor propõe que a opção entre o definido e o indefinido não está relacionada à possibilidade ou impossibilidade de fazer referência. Para Strawson, o definido é usado, no lugar do indefinido, nas seguintes situações:

1. Quando já houve uma referência prévia à entidade;
2. Quando se sinaliza que o referente é o mesmo anteriormente mencionado;
3. Ou quando, na ausência de uma menção indefinida anterior, espera-se que o contexto (incluindo os conhecimentos que se atribui ou se espera do ouvinte) permita ao ouvinte identificar a que a expressão se refere.

Por outro lado, expressões indefinidas seriam usadas em todas as situações em que qualquer uma das condições acima não esteja presente ou quando, mesmo se a expressão definida pudesse ser usada, o falante, por algum motivo, deseja manter esse referente, no dizer de Strawson, opaco (*dark*).

Usos Atributivo e Referencial das Expressões

Em 1966, Keith Donnellan, com a publicação de *Reference and Definite Descriptions*, faz o segundo ataque importante à teoria das descrições de Russell.

Nesse trabalho, o autor expõe sua distinção entre usos *atributivo* e *referencial* de uma descrição definida. A distinção não diz respeito ao indefinido, que não recebe um comentário sequer ao longo do artigo. Outros estudiosos, no entanto, investigaram a pertinência desta distinção para outros tipos de descrição e, mais especificamente, para as descrições indefinidas, como, por exemplo, Ludlow e Neale (1991), Fodor e Sag (1982), King (1988) e Rouchota (1994).

Um outro motivo, ainda mais forte, para discutirmos aqui a distinção é o fato de que a aplicamos diretamente nas nossas classificações (ver seção 3.2.4).

Para enunciar sua tese, Donnellan lança mão de um exemplo também já clássico, a sentença:

(4.2) O assassino de Smith é louco.

O autor propõe uma situação em que foi encontrado Smith, uma excelente pessoa, brutalmente assassinado. Pela crueldade do ato e por sua aparente natureza injustificada, alguém afirma: “*O assassino de Smith* (quem quer que tenha sido) *é um louco*”. Nesta situação, não se está querendo fazer referência a um indivíduo em particular, mas a qualquer indivíduo que preencha ou se encaixe na descrição definida. Esse é o uso que Donnellan chamou de atributivo.

Imagine-se uma outra situação alternativa, em que Jones foi levado a julgamento sob a alegação de ser o assassino de Smith. Observando seu comportamento desequilibrado no banco dos réus, um expectador pode afirmar que “*O assassino de Smith* (isto é, Jones) *é louco*”. Nesta situação, o falante está fazendo referência especificamente a Jones e quer que seu interlocutor

identifique Jones como o referente. Se o interlocutor, por exemplo, acreditar que Jones é inocente, nem por isso o ato referencial foi falho, desde que este interlocutor tenha sido capaz de identificar corretamente Jones como o referente pretendido, o que lhe possibilitaria, inclusive, retrucar coerentemente: “*Apesar de louco, Jones é inocente*”. Este segundo uso é o que Donnellan chama de referencial.

No uso atributivo de descrições definidas, o mais importante é, segundo Donnellan, a “essencialidade” da descrição. Seja quem for o referente identificável, ele deve satisfazer a descrição, isto é, preenchê-la para que se possa dizer que a descrição definida se aplica a ele. No uso referencial, ao contrário, a correspondência entre a descrição e o referente não é tão importante. Embora na maioria dos casos essa correspondência seja esperada, isso se deve mais a uma decisão do falante (ou a sua necessidade) de usar uma descrição tal que torne o ouvinte capaz de identificar corretamente o referente pretendido.

Aqui, o mais importante em relação a essa distinção é que, nos termos em que Donnellan a propôs, ela reforça a importância do contexto e dos conhecimentos e crenças partilhadas para a correta interpretação de uma sentença. Strawson (1950) já tinha deixado claro que quem é capaz de referência não são as expressões, ou melhor dizendo, as sentenças, e sim o falante. É este quem, ao enunciar a sentença num determinado contexto, faz referência a algo, *usando* a sentença. Donnellan, por sua vez, afirma que as descrições definidas são usadas para mais coisas do que somente referir. Para entender o papel desempenhado por uma certa descrição numa sentença é preciso, primeiro, estabelecer se ela está sendo usada em função referencial ou não:

Em geral, decidir se uma expressão definida está sendo usada referencialmente ou atributivamente é uma função das intenções do falante em cada caso particular. ¹⁶ (Donnellan (1971[1966]): 110).

A interpretação correta sobre a distinção atributivo/referencial ainda não foi estabelecida. Um pouco por culpa do próprio texto original, que trata de maneira obscura muitos assuntos, em parte por culpa da fortuna crítica do artigo, muitas vezes devotada a manutenção da possibilidade de uma leitura semântica precisa e independente de contexto¹⁷.

Na verdade, a distinção atributivo-referencial, apesar de ser bastante produtiva, aparece sob várias versões, algumas vezes sendo equiparada a distinção entre uso genérico e singular (ou específico). Apesar de existirem algumas aproximações e paralelismos entre as duas distinções, provavelmente não é apropriado igualá-las, simplesmente. Um argumento contrário a essa operação é a dificuldade de estabelecer claramente o conceito de genericidade (c.f. Carlson e Pelletier, 1995; Chesterman, 1991). Aparentemente, genericidade pode fazer referência a uma classe (coletivamente) ou a um membro qualquer dessa classe (distributivamente), não sendo claro se a primeira situação é ou não referencial. O atributivo ainda pode ser tomado como específico em alguns casos.

De uma maneira ou de outra, a interpretação dos artigos definido e indefinido como quantificadores, e especificamente do indefinido como quantifi-

¹⁶In general, whether or not a definite expression is used referentially or attributively is a function of the speaker's intentions in a particular case.

¹⁷Leituras como a de Kripke (1977), que atribuiu a Donnellan a tese da ambigüidade semântica das expressões

cador existencial, foi bastante questionada. Em primeiro lugar, vimos o fato de que, para muitos autores, a referência não é a única função das expressões nominais definidas e indefinidas. A interpretação correta do papel de uma dessas expressões deve passar, necessariamente, pela análise do contexto de enunciação e da situação interativa. Além disso, a possibilidade da referência por meio de indefinidos foi defendida por vários autores, obrigando a uma redefinição da oposição entre definitude e indefinitude.

4.3 O Indefinido Como Indicador de Novidade

As observações de Strawson negando ao indefinido um caráter de quantificador existencial sublinham propriedades destes artigos que foram ignoradas por Russell, mas que já eram conhecidas da análise mais propriamente lingüística¹⁸. A principal dessas propriedades é que, em geral, *o artigo indefinido é utilizado para introduzir um referente novo, enquanto o artigo definido é utilizado para introduzir um referente já dado ou conhecido*.

Strawson (1952) aponta mais explicitamente para a possibilidade de uso referencial do indefinido a partir do fato de que, em linguagem natural, um referente é introduzido por uma expressão indefinida e retomado por uma expressão definida em seguida. Se a expressão definida é referencial e retoma a indefinida, como esta última poderia não ser referencial? Veja-se o exemplo abaixo:

(4.3) Era uma vez, em Bagdá, *um jovem* ainda solteiro que exercia o ofício de

¹⁸Por exemplo, por Guillaume (1919) Christopherson (1939) e Jespersen (1949).

carregador. Certo dia, encontrava-se **ele**, segundo seu costume, na praça do mercado, indolentemente estirado ao chão, com a cabeça recostada em seu cesto, quando *uma mulher* se deteve à sua frente. Vestia **ela** um longo manto de musselina recamado de seda, que a envolvia por completo.¹⁹

Em 4.3, os referentes *um jovem* e *uma mulher* são retomados, respectivamente, pelos pronomes *ele* e *ela*. Nestes exemplos, a expressão indefinida foi escolhida ao invés de uma definida devido a necessidade de introduzir os referentes, mas sua retomada por pronomes (em função referencial) indica que as expressões com as quais eles foram introduzidos também faziam referência a um indivíduo.

Um outro exemplo em favor do uso referencial dos indefinidos é o seguinte²⁰: imagine-se que uma pessoa (João) está lendo esta notícia de uma revista:

- (4.4) Num contratempo que ilustra bem a política em torno da mudança climática, um estudo sugere que talvez não sejam os homens os responsáveis pela mudança climática. [...] Willie Soon, do Havard-Smithsonian Center for Astrophysics, examinou mais de 200 estudos sobre evidências “indiretas” relativas ao clima. [...]. Na *Climate Research* de janeiro [Willie Soon] concluiu que, “no mundo todo, muitos indícios mostram que o século 20 provavelmente não foi o período mais quente, nem de clima singularmente extremo no último milênio”.

João então conta para seu amigo Pedro:

¹⁹In: *As Mil e Uma Noites*, org. René Khawan, 1990, Vol. II “Damas insígnies e servidores galantes”, pág. 9.

²⁰adaptado de Chastain, 1975.

(4.5) Um cientista americano publicou uma pesquisa negando que exista o efeito estufa.

É natural esperar que Pedro pergunte: *que cientista? Qual o nome dele?* Estas perguntas tomam a expressão *um cientista*, proferida por João, como referencial. Em outras palavras, o fato destas perguntas serem possíveis indica que Pedro imagina que João esteja fazendo referência a um cientista particular, que ele deve saber quem é. A resposta correta para essa pergunta seria: *Willie Soon*. A leitura existencial da sentença não seria com certeza aplicada a este caso²¹. O que João está afirmando dificilmente seria compreendido como:

$$\exists x (x \text{ é um cientista americano}) \wedge (x \text{ nega o efeito estufa}).$$

Isto é, é implausível que Pedro imaginasse que o que João está tentando informar é que a intersecção entre o conjunto formado pelos cientistas americanos e o conjunto formado pelos que negam o efeito estufa não é vazia (condição necessária e suficiente para tornar verdadeira a proposição existencial acima). A possibilidade de Pedro perguntar apropriadamente a quem João se refere mostra claramente que Pedro interpreta que João estava fazendo referência por meio da expressão indefinida *um cientista*.

Outros casos em que o uso do indefinido é claramente referencial são aqueles em que existe uma descrição definida alternativa e, pelo menos em princípio, perfeitamente aceitável para a descrição indefinida usada (adap-

²¹Se fosse, não haveria possibilidade de fazer uma pergunta sobre a identidade do referente porque não haveria referente nenhum.

tado de Fauconnier, 1994:24-25):

(4.6)

- a. Maria está procurando *um rato que João disse que viu*.
- b. Maria está procurando *o rato que João disse que viu*.

As duas sentenças fazem igualmente referência a um rato determinado (aquele que João alega ter visto). Embora as sentenças guardem diferenças, que não discutiremos aqui, parece claro que as duas expressões nominais têm, num exemplo como este, um uso referencial. No exemplo abaixo é ainda mais difícil deixar de reconhecer o uso referencial do indefinido²²:

- (4.7) Quer dizer que você estudou em Eton? Então você deve conhecer *um cara chamado Bill Snoop*.

O exemplo preenche, como observa Hawkins (1978), todas as condições propostas por Searle (1969), por exemplo, para servir como uma *expressão identificadora*, tipicamente referencial, e que, certamente, é capaz de fazer referência a um indivíduo unicamente especificado numa certa enunciação.

Já que a possibilidade de uso referencial não é o divisor de águas entre definido e indefinido, autores como Chaistain (1975) passaram a considerar que a principal diferença de escolha entre os artigos deveria ser o fato de que o indefinido sempre seria responsável pela introdução de um referente e o definido sempre seria responsável pela sua retomada. Para Chaistain, para entender os determinantes, não é possível uma análise isolada do seu uso e enunciação concretos. Pelo contrário, pode-se dizer que a escolha de um ou outro artigo funciona como uma instrução para o ouvinte sobre onde

²²adaptado de Hawkins (1978:98).

buscar a informação ou sobre a necessidade de estabelecer um novo referente no decorrer de uma interação qualquer. É inevitável ter que levar em consideração aspectos como conhecimentos partilhados e história da interação para uma compreensão mais acurada do fenômeno. Por isso, a análise isolada das sentenças não é capaz de explicar a semântica dos artigos que só aparece na dinâmica textual ou interacional, sendo um mecanismo importante de coesão.

Para o autor, um elemento referencial é sempre um termo singular, definido como um termo que se propõe fazer a referência, embora essa proposta nem sempre seja levada a cabo de maneira satisfatória (nos casos em que a descrição escolhida não foi capaz de fazer o interlocutor identificar corretamente o referente pretendido). Para saber se uma determinada expressão, definida ou indefinida, está sendo usada referencialmente, não adianta estudar apenas a forma gramatical da expressão. É necessário avaliá-la dentro de seu contexto, compreendido por Chaistain como sendo basicamente o texto e expressões que “circundam” aquela que está sob investigação.

Chaistain propõe, então, que os referentes sejam considerados numa cadeia anafórica ou referencial. Para ele, o importante são as maneiras pelas quais o contraste entre o novo e o familiar (ou dado) é construído textualmente, propondo o estudo dos diversos tipos de expressão (termos singulares, nomes próprios, dêiticos, pronomes) e as condições em que eles são ou não referenciais. Propõe também o estudo das formas pelas quais os vários tipos de expressão podem participar da formação de uma cadeia referencial.

Nesta concepção, *o principal papel do indefinido seria o de ser o iniciador de uma cadeia anafórica* ou, em outras palavras, abrir uma cadeia referencial.

Segundo Chaistain:

*... toda vez que uma descrição indefinida entra numa cadeia anafórica, ela pode entrar apenas como o primeiro elo. A diferença entre as descrições definidas e indefinidas é que a primeira só pode ser usada para iniciar cadeias anafóricas e as segundas para continuá-las. Se encontramos uma descrição definida, por exemplo “o prisioneiro” acontecendo em um texto e nós desejemos saber sobre quem se está falando, devemos procurar no texto precedente por uma expressão que vai servir como o **antecedente anafórico** de “o prisioneiro” — “um prisioneiro”, “um jovem prisioneiro”, ou qualquer que seja. Se nós não encontramos o antecedente, podemos dizer que ele está “pressuposto” ou “sub-entendido” ou “implícito” no uso da descrição definida.*²³(Chaistain, 1975:206)

Embora a possibilidade de uma leitura referencial do indefinido não seja reconhecida de forma unânime (cf. Recanati, 1989; Kleiber, 2001), a idéia de que ele é o iniciador da cadeia anafórica e *nunca* um de seus elos muito raramente é posta em dúvida (a não ser no caso das expressões anafóricas

²³... whenever an indefinite description enters an anaphoric chain it can enter only as the first link. The difference between indefinite descriptions and definite descriptions is that the former can be used only to initiate anaphoric chains and the latter only in continuing them. If we find a definite description, say “the prisoner” occurring in a text and we want to know what is being talked about, we search the preceding text for an expression which will serve as the *anaphoric antecedent* of “the prisoner” – “a prisoner”, “a young prisoner”, or what have you. If we don’t find an antecedent we say the one is “presupposed” or “understood” or “implicit” in the use of the definite description.

indefinidas partitivas, ver seção 3.2.4). A diferença fundamental entre definido e indefinido, então, passaria a ser a contribuição que cada um dá para a “localização” dos referentes, isto é, o fato de que o definido instruiria o ouvinte a localizar o referente em algum conjunto já conhecido, enquanto o indefinido instruiria o ouvinte a estelecer um referente novo. A questão aqui é a tensão entre informação dada e nova. Indefinitude e definitude passam, então, a ser consideradas em termos de *status* informacional e familiaridade.

Ao lado das perspectivas mais formais existe um imenso volume de trabalhos, principalmente nos últimos trinta anos, que enfrenta a questão do indefinido por outro ângulo bem diferente: essencialmente como marcador de novidade. Chamaremos aqui essas abordagens de funcionalistas, mais por comodidade do que por qualquer outra razão, já que apesar de quererem dar uma resposta funcional à questão do indefinido, funcionalidade e função vão assumir valores bem diferentes de acordo com cada linha de pesquisa e, muitas vezes, estas linhas estarão em desacordo entre si.

4.4 Funcionalismo e Indefinido

As principais linhas de pesquisa às quais estamos nos referindo aqui são a perspectiva funcionalista do círculo lingüístico de Praga (uma boa revisão é Firbas, 1991); a gramática funcional de Halliday (1985); os trabalhos de gramaticalização (sobretudo de Gívon, 2001); os trabalhos de Prince (1981) e as perspectivas mais cognitivistas como as de Chafe (1994) e Clark (1992)²⁴.

²⁴Para revisões úteis, além de Firbas (1991), pode-se consultar Chafe (1994) e Ilari (1992).

Como é fácil deduzir, temos aí uma grande variedade de linhas teóricas, que podemos reunir aqui por haver um interesse comum em assinalar a determinadas formas lingüísticas o papel de marcarem a dinâmica dado/novo nos textos ou nas sentenças.

Grande parte do trabalho destes autores é a explicação do fato de muitas expressões novas poderem ser introduzidas pelo definido, em outras palavras, de muitos autores terem se empenhado em explicar de onde vêm a familiaridade de algumas expressões novas. O indefinido também é relativamente menos explorado, geralmente tido como um marcador não problemático de referentes novos. Para alguns autores, essa função é analisável como informação codificada nas sentenças, ou de uma perspectiva da comunicação, para outros, é inevitável incorporar um nível cognitivo, que vai ainda envolver memória e atenção.

Enquanto a semântica lógica preocupa-se em identificar as relações que as expressões referidoras têm com seu referente, isto é, as formas pelas quais elas correspondem aos referentes, denotam e podem ou não ser utilizadas apropriadamente, vários autores defendem que a referência não está relacionada à correspondência e sim à interação: as entidades não são entidades “reais”, “do mundo”, mas entidades estabelecidas discursivamente. Para estes autores, a língua pode certamente falar sobre o mundo “real”, extensional e o faz muito freqüentemente, mas pode falar sobre mundos supostos, contrafactuais, hipotéticos, futuros, ficcionais com a mesma facilidade e usando os mesmos recursos gramaticais.

Nesta perspectiva, o que uma forma referencial faz, em contraste com outra, é apontar para diferentes *status* cognitivos ou discursivos de um refe-

rente (relacionados a sua relevância num dado discurso), servindo como uma instrução sobre sua acessibilidade e localização na memória.

Formas referenciais são os modos de apresentação de um referente, podendo ser definidas, indefinidas, demonstrativas, pronominais, nomes próprios, por exemplo. Segundo esta concepção, as diferentes formas referenciais servem como instrução do ouvinte para o falante a respeito da localizabilidade ou identificabilidade de um determinado referente. Por exemplo, “o gato” pode ser compreendido como unicamente identificável, quando o falante, ao escolher esta forma sinaliza para seu ouvinte algo como: “*você tem condições de identificar o referente desta expressão*” ou pelo menos “*eu considero que você tem condições de identificar o referente*”; assim como a escolha da expressão “ele” para se referir ao gato, pode sinalizar: “*este referente está em foco*”, enquanto a escolha da expressão “um gato” pode querer sinalizar: “*este é um referente novo ou este é um referente que pertence a este tipo, é um membro deste conjunto*”²⁵

Chafe (1994) divide os referentes quanto ao seu *status* informacional em três tipos: *dado*, *acessível* e *novo*. A classificação de um referente deve ser feita sempre com relação a um determinado estado de ativação num momento do tempo. Por exemplo, um referente que no momento t_1 estava inativo e no momento t_2 passou a estar ativo é um referente *novo* naquele discurso²⁶; um referente que estava ativo em t_1 e continua ativo em t_2 é *dado*²⁷.

²⁵No caso, o conjunto dos gatos.

²⁶Perceba-se que o referente não precisa ser novo no sentido de ser desconhecido do ouvinte, apenas no sentido de não ter sido antes ativado no discurso em questão. Essa é a distinção que Prince (1981) faz entre os referentes não-usados e os referentes totalmente novos (*unused* e *brandnew*)

²⁷Um referente é considerado acessível se:

A diferença entre dado, acessível e novo estaria relacionada com que o autor, entre outros, chama de *custo de ativação*. Esse custo é de natureza cognitiva, diz respeito ao trabalho ou processamento cognitivo necessário para trazer ao centro de atenção um determinado referente. Para Chafe, ativar um referente dado é menos custoso do que ativar um referente acessível e menos ainda do que ativar um referente novo. Ativar referentes novos, portanto, é a tarefa de maior custo cognitivo, ou, em outras palavras, referentes novos tem o maior custo de ativação.

Embora os conceitos de dado e novo envolvam os estados de ativação tanto do ouvinte quanto do falante, é a compreensão que o falante tem dos estados de ativação do ouvinte que realmente estabelece a forma que o falante escolhe para introduzir o referente. Segundo Chafe (1994:75):

*Deve ser a idéia que o falante faz do processamento mental do ouvinte que tem a prioridade se a língua deve realizar sua função satisfatoriamente [...] A língua funciona melhor quando a expressão do custo de ativação é orientada ao ouvinte.*²⁸

Ainda segundo Chafe, os referentes dados recebem menos proeminência,

-
1. Tiver sido ativado em algum momento anterior do discurso, mas tiver decaído para um estado de semi-ativação no momento atual;
 2. for de alguma forma associado aos referentes ativados ou
 3. estiver presente no contexto imediato de interação.

²⁸it must be the speaker's assessment of the listener's mental processing that takes priority if language is to perform its function satisfactorily [...] Language works best when the expression of activation cost is listener-oriented.

seja prosódica seja morfológica (a não ser nos casos de contrastividade), tendendo a ser apresentados por pronomes. Referentes novos, por sua vez, tenderiam a ser introduzidos por expressões nominais e a receberem proeminência entoacional.

A escolha de uma forma ou outra para introdução do referente relaciona-se, além da tensão dado/novo, com a possibilidade de identificação do referente, isto é, com sua identificabilidade. Como vimos, um referente pode ser considerado novo numa certa interação, mesmo sendo conhecido por ambos os interlocutores, desde que esteja inativo naquele discurso até o momento. Nestes casos, embora o referente seja novo, ele recebe uma marca de identificabilidade, das quais a mais proeminente é o artigo definido. Em outras palavras, o artigo definido mostraria que o falante acredita que o referente, quer novo, quer não, é identificável pelo ouvinte.

Inversamente, o indefinido serviria como marca da não-identificabilidade prévia do referente, mas ao mesmo tempo, funcionaria como o estabelecimento do referente como membro de uma determinada categoria ou tipo, identificado pelo substantivo comum selecionado para introduzir o referente e, a partir daí, passível de ser retomado como dado ou acessível no texto subsequente. O indefinido funciona, portanto, como um identificador de tipo ou categoria. Nos casos freqüentes em que apenas um substantivo comum não seria suficiente para a identificação satisfatória do tipo a que pertence o referente, um recurso muito comum é o uso de modificadores do substantivo (adjetivos, orações relativas, etc.) que criam categorias *ad hoc* o que tornaria o referente identificável. Por exemplo:

(4.8) Um gato estranho que não parava de miar.

Nessa sentença o referente *um gato* recebe vários qualificativos para que sua identificação (como exemplar de um certo tipo ou como membro de uma categoria) seja mais precisa²⁹. A operação mais importante realizada pelo indefinido seria então *a de identificação de tipo*, a localização de um referente dentro de uma certa categoria ou conjunto muitas vezes criado localmente.

Além de identificar o tipo, o indefinido (assim como as demais formas referenciais), teria, para muitos autores³⁰, um papel para marcar a *relevância discursiva do referente*, ou sua *saliência contextual*. Especificamente, o indefinido marcaria baixa relevância temática. O referente introduzido por indefinido (sobretudo em posição de sujeito) seria pouco relevante no discurso, sendo improvável que este referente seja retomado posteriormente no discurso ou venha a torna-se foco. O uso genérico, para o qual a identificação de um referente específico é irrelevante, é apontada por Chafe como outro caso em que o referente também costuma ser introduzido pelo indefinido.

Wright e Gívon (1987) dão uma boa evidência de que diferentes graus de saliência referencial são importantes, ao descreverem o processo pelo qual o demonstrativo do inglês *this* tem exercido também a função de indefinido. Os autores mostraram que, em linguagem coloquial, quando um referente tem grande probabilidade de ser retomado ou tornar-se foco, ele tem normalmente é introduzido por *this*³¹, enquanto se ele for pouco saliente no discurso, ele

²⁹Identificação precisa, aqui, significa identificação mais adequada ou funcional dentro de uma certa interação concreta entre interlocutores e não uma identificação de um tipo objetivamente existente ou ontologicamente apropriado.

³⁰Como Gundel (1993), Chafe (1994), Heine (1997), Givón (2001) e Ping (2003).

³¹A aceitação de *this* como indefinido não é pacífica, apesar de apontada já há algum tempo para situações coloquiais da língua por vários gramáticos. Esse é um caso que Givón (1987, 2001) e autores associados tomam como exemplo do processo de gramaticalização.

normalmente é introduzido pelo artigo *a*, como ilustrado no exemplo abaixo:

(4.9) I get into the forest and I saw **this bear**. It ran over me and I had to climb a tree.

(4.10) I get into the forest and I saw **a bear**, then I saw a owl.

Chen(2003) aponta para o caso especial do chinês, em que o numeral *um* (*yi*) mais um termo classificador (que é a forma mais aproximada no chinês de um artigo indefinido) pode, algumas vezes, ser usado para introduzir referentes unicamente identificáveis, por exemplo, nomes próprios, mas nesse caso, os referentes obrigatoriamente têm que ser pouco relevantes contextualmente.

Alguns autores, como Gundel(1993), identificam esse contraste entre o artigo *a* e o demonstrativo *this* com duas funções diferentes para o indefinido: a referencial e a identificadora de tipo. A referencial, em inglês, seria marcada pelo uso do indefinido coloquial *this* e a identificadora de tipo pelo artigo *a*. Usos exemplificados abaixo (referencial e identificadora de tipo, respectivamente):

(4.11) a. I couldn't sleep last night. **This dog** next door kept me awake

b. I couldn't sleep last night. **A dog** next door kept me awake

Para autores como Chafe(1994) e Chen(2003), com quem concordamos, os dois usos são referenciais e identificadores de tipo simultaneamente. No entanto, a estrutura que em inglês é marcada pelo *a* indefinido é apenas menos saliente no contexto do que uma introduzida por *this*, o que também acontece em chinês.

Para nós, o importante é constatar que, embora não exista em português uma forma equivalente ao inglês *this* para contraster a saliência de um indefi-

nido, parece razoável aceitar que a saliência contextual também pode ter um papel importante para a decisão de qual artigo deve introduzir um referente.

A diferença entre definido e indefinido poderia ser explicada, segundo essa visão, como um contraste relacionado a três aspectos principais: contraste entre dado e novo, identificabilidade e saliência contextual. O indefinido seria usado para as situações em que o referente é novo, não-identificável³² e pouco saliente.

Explicar as diferentes expressões referenciais como formas de marcar *status* cognitivo ou informacional parece realmente relevante, com base em dados experimentais (Gordon et al., 1993; Gordon e Searce., 1995; Almor, 1999). No entanto, não se pode afirmar que o indefinido constitua sempre uma instrução para o estabelecimento de referentes novos, já que isso é desmentido por suas ocorrências anafóricas. Talvez seja mais interessante procurar por características da operação realizada pelo indefinido de uma maneira mais geral, de forma que o estabelecimento de referentes novos seja um caso particular desta operação.

Para entender o definido desta forma, uma das propostas mais interessantes é feita por semanticistas mais estruturalistas do que lógicos (Christophersen, Hawkins, Guillaume e Chesterman, por exemplo) como veremos em seguida. Para estes autores, as características dos artigos decorrem da operação que eles fazem sobre um nome, os artigos são modos de apresentação do nome.

³²É claro que todo referente não-identificável é claramente novo, embora nem todo o referente novo seja não-identificável.

4.4.1 Familiaridade

Christophersen (1939) é um dos primeiros autores a formular o contraste entre os artigos em inglês em termos de familiaridade, que o autor define da seguinte forma:

*Na menção de uma palavra, o elemento mental latente denominado, em linguagem corrente, o conhecimento da palavra é acionado e produz um certo entendimento; uma concepção da coisa pretendida é formada na mente do ouvinte ... O artigo **o** modifica o sentido potencial (a idéia) da palavra acrescentando-lhe uma certa associação com conhecimento previamente adquirido, pelo que pode ser inferido que apenas um indivíduo definido está sendo apontado. Isso é o que se entende por familiaridade.*³³
(Christophersen, 1939: 73).

Para o autor, como se vê, o papel do artigo (no caso, definido) é modificar o conhecimento mental do sentido de uma certa palavra, fazendo com que ela se relacione com algo previamente conhecido. Já no caso do indefinido, a necessidade dessa associação é explicitamente negada.

A idéia de que os artigos agem sobre a representação mental da semântica dos itens lexicais, apresentada por Christophersen, já tinha sido defendida

³³At the mention of a word, the latent mental element called, in common parlance, the knowledge of the word is called into action and produces an understanding; a conception of the thing meant is formed in the hearer's mind ... The article *the* brings it about that to the potential meaning (the idea) of the word is attached a certain association with previously acquired knowledge, by which it can be inferred that only one definite individual is meant. This is what is understood by *familiarity*.

por Guillaume(1919; 1949), que chama sua teoria de psicométrica e trata os artigos como uma forma de concretização dos substantivos, ou substanciação.

A teoria de Guillaume, nesse ponto seguido por Christophersen, faz em primeiro lugar uma distinção entre a *ausência* de artigo e a presença de *um artigo qualquer*. A palavra, na ausência de um artigo qualquer não sofreria nenhum tipo de limitação na sua extensividade. Qualquer artigo seria responsável por um certo tipo de particularização ou singularização do sentido.

Para Christophersen, o sentido de uma palavra num determinado contexto é a intersecção entre o artigo que acompanha a palavra³⁴ e o tipo de palavra em questão, que ele divide, seguindo Jespersen, em dois tipos: palavras que expressam unidade e palavras que expressam continuidade³⁵, distinção que posteriormente foi cristalizada na divisão entre palavras contáveis e não-contáveis. Os dois tipos de palavras equivalem a dois tipos de representação semântica, que poderiam ser modificadas diferentemente por cada tipo de artigo. O artigo indefinido seria o artigo da unidade, enquanto o definido seria o artigo da familiaridade.

As teses de Guillaume e Christophersen têm a vantagem de ver o sentido como uma construção local, que seria uma função da semântica do item lexical e da operação realizada pelo artigo (ou falta dele), tanto em situações referenciais quanto predicativas, num processo que o autor chama de teoria da atualização. Para Christophersen, a presença de um artigo qualquer pode tornar uma expressão nominal mais completa em comparação com sua

³⁴Para o autor, todas as palavras próximas influenciam o sentido de uma certa palavra, mas a principal modificação é feita pelo artigo (c.f. 1939:72)

³⁵*Unity words* e *continue words* no original.

ausência: “para receber uma artigo uma palavra precisa ser tomada como representando algo que possui limites precisos.”³⁶ Compare-se:

(4.12) João perdeu **dinheiro** na guerra .

(4.13) João perdeu **uma perna** na guerra.

(4.14) João perdeu **a cabeça** na guerra .

No exemplo 4.12, a extensão de *dinheiro* não é limitada, não existe nenhuma referência à quantidade ou à identidade do dinheiro. Já em 4.13 e 4.14, os referentes são localizados, sendo que em 4.14 é também identificável. Veja-se também:

(4.15) **Índio** fuma cachimbo todo fim de tarde³⁷.

(4.16) **Um índio** fuma cachimbo todo fim de tarde.

(4.17) **O índio** fuma cachimbo todo fim de tarde.

O exemplo 4.15 só pode receber interpretação genérica, 4.16 pode receber interpretação tanto genérica ou atributiva quanto específica, enquanto 4.17 só pode ser lido ou de maneira genérica ou referencial. Em português, o zero parece indicar sempre uma leitura genérica, tanto na posição de sujeito (exemplos 4.18 a 4.20) quanto na predicação, mas é na predicação (exemplos 4.21 e 4.22) que a extensividade do conceito, isto é, a falta de atualização se sente de forma mais forte:

³⁶to receive an article a word must stand for something view as having precise limits.

³⁷Seria possível interpretar *índio* como nome próprio, o que não é, evidentemente, o caso aqui

(4.18) **Cinema** é a maior diversão.

(4.19) **Criança** é assim mesmo.

(4.20) **Homem** não presta .

(4.21) A gente plantou **laranja** aqui a vida inteira.

(4.22) Maria vive dando **festa**.

Esses exemplos mostram que a *presença de qualquer artigo* compõe e atualiza o sentido de maneira mais específica do que a ausência. A idéia de composição, obviamente, está presente nas teorias mais lógicas, como a das descrições. No entanto, nessas teorias, a semântica do substantivo que está sendo determinado pelo artigo aparentemente não desempenharia nenhum papel. Outras desvantagens de teses mais logicistas são: 1) a não-incorporação da falta de artigo nas teorias e 2) a falta de uma descrição unificada para usos referenciais, atributivos, predicativos e genéricos.

As teorias de Guillaume e Christophersen, apesar destas vantagens, são vagas a respeito do que seria a semântica dos itens lexicais em questão. A teoria de Christophersen um pouco menos, já que se baseia na divisão entre contáveis e não-contáveis, mas mesmo essa divisão é muito frágil, abrigando um enorme quantidade de excessões, como se sabe. Além disso, para nós, a distinção contáveis e não-contáveis é particularmente desinteressante, já que em português a distribuição dos artigos não está condicionada a fatores semelhantes, podendo todos os substantivos receber qualquer artigo, ou ocorrer na ausência de artigo (havendo, obviamente, mudanças de sentido em cada caso, assim como diferentes distribuições sintáticas).

Outro problema é a noção de familiaridade de Christophersen, de natureza dicotômica, que exige a presença do conhecimento prévio para a sua realização. O problema é que o definido freqüentemente introduz elementos que não são exatamente conhecidos previamente, mas sim inferíveis por associação a referentes já introduzidos, como abaixo:

(4.23) Esse livro é *ótimo*. Eu conheço **o autor**.

Para incorporar exemplos como este, Christophersen é obrigado a deixar sua noção de conhecimento prévio muito vaga, o que acaba gerando uma quantidade muito grande de casos duvidosos. Um outro problema dessa concepção de familiaridade é que ela não incorpora nomes próprios à descrição.

Jespersen (1949) retoma a noção de familiaridade, evitando a compreensão binária que aparece nos trabalhos de Christophersen. Para Jespersen, familiaridade é uma noção escalar, também marcada pelos artigos, que vai do menos familiar (por exemplo *a man*, em inglês) ao mais familiar (nomes próprios). Deixar de considerar familiaridade um conceito dicotômico e incorporar os nomes próprios é sem dúvida um avanço, mas ainda deixa familiaridade e conhecimento prévio muito pouco definidos e portanto muito pouco operacionais.

Hawkins (1977, 1978) procura reformular de maneira mais precisa o conceito de familiaridade, redefinindo-o em termos de certas propriedades que ele chama de *localizabilidade* e *identificabilidade*.

Localizabilidade e Identificabilidade

Segundo Hawkins, o primeiro critério para a caracterização dos artigos está em sua *localizabilidade*. O artigo definido serve como instrução para que

o interlocutor, em primeiro lugar, *localize* o referente introduzido por este artigo num conjunto compartilhado (*shared set*) de elementos e, em segundo lugar, identifique o membro ou membros relevantes desse conjunto para a referência (*identificação*). Esses conjuntos compartilhados podem ser, por exemplo, o discurso prévio entre ouvinte e falante, a situação imediata da interlocução, conhecimentos enciclopédicos e gerais partilhados e associações semânticas.

Já os artigos indefinidos seriam neutros quanto à localizabilidade, podendo tanto ser localizáveis quanto não. Por exemplo:

(4.24) Pedro encontrou **um envelope**.

Na sentença, não é possível localizar o referente *um envelope* em nenhum conjunto prévio, apenas é possível identificar qual *tipo* de referente foi introduzido. Em outras ocorrências de expressões indefinidas, a localização em um conjunto é possível, mas não a identificação do membro relevante:

(4.25) João perdeu **um dedo** na guerra.

Nesse caso, a interpretação mais freqüente seria a de que João perdeu um de seus (dez) dedos. O ouvinte é capaz de localizar o conjunto ao qual o dedo em questão pertence, isto é, o conjunto dos dedos de João³⁸, mas permanece

³⁸Uma outra interpretação possível, mas sem dúvida menos provável, é que João era responsável por um conjunto de dedos, por exemplo, num necrotério, e perdeu um destes dedos. Essa interpretação só é possível caso os interlocutores tomem esse conjunto (os dedos no necrotério sob responsabilidade de João) como compartilhado, o que indica que a questão também é dependente do contexto, isto é, a leitura mais esperada é sempre a leitura mais esperada em uma dada situação e, com freqüência, pode ser modificada ao longo de uma interação.

incapaz de identificar qual dedo específico foi perdido.

Casos como estes últimos levam Hawkins a considerar o definido capaz tanto de localização quanto de identificação, enquanto o indefinido seria neutro em relação à localização, mas incapaz de identificação exata do membro dentro do conjunto. Ou seja, a localizabilidade seria uma condição necessária, mas não suficiente, para a identificabilidade.

A identificabilidade, então, seria dependente também de um outro critério proposto por Hawkins: a *inclusividade* ou *exclusividade* do artigo. O definido seria inclusivo, isto é, toda vez que um membro fosse localizado dentro de um conjunto, este conjunto (frequentemente unitário) seria tomado em sua totalidade. Já um indefinido seria exclusivo, isto é, implicaria na tomada de um conjunto não-unitário do qual apenas alguns membros seriam relevantes, ou, em outras palavras, alguns membros teriam que estar necessariamente excluídos, o que é ilustrado no exemplo abaixo:

(4.26) João perdeu **a cabeça**³⁹.

(4.27) João perdeu **uma cabeça**.

O exemplo (4.27) só poderia receber uma interpretação apropriada na situação de João efetivamente trabalhar num necrotério, ou ser responsável por um conjunto de cabeças por um motivo qualquer. O indefinido não é bom para fazer referência à cabeça do próprio João, pois parece implicar que o conjunto tem mais membros do que o referente localizado. Se o referente

³⁹Neste exemplo estamos tratando da interpretação segundo a qual João perdeu fisicamente a cabeça, e não da interpretação talvez mais comum segundo a qual João perdeu o juízo ou o equilíbrio.

é unicamente identificável, ou, em outras palavras, se o conjunto referido é unitário, o uso do definido é naturalmente esperado.

A propriedade da localizabilidade mas não da identificabilidade seria a justificativa para o uso preferencial do indefinido como introdutor de referentes, já que as propriedades gerais do conjunto localizado seriam identificadas, sem necessidade de conhecimento prévio. O membro assinalado pela descrição indefinida tornar-se-ia, a partir daí, disponível para ser posteriormente retomado, agora como um conjunto conhecido. Isto é, um indefinido seria capaz apenas da afirmação da existência e da identificação do tipo do referente. Já para o definido (ainda segundo esta concepção), a identificabilidade de todos os membros do conjunto (unitário ou não) é indispensável, o que se traduz no fato das expressões definidas terem sempre que pertencer a conjuntos já previamente introduzidos ou inferíveis por associação.

Essa explicação também tem a vantagem de permitir a retomada, por meio de uma descrição indefinida partitiva, de um elemento de um conjunto não-unitário previamente assinalado. Por exemplo:

(4.28) **O carro** sofreu um acidente terrível, por causa de *uma roda* que se soltou.

(4.29) João machucou **a mão**. Acabou perdendo *um dedo*.

Esse é o único caso de retomada anafórica por indefinido com algum reconhecimento na literatura (Hawkins, 1977; Cosse, 1987; por exemplo). Pode-se dizer que um conjunto não unitário foi assinalado previamente de maneira implícita, respectivamente: em 4.28, o conjunto das quatro rodas do carro e, 4.29, o conjunto dos cinco dedos da mão de João; e é por associação a esses conjuntos que se pode fazer as anáforas. Em outras palavras, essa

é uma retomada partitiva de um conjunto já partilhado. Se esse tipo de anafóra realmente põe em questão a exigência, feita muitas vezes, de qualquer retomada anafórica associativa ter que acontecer na forma do conhecido (isto é, com artigo definido) é uma questão em aberto, que debateremos com mais detalhe na seção 3.2.4.

No entanto, a explicação de Hawkins em termos de localizabilidade/identificabilidade e da dicotomia exclusividade/inclusividade não é capaz de dar conta de muitos fenômenos relacionados ao emprego dos artigos e, o que mais nos interessa, é incapaz de explicar os outros usos anafóricos do indefinido. Em primeiro lugar, como aponta Chesterman (1991), a preocupação de Hawkins era explicar apenas usos referenciais dos artigos sem se preocupar com os usos genéricos, atributivos e predicativos. Essa explicação é, no mínimo incompleta, já que não é de se esperar que os usos não-referenciais funcionem de forma completamente diferente ou incoerente com os referenciais. Uma teoria dos artigos definido e indefinido deveria ser geral o bastante para compreender todos os usos.

O movimento de abandonar o conceito de familiaridade (utilizado por Christophersen, por exemplo) em prol do de conjunto partilhado também não é muito feliz, já que o significado de *partilhado* também é bastante vago. Em muitas situações o conjunto no qual o referente deve ser localizado não é previamente partilhado mas estabelecido no próprio momento da referência, como mostram os exemplos abaixo⁴⁰:

(4.30) Minha mulher e eu partilhamos **os mesmos segredos**.

(4.31) E então ouvimos **o choro de uma criança**.

⁴⁰ Adaptados de Chesterman, 1991.

(4.32) Cheguei à **conclusão** de que os artigos são uma pseudo-categoria.

O conjunto onde os referentes das expressões definidas *os mesmos segredos*, *o choro de uma criança* e *a conclusão* devem ser localizados são estabelecidos pela expressão nominal. Respectivamente, um *conjunto comum de segredos* e *a criança* (embora “localizar” o choro na criança não pareça muito apropriado). O que de previamente poderia ser partilhado nesses conjuntos não é claro, a não ser o fato de que é comum pessoas terem segredos e que crianças normalmente choram. Nestes casos, o uso dos modificadores não tornam as expressões mais familiares, nem implicam familiaridade, compare-se 4.31 com 4.33:

(4.33) E então nós ouvimos **um choro** de criança.

Mais um ponto criticável é que a teoria de Hawkins (apesar de tomar conhecimento, se não do trabalho de Guillaume, pelo menos do de Christophersen), abandona completamente as situações em que a expressão nominal ocorre sem artigo e reestabelece a divisão binária entre definido e indefinido apenas.

Chesterman (1991) propõe uma modificação da teoria de Hawkins, em duas direções. Primeiro, pela incorporação do zero, isto é, de expressões sem artigo, na análise e, segundo, pela relativização do conceito de totalidade requerido pela inclusividade.

Para incorporar o zero na análise, Chesterman retoma o trabalho de Guillaume (1919, 1949) e propõe a inclusão do conceito de *extensividade* àqueles propostos por Hawkins. Extensividade, como se viu, é o modo de apresentação que marca se um conceito é tomado em todo seu “potencial” (Guillaume) ou sofre algum tipo de particularização. O artigo zero (a ausência

de artigo) seria a extensão ilimitada, enquanto qualquer artigo provocaria limitação na extensão.

Chesterman chama a atenção para o fato de que extensão não deve ser confundida com extensividade. Extensão seria um conceito externo, relacionado aos *denotata*, isto é, o conjunto de seres que um nome pode abarcar ou referir. Extensividade, por sua vez, seria para o autor um conceito *interno*, relacionado à forma de apreensão do sentido, ou a seu potencial designador, ou seja, a extensividade está relacionada à representação do léxico, em termos menos técnicos, a uma espécie de “memória” da palavra. Segundo Christophersen(1939:54):

O ponto principal da teoria é que, quando prefixado por um artigo, um substantivo, do nome de uma mera idéia, é transformado no nome de algo concreto e real. **Casa** é só um conceito, existem muitos tipos de casas com as mais diversas qualidades diferentes. Os diversos membros da classe tem muito pouco em comum, e esse muito pouco pode ser alcançado apenas por um processo de abstração. . . . Uma casa real, por outro lado (chamada, de acordo com as circunstâncias, **uma casa** ou **a casa** compreende, além dos seus traços genéricos, uma série de traços individuais: uma cor e tamanho definidos, etc; ela tem realidade e concretude.⁴¹

(Christophersen, 1939:54)

⁴¹The “gist of the theory is that by the prefixion of an article a substantive, from being the name of a mere idea, is turned into the name of something actual and real. *House* is only a concept; there are many kinds of houses with all sorts of different qualities. The various members of the class have very little in commom, and the very little can only be reached by a process of abstraction . . . A real house, on the other hand (called, according

A situação de $\emptyset$, ou de artigo zero, tem que ser, portanto, incorporada à uma descrição do sistema de artigos e, mais geralmente, da determinação, pois possui uso significativo e distribuição sistemática. Mais importante ainda, a noção de extensividade, de modo de apresentação, atualização ou seja qual for o nome que escolhermos para ela, precisa ser incorporada a uma teoria de construção de sentido.

Esta necessidade é reforçada pelo fato de que a divisão binária entre definido e indefinido é assimétrica, já que existem mais artigos e determinantes indefinidos que definidos e a indefinitude parece ser um fenômeno bem mais complexo⁴². Esta questão foge dos objetivos do presente trabalho, não podendo ser desenvolvida aqui. No entanto, essas evidências parecem apontar para um fenômeno mais complexo, dificilmente descritível nos termos de uma dicotomia simples.

Além de defender a incorporação do zero, com a qual nós concordamos, Chesterman propõe que o conceito de inclusividade, segundo o qual o definido refere a todos os membros do conjunto onde o referente foi localizado, utilize um *todo* pragmático e não um quantificador universal lógico $\forall$. $\forall$ é tanto distributivo quanto coletivo e exaure o conjunto a que foi aplicado. O “*todo*” pragmático proposto por Chesterman muitas vezes é apenas coletivo, ou significa apenas “tipicamente”, “praticamente todos” ou todos os relevantes para uma situação (relevância estabelecida contextualmente). A necessidade dessa relativização é dada por sentenças como:

to the circumstances, *a house* or *the house*) comprises, in addition to its generic features, a lot of individual ones: a definite colour and size, etc; it has reality and actuality.

⁴²Lyons (1977) por exemplo, propõe a existência de indefinitude e não-definitude no eixo *indefinido*, que se opõem a um definido único.

(4.34) **As galinhas** puseram apenas três ovos hoje de manhã.

(4.35) **Os chineses** foram ao espaço num foguete.

(4.36) **Os brasileiros** são muito bons em Fórmula 1.

Em 4.34 é praticamente impossível uma leitura distributiva de *todas as galinhas* do conjunto especificado⁴³. A leitura mais provável é uma coletiva: no conjunto, as galinhas em questão só puseram três ovos. O quantificador universal lógico é ainda mais impossível para explicar a inclusividade em (4.35), o conjunto selecionado de chineses (isto é, todos os chineses incluídos no conjunto) não foram, um a um, ao espaço, obviamente. Na verdade apenas um chinês esteve no foguete, mas ele era representativo de uma classe, sendo a conquista é extensível ao conjunto inteiro dos chineses. O mesmo raciocínio se pode fazer para (4.36), mas, no caso, a coletividade é ainda mais enfraquecida, já que se refere apenas àqueles que participaram da Fórmula 1 e do fato de que estes pilotos brasileiros, são, em geral, ou quase todos, muitos bons, com exceções que não invalidam a sentença (uma excessão seria suficiente para invalidar um quantificador universal lógico, como se sabe).

Feitas estas considerações, Chesterman propõe a matriz de três traços representada abaixo (figura 4.1), para descrever unificadamente os artigos.

Na matriz, $\pm$ representa uma leitura neutra inicial, cujo valor preciso seria estabelecido pragmaticamente. Observe-se ainda que o único traço absoluto é o da extensividade, não-limitada para *zero* e limitada nas outras situações.

⁴³Observe-se que esta é uma questão pragmática: o conhecimento de que galinhas põe um ovo apenas por dia exige a leitura coletiva. No entanto, num cenário de ficção ou com galinhas geneticamente modificadas a leitura distributiva seria possível.

	Localizabilidade	Inclusividade	Extensividade Limitada
zero	—	$\pm$	—
some	$\pm$	—	+
<i>a</i>	$\pm$	—	+
<i>the</i>	+	+	+

Tabela 4.1: Na matriz, $\pm$ representa uma leitura neutra inicial, cujo valor preciso seria estabelecido pragmaticamente. Observe-se ainda que o único traço absoluto é o da extensividade, não-limitada para *zero* e limitada nas outras situações.

Segundo Chesterman, essas propriedades definem os conjuntos relevantes para uma dada situação. Os conjuntos envolvidos seriam de dois tipos: o conjunto de entidades e o conjunto de referentes (e/ou propriedades)⁴⁴.

O primeiro tipo de conjunto, o conjunto de entidades, é o conjunto onde os referentes podem ser localizados como, por exemplo, o conjunto das rodas que pertencem a um carro ou dos dedos que pertencem a uma mão. Obviamente, o conjunto de entidades não precisa ser idêntico ao item (ou itens) localizado, basta apenas, contê-lo. Já o conjunto de referentes (ou propriedades) diz respeito aos elementos referidos pela expressão nominal e está relacionada às propriedades de inclusividade/exclusividade. Nos casos em que há inclusividade, o conjunto de referentes é tomado em sua totalidade,

⁴⁴Entity set e referent/property set.

todas as entidades relevantes compreendidas por uma expressão estão sendo referidas. No caso do uso exclusivo, por sua vez, pelo menos uma das entidades abarcáveis por uma dada expressão precisa estar excluída no contexto específico.

Esses dois conjuntos estariam na seguinte relação: tomemos um conjunto U que denota todo universo de um dado lexema. Em outras palavras, todos os referentes potenciais de um referente numa dada situação (S), isto é, o conjunto de referentes inteiro; U é formado por dois subconjuntos, r , que contém todos os elementos realmente referidos na situação S e r' , que é o conjunto dos referentes potenciais, mas que não estão sendo referidos em S . Como mostra a expressão abaixo:

$$U = r + r'$$

Nas situações de uso inclusivo r' está vazio, ou seja, $U = r$. Nas situações de uso exclusivo, r' não está vazio. U pode ser formado por um entidade ou várias entidades, ou ainda, ser um conceito sem extensividade reduzida. Isto é, pode referir uma categoria inteira. Se U for unitário, é claro que r' estará vazio.

O indefinido (seja *um* ou *algum*), de acordo com essa visão indicaria um conjunto U em que r' não está vazio. O definido, por sua vez, indicaria a situação em que r' está vazio.

Quando U é uma categoria, ou seja, quanto o conjunto de referentes é referido na sua totalidade, aparece o uso do *zero*⁴⁵. Os efeitos dos vários artigos poderiam ser descritos da seguinte forma:

⁴⁵Para sermos mais precisos, precisamos mencionar o artigo *nulo* que, para Chesterman, também faria parte dos conjuntos e também seria marcado por um $\emptyset$ morfológico. Esse

- *um* N: um membro de um conjunto não-unitário de referentes.
- *uns* N: mais de um membro de um conjunto não unitário, mas não todos.
- *o* N: todos (em termos pragmáticos) os membros de um conjunto de referentes localizado.
- *zero* N: o próprio conjunto de referentes, tomado coletivamente, como categoria.

A classificação de Chesterman tem a vantagem de não usar o fato do indefinido *um* ser o iniciador da cadeia anafórica como primitivo. Por outro lado, pode ser usada para explicar esta característica, já que, quando um referente é introduzido, ele passa a ser, para uma eventual retomada anafórica, um conjunto já localizável e identificável, o que requeriria o uso do definido nas retomadas e daria ao definido seu caráter de conhecido.

No entanto, nem Hawkins nem Chesterman explicam como um elemento já identificado e único pode ser retomado pelo indefinido. As retomadas anafóricas como as seguintes (não-partitivas) relativizam o conceito de exclusividade relacionado ao emprego do indefinido:

(4.37) *Um homem sozinho, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como*

artigo nulo seria utilizado principalmente diante de nomes próprios e em todas as situações em que o conjunto dos referentes, mesmo sendo referido como categoria, é unitário. Para nós, não está claro se o artigo nulo existe em português como artigo distinto. Não entraremos na discussão aqui, pois ela evidentemente foge ao escopo do trabalho. Preferimos chamar, por economia, de *zero* todas as situações em que existe $\emptyset$ morfológico.

estar a caminho do trabalho ou das compras. **Um homem de camisa branca** e calças pretas. **Um chinês** num oceano de 1,1 bilhão de chineses. **Um desconhecido**.

(4.38) *Uma catástrofe* ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África.

Uma epidemia de Ebola já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

Nestes casos, as retomadas referem a um conjunto identificável e unitário (aquele homem específico, a epidemia), mas, embora seja óbvio que podem existir outros membros das mesmas categorias, os elementos retomados aqui formam, sem dúvida, conjuntos unitários, singulares⁴⁶. Em 4.37, por exemplo, *um homem sozinho* introduz um referente não localizável, membro de um conjunto não-unitário. É uma afirmação existencial e identificadora de tipo. Mas a retomada desse referente em *um homem de camisa branca*, permanece sendo identificadora de tipo. Porém o conjunto ao qual *um homem de camisa branca* pertence é tanto localizável quanto unicamente identificável, isto é, unitário. O que faria prever, segundo Hawkins e Chesterman, o uso do definido.

Conjuntos e Indefinido

Hawkins (1978) levanta algumas dúvidas sobre o caráter sempre exclusivo do indefinido, por causa de sentenças como (4.39) e (4.40), nas quais não existe a implicação de mais membros excluídos no conjunto:

⁴⁶Mas veja-se a seção 3.2.4, para maiores comentários sobre o exemplo 4.38.

(4.39) Eu tenho **um fígado**.

(4.40) Existe **um governo** neste país.

(4.41) Estava falando com **um sujeito chamado Pedro**.

Essas sentenças têm em comum o fato de serem declarações de existência, ou descrições de conjuntos com o verbo *ser* ou *existir* ⁴⁷.

Segundo Chesterman, Hawkins engana-se ao localizar os referentes de 4.39 ou 4.40 no conjunto de órgãos (ou fígados) do locutor ou no conjunto de governos do país em questão. O conjunto onde os referentes se localizam seria o conjunto dos fígados em geral (dos quais um pertence ao locutor) e o conjunto dos governos dos diversos países, dos quais um está no país em questão.

Na verdade, o conjunto onde o referente é localizado não é um dado *a priori*, mas sim estabelecido ativamente na interação. *A priori* não teríamos como determinar se um conjunto é ou não unitário, por exemplo. O uso do artigo indefinido serve como instrução para a construção do referente como membro (isto é como conjunto unitário) de um conjunto não-unitário. Essa construção local, muitas vezes, vai depender de atividades inferenciais complexas e não simplesmente da ativação de um referente. A localização de um referente num conjunto vai depender em parte da construção (local) deste conjunto. Por exemplo, a localização do referente de 4.25 (reproduzido abaixo por conveniência) no conjunto dos dedos de João é apenas a leitura mais saliente, em outras palavras, é a leitura para a qual é mais fácil estabelecer um contexto interpretativo.

⁴⁷*set existential verbs*, no original.

(4.25) João perdeu **um dedo** na guerra.

Como dissemos acima, outro contexto, partilhado pelos interlocutores, tornaria possível uma outra leitura (como a situação do necrotério, ou em uma aula de anatomia, ou se João estivesse montando esculturas ou bonecos e assim por diante).Podemos retomar também exemplos como 4.27:

(4.27)João perdeu **uma cabeça**

Exemplos como esse deixariam de ser inaceitáveis em contextos como 4.42:

(4.42) Embora nenhum dos tuparis declarasse ter visto um “Hamno” na sua vida, durante a visita de Caspar correu um boato da presença deles nas vizinhança, indicada por pegadas, armas quebradas e até pela audição de suas vozes, o que lhes causou muita apreensão. O costume atribuído aos “Hamno” de levarem as cabeças de suas vítimas para comerem nas suas refeições parece constituir a interpretação dos tuparis – eles próprios possivelmente praticantes de alguma forma de antropofagia no passado – da caça de cabeças que outrora faziam os índios da Amazônia Centro-Meridional, não com objetivo alimentar, mas com outros fins rituais. Os tuparis ficaram particularmente assustados quando um “Hamno” perdeu **uma cabeça**, encontrada por eles nos arredores da aldeia.

O indefinido, em todos estes exemplos, instrui o interlocutor a *construir o referente como sendo parte de um conjunto não-unitário* ou, em outras palavras, a ver o referente como membro de uma classe. Para isso, pode atuar também sobre a própria classe, isto é, pode criar uma classe, um conjunto não-unitário, a partir de referentes que teriam *a priori* o caráter único, como nomes próprios (4.43,-4.46):

(4.43) O cenário é **uma Cuba** na qual revolucionários que se atrevem a pensar de maneira diferente da ordem vigente são levados a prisões superlotadas, a campos de trabalho com nomes poéticos como "Ilha da Juventude", ou são obrigados a se retratar.

(4.44) Quero ser **um juiz Nicolau** na vida.

(4.45) Faça **um Napoleão** para a câmera.

(4.46) Ronaldinho não é **um Pelé**.

Os nomes próprios são exemplos claros de conjuntos unitários, (designadores rígidos). No entanto, nos contextos acima, passam a ser identificadores de tipo, passam a constituir uma classe. E não só os conjuntos unitários formados por nomes próprios são tratados dessa forma quando em expressões indefinidas, mas também outros elementos, que aparentemente seriam considerados únicos, quase como designadores rígidos, como *sol*, *papa*, *ouro* ou *natureza*:

(4.47) Crypton tem **um sol verde**.

(4.48) **Um papa** conservador deve suceder João Paulo II.

(4.49) Esse é **um ouro** especialmente raro.

(4.50) Fernando de Noronha tem **uma natureza** exuberante.

A expressão indefinida, como se vê, seleciona um membro de um conjunto que, fora de contexto, poderia ser tomado como unitário e faz com que ele seja tratado como não-unitário, como indicador de sub-espécie (Corblin, 1987). O conjunto ao qual o referente pertence é parcialmente construído no momento

da referência e não apenas ativado. Em outras palavras, o conjunto não-unitário não necessariamente existe previamente ao ato referencial. O fato de que, algumas vezes, é difícil estabelecer este conjunto não-unitário que o indefinido aparentemente pressupõe em relação a uma dada expressão porque, muitas vezes, exemplos como (4.27) são difíceis de interpretar, mais do que uma propriedade prévia do referente (se analisados isoladamente).

Postulamos então que a determinação (indefinida) não é apenas um tipo de extração de referentes de um conjunto previamente existente, mas uma forma de apresentação ou construção (local, no curso da interação) deste conjunto. A característica mais forte do indefinido parece ser relacionada à exclusividade, mesmo que o referente pudesse ser tido como unitário, nome próprio ou designador rígido quando aparece introduzido pelo indefinido ele passa a ser apresentado como membro de uma classe (ou, no dizer de Corblin, 1987, como um indicador de sub-espécie, ou como indicador de uma atividade de extração) isto é, de maneira exclusiva.

Essa operação, descrita por alguns, como uma operação sobre um conjunto é, em outros termos, a mesma operação descrita pelos funcionalistas como uma operação de identificação de tipo ou de apresentação do referente. O primeiro modo de descrever parece tomar uma perspectiva mais extensional para a construção do referente, enquanto a segunda forma assume uma perspectiva mais intensional. Seja qual for a forma que escolhamos para descrever o uso do indefinido ele parece ter uma forte relação com a colocação do referente na perspectiva de ocorrência de um tipo ou de exemplar de uma categoria ou membro de um conjunto.

Mas, em que condições, essa identificação de tipo pode ser anafórica?

Esse é o tema que abordaremos em detalhes no próximo capítulo.

Capítulo 5

Indefinido anafórico e eventos

Na investigação do nosso *corpus* uma correlação parece-nos ter ficado bastante clara: a leitura anafórica do indefinido parece intimamente ligada aos eventos expressos no texto. Na maioria das ocorrências do *corpus* temos um indefinido anafórico em frases nominais, isto é, em construções sem verbo, como no exemplo seguinte:

- (5.1) A lenda do pau: desconfiamos que alguns homens espalham lendas a respeito de seus membros. Certa vez, tive um pretendente que nem era lá essas coisas. E depois que tudo estava terminado, choquei. Corria *uma lenda na cidade* que ele tinha um pau enorme. Tamanho GG. **Uma lenda falsa!!!!!!!!!!**

Em que a expressão nominal *uma lenda* é retomada anaforicamente em *uma lenda falsa*. Se modificássemos a sentença adicionando um verbo finito qualquer, a leitura anafórica seria impedida, como em (5.2) abaixo:

- (5.2) A lenda do pau: desconfiamos que alguns homens espalham lendas a respeito de seus membros. Certa vez, tive um pretendente que nem era lá

essas coisas. E depois que tudo estava terminado, choquei. Corria *uma lenda na cidade* que ele tinha um pau enorme. Tamanho GG. Uma lenda falsa foi publicada no jornal

Quando não há o verbo, a anáfora é possível também, mesmo que o anafórico não seja uma repetição do antecedente: basta ser possível estabelecer a coerência como nos exemplos seguintes:

(5.3) *Um homem sozinho*, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. **Um homem** de camisa branca e calças pretas. **Um chinês** num oceano de 1,1 bilhão de chineses. **Um desconhecido**.

(5.4) Nas cinco obras que deixou para a posteridade, Allan Kardek estabeleceu os princípios básicos *da doutrina espírita*. **Uma curiosa mistura de conceitos religiosos com alguma terminologia científica do século XIX**.

No exemplo (5.3), uma expressão nominal indefinida retoma o mesmo referente 4 vezes (*um homem sozinho*, *um homem de camisa branca e calças pretas*, *um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses*, *um desconhecido*). O nome núcleo (*um homem*) reaparece numa dessas anáforas, nas demais vezes, o anafórico recategoriza o nome. E em (5.4), temos uma longa expressão nominal ou frase nominal que recategoriza (qualificando) o antecedente (*a doutrina espírita*), que é obviamente anafórica.

Para que uma expressão indefinida seja anafórica, portanto, é necessária apenas a possibilidade de estabelecimento de uma relação coerente (neste caso específico, da correferencialidade, embora nem sempre). Nesta situação é muito difícil fugir

de uma leitura anafórica das expressões indefinidas. Se modificássemos qualquer uma das frases introduzindo um evento através do emprego de um verbo finito, a leitura anafórica seria impossível. Por exemplo, modificando (5.3), como abaixo:

(5.5) Um homem de camisas brancas e calças pretas desceu do ônibus.

Poderíamos então afirmar que é a ausência do verbo finito que permite a leitura anafórica, não propriamente a incompletude da sentença. No entanto temos um contra-exemplo para esta hipótese, veja-se (5.6) abaixo:

(5.6) Leio no jornal a notícia de que *um homem* morreu de fome. **Um homem** de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome. Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome. **Um homem** que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da delegacia da mendicância, especialista em caso de homens que morrem de fome. E o homem morreu de fome. O corpo do homem que morreu de fome foi recolhido ao Instituto Anatômico sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome.

O referente é introduzido por uma expressão nominal indefinida *um homem* e depois retomado pela mesma expressão mais duas vezes. A segunda sentença tem um verbo finito. Neste caso, é importante perceber que o verbo é o mesmo da sentença em que o antecedente foi introduzido, ou melhor dizendo, o evento permanece o mesmo. Se trocássemos o verbo por outro sinônimo ou quase sinônimo a leitura anafórica seria mantida:

- (5.7) Leio no jornal a notícia de que um homem morreu de fome. **Um homem** de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, **faleceu** de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome.

Podemos retomar (5.1), por exemplo, e modificá-lo para comprovar a nossa hipótese. Neste caso, introduziremos um verbo finito que retoma o evento anterior:

- (5.8) A lenda do pau: desconfiamos que alguns homens espalham lendas a respeito de seus membros. Certa vez, tive um pretendente que nem era lá essas coisas. E depois que tudo estava terminado, choquei. Corria *uma lenda na cidade* que ele tinha um pau enorme. Tamanho GG. **Uma lenda falsa corria na cidade!!!!!!!!!!**

Nesta manipulação, utilizamos o mesmo verbo da primeira ocorrência e, como se vê, a correferencialidade foi mantida. Mesmo que mudássemos o verbo ainda teríamos uma anáfora, desde que o evento expresso pelo verbo permanecesse o mesmo, como em (5.9) abaixo:

- (5.9) A lenda do pau: desconfiamos que alguns homens espalham lendas a respeito de seus membros. Certa vez, tive um pretendente que nem era lá essas coisas. E depois que tudo estava terminado, choquei. Corria *uma lenda na cidade* que ele tinha um pau enorme. Tamanho GG. **Uma lenda falsa era contada na cidade!!!!!!!!!!**

Voltando ao exemplo (5.6), a expressão nominal indefinida pode receber a leitura anafórica na segunda sentença (ver 5.7) apenas porque não existe a introdução de nenhum evento novo na segunda sentença.

O mesmo acontece na quinta sentença (*um homem que morreu de fome* uma oração relativa, cuja função é de qualificar o referente. Numa estrutura como a

relativa (que apenas qualifica e não introduz evento), o indefinido pode ser lido como anafórico.

Observe-se que, na sexta sentença de (5.6), a expressão nominal *um homem* reaparece, mas agora com outro referente (o comissário de polícia). Pode-se argumentar que, como o novo referente foi explicitamente introduzido, seria impossível que a expressão retomasse o referente da primeira sentença. Observe-se o que aconteceria se modificássemos um pouca a sentença:

- (5.10) Um homem afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da delegacia da mendicância, especialista em caso de homens que morrem de fome.

A leitura anafórica da expressão *um homem* seria impossível, mesmo sem a introdução de um outro referente alternativo, isto é, o homem que afirmou alguma coisa não pode ser o mesmo que morreu, embora, até este momento do texto, apenas o homem que morreu tivesse aparecido. Poder-se-ia argumentar que, neste exemplo, a leitura anafórica seria impedida por uma incoerência semântica ou pragmática (já que se o homem morreu, ele não poderia ter afirmado nada), um problema causado pela ordem dos eventos. Mas façamos outra modificação:

- (5.11) **Um homem** que afirmou que queria que chamassem o socorro.

Pode-se ser que esta sentença não seja muito coerente no contexto, mas a leitura anafórica da expressão (o homem que afirmou é o homem que morreu) está perfeitamente preservada. Isto é, se o referente for o sujeito de uma oração relativa, apenas qualificativa, a leitura anafórica é possível, qualquer verbo finito que introduza um **novo** evento impede essa leitura. Um outro exemplo de indefinido anafórico com oração relativa é o seguinte:

- (5.12) Favor não confundir o meu homem de moleton com o Popular, do Luis Fernando Veríssimo. Há uma característica que os diferencia. O popular está sempre com *aquele embrulho* debaixo do braço. **Um embrulho que nem mesmo o Veríssimo sabe o que tem dentro.**

Neste exemplo, é interessante observar que a introdução do referente foi feita sob a forma do conhecido, com o uso de um demonstrativo (*aquele embrulho*) enquanto o anafórico é uma expressão indefinida. O antecedente também ser indefinido não é uma condição necessária para um indefinido ser anafórico.

Podemos concluir, então, que o indefinido é lido como anafórico nas seguintes situações:

1. quando não há verbo (frases nominais);
2. quando o verbo finito aparece dentro de uma oração relativa;
3. quando o evento expresso pelo verbo finito da sentença é o mesmo evento da sentença em que o antecedente da anáfora foi introduzido

O teste, em um exemplo fabricado, pode mostrar que todas estas condições permitem uma leitura anafórica, como mostramos abaixo:

- (5.13) Um homem morreu de fome. Um homem jovem, pobremente vestido.

- (5.14) Um homem morreu de fome. Um homem que esperou horas por socorro.

- (5.15) Um homem morreu de fome. Um homem jovem morreu de fome, sem socorro.

Essas formas são comuns no *corpus* mas outras estruturas em que ocorre apenas a qualificação do referente (identificação de tipo), especialmente quando o verbo

está no gerúndio ou no particípio, provavelmente também manteriam a leitura anafórica¹. Veja-se os exemplos (ainda fabricados) abaixo:

(5.16) Um homem morreu de fome. Um homem vestindo roupas muito pobres .

(5.17) Um homem morreu de fome. Um homem caído na rua.

Todas estas são situações em que o fundamental é qualificar o referente, reunir informações sobre ele. Melhor dizendo, são situações em que ocorre uma nova identificação de tipo do referente, em que o tipo a que ele pertence é refinado. Identificação de tipo, para nós, não é o estabelecimento de uma correspondência melhor entre o referente e o mundo, mas a construção de objetos-de-discurso, numa determinada interação, entre interlocutores.

A expressão nominal indefinida parece, portanto, ter seu referente estabelecido não só pelas informações ativadas pela própria expressão, mas pela relação que ela estabelece com os eventos expressos no texto. Em outras palavras, o referente de um indefinido é sempre mapeado em relação a um evento², que constrói uma espécie de *domínio* ou *escopo* para todas as expressões nominais indefinidas.

Uma expressão indefinida pode apontar para um só referente dentro do domínio de um determinado evento, se for possível estabelecer uma relação coerente independentemente do número de retomadas. Um novo evento cria um novo domínio, que faz com que qualquer expressão nominal indefinida seja lida como estabelecendo um novo referente, mesmo que a expressão nominal indefinida esteja sendo repetida.

¹Essa hipótese, no entanto precisa ainda de investigação.

²Evento é um tema extremamente difícil em semântica, com definições controversas. Evitaremos aqui tentar definir evento ou adotar qualquer uma das posições correntes. Trataremos o termo evento, propositalmente, da maneira mais simples e provisória possível, como um novo acontecimento expresso pelo verbo (finito).

Em muitas ocorrências, o evento no qual o antecedente foi introduzido não é, necessariamente, o evento precedente. Podem perfeitamente ocorrer sentenças com verbos finitos expressando eventos diferentes entre a sentença onde está o antecedente e o anafórico, como se vê no exemplo abaixo:

- (5.18) Com meu incorrigível otimismo, eu imaginava, em relação ao Brasil, que as bruxas (as verdadeiras, as más) iriam no decorrer de junho e julho, cantar noutra freguesia. Mas nada disso. Aí estão elas, e não parece que **um remédio** para neutralizá-las já tenha sido encontrado. Achei então que eu deveria inventar. Com surpresa, até para mim mesmo, creio que consegui! Para ser exato, propriamente não o inventei. Ele existe no mundo desde a mais remota antiguidade, mas não foi eficaz contra as bruxas. Trata-se do que se costuma considerar, sem razão, como uma coisa fantasiosa: estou falando da **UTOPIA! Um remédio fantástico, não fantasioso.** ³

Neste exemplo, o remédio de que fala o autor é introduzido na segunda sentença e retomado (com indefinido) na última. Vários verbos finitos diferentes aparecem entre as duas ocorrências (*achei, creio, inventei, foi, etc.*). Como trata-se de uma frase nominal, o indefinido foi lido como anafórico e pode retomar o antecedente de forma coerente, independentemente da distância entre as ocorrências. Exemplos como este mostram que o que está agindo aqui não é algo como contigüidade sintática, mas uma estratégia de estabelecimento de interpretação que mapeia os referentes das expressões indefinidas com os eventos introduzidos ao longo do texto. Isto é, a seleção do antecedente acontece por critérios semânticos e discursivos e não por critérios exclusivamente sintáticos.

O indefinido anafórico, por fim, parece estar sempre envolvido em alguma atividade de recategorização, embora essa recategorização, como vimos, possa ocorrer

³Grifos do autor.

das mais diversas formas. Um indefinido só pode ser anafórico nos casos em que existe uma identificação do referente, em construções nas quais o tipo a que o referente pertence é refinado, especificado, ou melhor dizendo, estabelecido e reestabelecido.

Como aponta Chafe (1994), muitas vezes a expressão indefinida é uma descrição que serve para criar uma categoria *ad hoc* funcional apenas dentro da comunicação. Frequentemente esse recurso é utilizado no início das interações para estabelecer uma identificação para o conjunto de objetos de discurso envolvido naquela interação. Em momentos subsequentes, tanto em textos falados quanto escritos, os interactantes tendem a preferir formas mais curtas para fazer retomadas, mais leves do ponto de vista informacional (e conseqüentemente, mais econômicas).

Nos casos de indefinido anafórico, o que aparentemente acontece é que estas categorias *ad hoc* são mais trabalhadas entre os interactantes ou, dito de outra maneira, o referente é apresentado como sendo um exemplar de novos conjuntos (evocados ou estabelecidos no próprio momento do uso do indefinido), muitas vezes um sub-conjunto do conjunto a que pertencia o antecedente, outras vezes, um conjunto totalmente novo. Em ambos os casos, a idéia de conjunto, categoria, tipo aparece forte, isto é, o referente da anáfora é sempre apresentado na perspectiva de tipo ou conjunto.

Algumas vezes, como aponta Zamponi (2003), essa característica pode ter a ver com a função estilística de marcar a polifonia, as diversas visões que se pode ter sobre um objeto-de-discurso, muitas vezes marcando também a disputa sobre a melhor categorização deste objeto, como pode-se observar no exemplo abaixo em que cada categorização pode ser identificada com a opinião de um passante diante do homem caído na rua:

- (5.19) *Um homem* morre em plena rua, entre centenas de passante, **um homem** está caído na rua. **Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um**

anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem (...)

Concluindo a análise, podemos defender a idéia de que a operação realizada pelo indefinido é simplesmente a operação de identificação de tipo, ou como dizem alguns autores (c.f. Corblin, 1987), uma operação de extração de um membro de determinado conjunto (não unitário). Esse membro pode ou não ser específico, pode ou não ser identificável e pode ou não ser familiar. Isto é, a operação realizada pelo indefinido é “mais fraca”, por assim dizer, do que normalmente se previu. A interpretação de uma expressão nominal indefinida vai ser sempre muito sensível a outras condições do texto e da sentença.

Queremos fazer ainda uma última observação importante. Note-se que a substituição pelo definido não é opcional: embora o definido, nesta situação, teoricamente desempenhasse também a mesma função anafórica, o sentido mudaria. Quando fazemos a alteração mais uma vez em (5.3), teríamos o seguinte:

(5.20) *Um homem sozinho*, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. **O chinês** num oceano de 1,1 bilhão de chineses.

Neste caso, a interpretação da expressão nominal (*o chinês*) como membro de um conjunto parece enfraquecida. O chinês, nesta construção, deveria ser um chinês identificável, pois o uso do definido dá um valor contrastivo à expressão⁴. É possível imaginar que o escritor não está se referindo ao tipo ou categoria *chinês*, do qual o personagem da história é representante, mas a um chinês específico,

⁴Esse uso contrastivo do definido é bastante conhecido (Halliday, 1985, Chafe, 1994; por exemplo).

determinado. Um outro exemplo desse mesmo uso contrastivo do definido é o seguinte, extraído de uma página da *internet* sobre uma participante de um *reality show* sobre quem tinha surgido o boato de ser garota de programa:

(5.21) Juliana é a garota do programa.

Na reportagem dizia-se que a participante era a estrela do programa, a preferida do público, etc. Ou seja, ela era a principal garota do programa entre todos os participantes, ela sobressaía entre as demais. Em sentenças com o papel de qualificar o referente, o definido assume esta função contrastiva. Chafe (1994:172-173) comenta um experimento de Clark em que era testado o tempo de leituras de frases como:

(5.22) Andrew gostava muito de cerveja. A cerveja estava quente.⁵

Em contraste com sentenças como:

(5.23) Eles abriram a caixa com as coisas do picnic. A cerveja estava quente.⁶

O tempo de leitura de (5.22) era bem maior do que o tempo de leitura de (5.23), apesar de o termo anafórico *cerveja* só aparecer em (5.22). O que, segundo Clark, indicava que a anáfora associativa é processada tão rapidamente quanto a anáfora correferencial direta. Chafe, no entanto, sugere que o maior tempo de (5.22) deve-se ao fato de *cerveja*, neste exemplo, ser apresentada como identificável devido ao uso do definido, enquanto seu antecedente (possível) era genérico, o que leva a um problema para a identificação do referente: Andrew gostava de cerveja em geral, mas que cerveja, especificamente, estava quente? Nesta situação, o definido exige uma certa “saliência” do referente em relação a um determinado grupo.

⁵Andrew was specially fond of beer. **The beer** was warm.

⁶They opened the box with the picnic supplies. **The beer** was warm.

Essa observação ressalta o fato de que o indefinido contrasta realmente com o definido quanto ao modo de apresentação do referente, não apenas em relação à distinção novo/velho. O indefinido, mesmo tendo um referente específico, o apresenta na perspectiva de exemplar de um tipo, enquanto com o definido essa característica é apagada.

Essas hipóteses, apesar de bastante fortes na análise do *corpus*, precisam de mais testes, já que preconizam algo um pouco novo e até certo ponto em contradição com algumas idéias sobre o indefinido. Notadamente, a idéia de que ele sempre introduz o novo ou de que ele é sempre não-identificável.

5.1 Experimento

5.1.1 Teste inicial

Num momento inicial, tentamos investigar se os julgamentos dos falantes sobre a relação entre indefinido e verbo eram semelhantes àqueles que previmos na análise do *corpus*. Para isso, foram montados 144 pares de sentenças similares aos da tabela 5.1. Os pares foram criados com base, na medida do possível, em adaptações no *corpus* (ver anexo 5.2). Todos os pares antecedente-anafórico são palavras dissílabas ou trissílabas de alta ou média frequência. As frequências das palavras foram levantadas no *corpus CETEN/Folha*, utilizado como *corpus* de referência do Português em vários experimentos conduzidos no Brasil⁷. Esse controle de frequência e comprimento afasta a possibilidade de efeitos localizados no tempo de leitura devidos a uma frequência ou tamanho muito desigual entre as palavras do grupo.

A única variação entre as sentenças estava na segunda sentença de cada par. As

⁷cf. por exemplo, Oliveira (2003)

variações poderiam envolver ou a estrutura sintática ou a definitude do sujeito das segundas sentenças, nos seguintes parâmetros: *definido* e *indefinido*, frase nominal ou oração, com verbo finito ou oração relativa.

As sentenças foram controladas para garantir condições *caeteris paribus*, controlando-se o tamanho em número de sílabas, a estrutura sintática e a distância entre antecedente e anafórico. Existiu sempre uma separação de quatro ou cinco sílabas entre o antecedente e o anafórico. O antecedente foi sempre objeto da primeira oração e o anafórico foi sempre a primeira palavra e o sujeito do segundo par (oração ou frase nominal). A tabela 5.1 abaixo mostra um par de sentenças e todas as variações de condições utilizadas no experimento.

	Indefinido	Definido
Frases	Meu gato caçou um rato.	Meu gato caçou um rato.
Nominais	Um rato grande e gordo.	O rato grande e gordo.
Orações	Meu gato caçou um rato.	Meu gato caçou um rato.
verbos finitos	Um rato correu porta a fora.	O rato correu porta a fora.
Orações	Meu gato caçou um rato.	Meu gato caçou um rato.
relativas	Um rato que vivia no fogão.	O rato que vivia no fogão.

Tabela 5.1: Exemplos das sentenças e condições usadas no experimento 1

Os 144 pares de sentenças foram organizados em 5 listas aleatórias e apresentadas a 35 sujeitos voluntários (cada lista foi vista, portanto, por 07 sujeitos), todos falantes nativos do português, estudantes universitários, entre 18 e 40 anos e ingênuos sobre a natureza do experimento. Foi requisitado aos sujeitos que classificassem os pares de sentença, dando notas de 1 a 3 (quanto pior a sentença mais alta a nota) segundo os seguintes critérios:

- nota 1 – Sentença perfeitamente aceitável
- nota 2 – Sentença com algum problema ou de aceitabilidade duvidosa
- nota 3 – Sentença ruim, inaceitável

As notas atribuídas pelos sujeitos foram tabuladas e, em seguida, foram calculadas suas médias aritméticas. As médias resultantes figuram na tabela 5.2 abaixo:

	Indefinido	Definido
Frases Nominais	1,39	1,7
Orações com verbos finitos	2,02	1,67
Orações relativas	1,6	1,69

Tabela 5.2: Médias das notas atribuídas às sentenças

Como se pode perceber, as sentenças com pior aceitação são as orações com verbo finito (não-relativas) iniciadas pelo indefinido, como a seguinte: “*Meu gato caçou um rato na cozinha. Um rato fugiu pela janela.*”, enquanto as de maior aceitabilidade tinham estrutura semelhante à seguinte: “*Meu gato caçou um rato na cozinha. Um rato grande e gordo.*”, isto é, frases nominais iniciadas por indefinidos. Os demais tipos de pares apresentaram um nível de aceitação semelhante.

No momento em que foram recolhidos os testes, os sujeitos que haviam classificado com nota 3 as sentenças com verbo finito iniciadas por indefinido foram questionados a respeito da razão de considerarem aquelas sentenças inaceitáveis. Todos os sujeitos responderam que não havia repetição de referentes entre as duas sentenças (na verdade, a justificativa mais comum era formulada com a seguinte frase: “*as sentenças são ruins porque não é o mesmo [referente]*”. Isto mostra que a presença do verbo finito (que não em oração relativa) realmente impede a leitura anafórica da expressão nominal indefinida, o que não acontece com as frases

nominais ou as orações relativas⁸. Confirma também que os sujeitos têm uma expectativa de coerência quanto ao micro-texto. Note-se que, das estruturas testadas, oração com verbo finito iniciada por indefinido era a única em que prevíamos disjunção referencial. Foi, também, a única em que a disjunção foi alegada como motivo para a inaceitabilidade.

As outras sentenças consideradas inaceitáveis tiveram esta inaceitabilidade justificada de maneira variável, geralmente estilística⁹, além do que, como é possível deduzir pelas médias gerais, outros tipos de pares raramente foram considerados inaceitáveis.

Por outro lado, os sujeitos que atribuíram nota 1 para os pares que continham orações com verbos finitos iniciadas por indefinido, eram os mais tolerantes, em geral, entre os sujeitos, atribuindo um menor número de notas 3.

É importante frisar que nenhum par de sentenças pode ser considerada agramatical, principalmente se cada sentença for tomada isoladamente. A estranheza de um determinado par vem de uma expectativa de coerência por parte dos sujeitos que nem sempre é satisfeita. Isso explica o fato dos pares não terem apresentado médias próximas à 3 e explica também a natureza das justificativas dadas pelos sujeitos de seus julgamentos.

Os sujeitos, portanto, julgaram as sentenças da maneira prevista, considerando anafóricas as ocorrências de expressões nominais indefinidas quando não havia um verbo finito (ou um novo evento) expresso na sentença. Por outro lado, estabeleceram sistematicamente um referente novo nas situações em que havia um verbo finito.

⁸Os sujeitos foram também questionados se havia repetição de referentes nas sentenças com frases nominais e relativas e a resposta foi quase sempre sim.

⁹Os sujeitos manifestavam razões como: “*Está estranho*”, sem explicar a causa da estranheza.

Além de confirmar a leitura anafórica não-meronímica de expressões indefinidas, esse resultado permite prever que, no momento do processamento das sentenças, os referentes novos de expressões indefinidas só são estabelecidos depois do processamento do verbo finito, quando este ocorre. Partindo destas previsões, construímos um segundo experimento para investigar o processamento cognitivo das expressões nominais indefinidas.

5.1.2 Experimento

A nossa análise de *corpus* parece indicar que o indefinido opera principalmente como identificador de um membro de um conjunto não unitário ou, mais precisamente, como identificador de tipo. A operação de identificação de tipo é alterada pela presença de outros elementos na sentença, sobretudo a presença de um evento, expresso normalmente pelo verbo. Essa presença força o estabelecimento de um novo membro do conjunto como referente. A nossa hipótese é, portanto, a de que uma expressão nominal indefinida só pode ser anafórica quando não existe nenhum evento (novo) expresso na sentença que a contenha. Todo vez que ocorre um evento novo, um novo referente é estabelecido. Se não há evento, opera um princípio de economia referencial e o referente coerente já estabelecido é mantido.

Como vimos em no capítulo 4, as diferentes formas referenciais variam de acordo com a carga informacional ou o custo de ativação do referente. Entre todas as funções, a mais custosa, do ponto de vista cognitivo, é a introdução de novos referentes.

O definido, em contraste, parece estabelecer um conjunto (unitário ou não) como referente. A operação de identificação realizada pelo definido portanto é mais fortemente a identificação de referentes do que a de tipo (daí decorre a tradição de reconhecer apenas função referencial apenas nas expressões definidas). Quando

existe uma retomada de uma descrição definida que apenas especifica melhor o referente, essa retomada cria a expectativa de contraste, de identificação mais precisa do referente em contraste com outros identificados pela expressão anterior. Essa operação é, portanto, justificada apenas quando existe contraste, como no exemplo abaixo:

(5.24) Me dê um balde. O balde pequeno.

Contraste-se o exemplo acima com a sentença abaixo:

(5.25) Eu vi um homem. O homem estranho.

Tanto em 5.24 quanto em (5.25) aparentemente há uma atividade especificadora da anáfora. Porém em (5.24) parece mais fácil estabelecer o conjunto antecedente a partir do qual o termo anafórico estabelecerá uma distinção. Em casos de usos claramente referenciais, como (5.25), é difícil estabelecer a coerência, isto é, é difícil criar a especificação esperada.

Esses dados, combinados à nossa análise, nos permitem fazer algumas predições empíricas testáveis sobre o processamento psicolinguístico das expressões nominais definidas e indefinidas. A primeira é a de que, no caso de sentenças iniciadas por expressões indefinidas, o valor de referente novo da expressão só é calculado depois que informação suficiente seja processada. Isto é, no caso de haver um evento exposto por um verbo na oração. É no processamento do verbo, ou logo após este, que é estabelecido um novo referente. Se estivermos certos é possível prever um maior tempo de processamento do verbo nas segundas sentenças de cada par iniciadas por expressões indefinidas do que por expressões definidas.

No nosso experimento, eventos são sempre expressos por verbos finitos e ausência de eventos é sempre marcada pela ausência completa de verbos. No entanto, mesmo sem definir evento, evitamos igualar a introdução de novos referentes ao

¹⁰Também conhecido como *moving window*.

----- vender --- -----.

----- sua -----.

----- bicicleta.

Como as novas palavras vão sendo apresentadas na medida em que sujeito pressiona a barra de espaços, a passagem de uma palavra a outra (isto é, o tempo de exposição de cada palavra e conseqüentemente o ritmo de leitura) é controlada pelo próprio sujeito. O tempo que o sujeito leva para ler cada palavra é então medida com grande precisão, em milésimos de segundos (ms).

Esse tipo de experimento é muito útil no estudo de tarefas de compreensão de textos e sentenças, e largamente utilizado na literatura, apresentando a vantagem de possibilitar o trabalho com textos e sentenças e não apenas palavras isoladas. Apesar das vantagens, é um teste relativamente pouco sensível, já que o tempo medido envolve, além do processamento psicolingüístico, um certo processamento motor posterior, necessário para decidir pressionar a barra de espaços. Por isso, alguns efeitos mais sutis podem não ser registrados pelo teste; por outro lado, um efeito efetivamente registrado pode ser visto como bastante robusto e significativo.

Materiais Para montar o segundo experimento, o grupo de sentenças do primeiro teste foi ligeiramente modificado em dois sentidos. Primeiro, algumas sentenças foram modificadas de forma a evitar o estranhamento por motivos estilísticos, dectatado no primeiro teste. Em seguida, o grupo foi reduzido a duas estruturas: os pares de sentença apenas com frases nominais ou verbos finitos no segundo elemento do par. Foram montados doze grupos diferentes de pares de sentença, cada grupo variando nos 4 parâmetros acima. Os grupos foram, em seguida, misturados para formar novos 12 grupos com 4 sentenças, cada um com uma das variações acima. Cada novo grupo contém apenas uma das variações de

cada par de sentença (isto é, o mesmo par não foi apresentado a um sujeito com variações) e apresenta sentenças em todas as condições. Além das sentenças experimentais foram formados 36 pares de sentenças despistadoras, que foram usadas com para disfarçar o objetivo do teste. Dezoito dos pares de sentenças distratoras eram seguidos por uma pergunta, como ilustra o exemplo abaixo:

O músico não pode fazer o concerto. O violão tinha sumido.

O músico tocava flauta?

Os sujeitos deveriam responder à pergunta com um *sim* ou *não*. As perguntas freqüentemente não tinham uma resposta clara no texto, como é o caso do exemplo acima, parecendo envolver alguma atividade inferencial. A função das perguntas era, além de distrair os sujeitos do objetivo do teste, garantir sua atenção na leitura. Todos os sujeitos relataram acreditar que o objetivo do experimento era investigar as respostas dadas a essas perguntas.

Foi criado ainda um conjunto de 10 pares de sentenças semelhantes às despistadoras, seguidas por perguntas, para serem apresentadas aos sujeitos no início do experimento, como forma de treinamento na tarefa. Isso garantia que a parte mecânica da tarefa já estaria aprendida no momento do experimento propriamente dito e o sujeito já estaria habituado a ela.

Após o treinamento, cada sujeito via um conjunto de 42 pares de sentenças, 36 distratoras e 8 experimentais. A ordem de apresentação dessas sentenças era aleatória, para garantir que não houvesse efeitos da ordem de apresentação nos resultados.

Aparato Técnico O material foi apresentado aos sujeitos do experimento em um microcomputador num monitor de 15" usando a fonte *Arial*, tamanho 12.

Foi utilizado o programa DMDX¹¹ para a execução dos *scripts*. Os sujeitos pressionavam a barra de espaços para mudar de texto e respondiam às perguntas pressionando a tecla *shift direito* para sim e *shift esquerdo* para não.

Participantes O experimento foi aplicado a 36 sujeitos voluntários, universitários entre 18 e 35 anos. Todos os sujeitos eram falantes nativos do português e ingênuos a respeito do objetivo do experimento. Nenhum dos sujeitos que participou do teste inicial participou deste experimento.

Resultados

Os dados foram tabulados de forma a permitir investigar a evolução dos tempos de leitura. Cada posição das sentenças pode ser analisada separadamente. A posição 1 corresponde sempre à própria expressão definida ou indefinida. Nas orações a posição 2 corresponde ao verbo. As sentenças variavam entre duas e quatro posições, de acordo com sua estrutura sintática, por isso foi criada a categoria de posição final independente do número de itens da sentença.

Os dados foram divididos em dois grupos analisados separadamente: o grupo das frases nominais (doravante FN) e o grupo das orações com evento (doravante OE). Cada grupo continha um número de 48 observações das condições envolvidas e foi submetido a uma análise de variância (ANOVA), na qual foram investigadas as interações entre a evolução dos tempos de leitura. Os resultados de cada grupo são reproduzidos nas tabelas e figuras abaixo.

Orações com verbo finito

Como se vê na tabela (5.3), foi encontrada uma diferença significativa na posição 2, que corresponde, em todas as orações, ao verbo. O verbo é lido 57,81ms mais ra-

¹¹Encontrável na página www.u.arizona.edu/~7Ejforster/dmdx.htm

pidamente nas orações iniciadas pelo definido do que nas iniciadas pelo indefinido. Essa diferença foi considerada altamente significativa do ponto de vista estatístico (uma significância igual 0,0092).

	média	posição 1	posição 2	posição 3	posição final
definidos	528,44	484,13	387,86	684,08	757,2
indefinidos	578,85	519,68	445,67	723,92	795,83
diferença	-50,41	-35,55	-57,81*	-39,84	-38,63

Tabela 5.3: Tempos de leitura de definidos e indefinidos em orações com evento. $*p = 0,0092$ em F1 e $p = 0,049$ em F2.

Pode-se, portanto, afirmar que algum processamento adicional é realizado no momento de leitura do verbo nas sentenças com indefinido, muito provavelmente o estabelecimento de um referente novo.

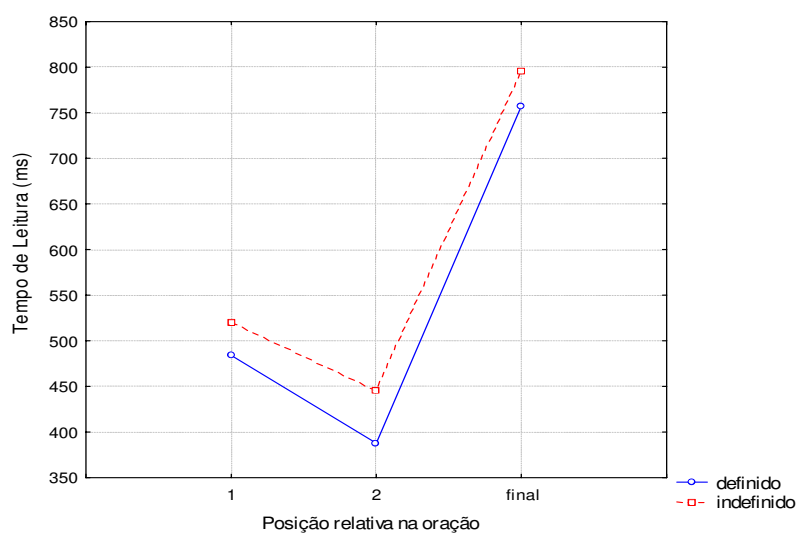


Figura 5.1: Evolução dos tempos de leitura das orações (com evento) iniciadas por expressões definidas ou indefinidas.

Frases Nominais

Nas frases nominais, o contraste definido/indefinido apresentou um forte efeito nas posição 3 e final da frase, sendo o indefinido sendo 150,07 e 154,56 ms respectivamente mais rápido que o definido.

	média	posição 1	posição 2	posição 3	posição final
definidos	567,03	500,62	509,13	730,8	854,79
indefinidos	555,18	516,83	481,98	580,73	700,23
diferença	11,85	-16,21	27,15	150,07*	154,56**

Tabela 5.4: Tempos de Leitura de definidos e indefinidos em frases nominais. * $p = 0,096$ em F1 e $p=0,045$ no teste de Scheffé; ** $p < 0,03$ (F1 e F2).

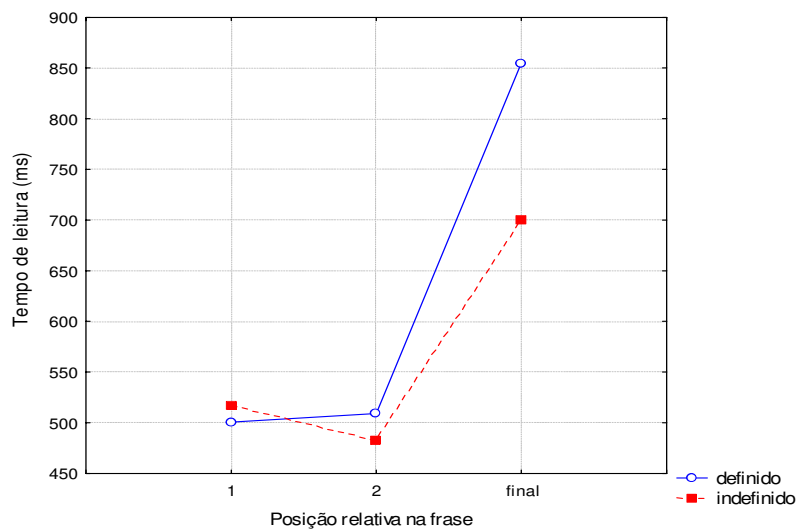


Figura 5.2: Tempos de Leitura de definidos e indefinidos em frases nominais.

Como algumas vezes a posição 3 não coincidia com o final da sentença, resolvemos analisar separadamente o efeito de final ou não nessa posição. A análise

mostrou uma grande diferença entre a posição final e não-final, com uma diferença significativa de 400,11 ms entre o final e o não-final de sentença nos definidos, diferença que não se observa com os indefinidos. Essa análise confirma que o final da sentença é, realmente, bem mais lento para os definidos, exigindo processamento maior do que o exigido pelas frases iniciadas com o indefinido.

não final	final	diferença	
definido	520,22	920,33	-400,11*
indefinido	478,85	672	-193,56

Tabela 5.5: Diferenças de tempo de leitura na Posição 3, final e não final. $*p = 0,001824$

A mesma diferença é ilustrada no gráfico (5.3).

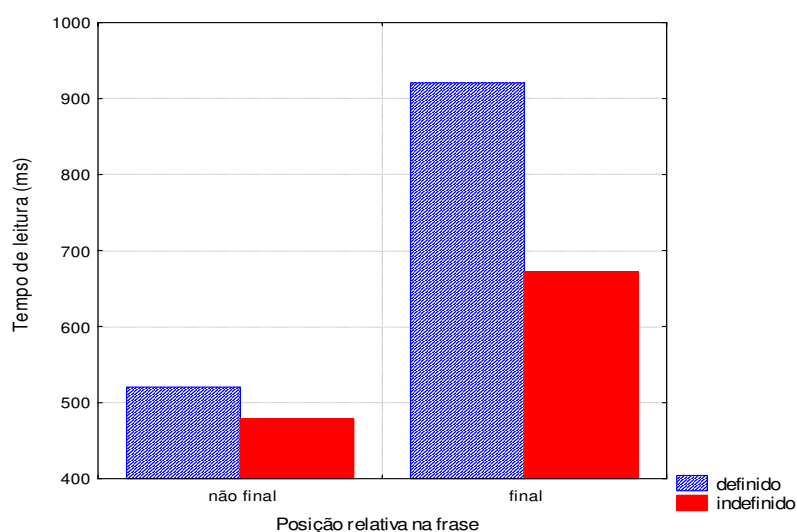


Figura 5.3: Tempos de leitura da posição 3 (final ou não final) nas frases iniciadas por expressões definidas ou indefinidas.

Confirmando a nossa previsão, as sentenças onde há maior dificuldade em esta-

belecer a identificação do referente, isto é, as frases iniciadas por definido,¹² foram significativamente mais lentas que aquelas onde, teoricamente, apenas haveria a qualificação de um referente facilmente identificável, no caso, as frases iniciadas por indefinido.

5.2 Discussão

Os resultados do experimento fortalecem a nossa hipótese. Essa conclusão tem várias implicações. Principalmente, a constatação de que o valor da expressão nominal não é estabelecido simplesmente no momento de seu processamento, mas vai depender do verbo e dos eventos expressos na sentença. Isso implica, até onde podemos ver, duas possibilidades para o processamento da expressão nominal, nenhuma das duas previstas nos modelos tradicionais de processamento da sentença:

1. ou a expressão nominal é deixada em aberto até que informação suficiente seja processada para o estabelecimento do seu sentido;
2. ou a expressão é processada num primeiro momento como correferencial (se houver um candidato possível), e o momento do processamento do verbo forçaria uma re-análise da expressão nominal e a mudança do seu valor, isto é, o verbo faria a leitura inicial de anafórico mudar e forçar o estabelecimento de um referente novo.

As duas hipóteses implicam que a quantidade de informação fornecida pela expressão nominal indefinida, sozinha, é menor do que tradicionalmente se previu, já que o indefinido não expressa necessariamente o novo. A instrução que a expressão indefinida dá ao interlocutor não é, como se previu, algo do tipo: estabeleça um

¹²Devido à necessidade de estabelecer a saliência ou o contraste do referente.

novo referente, de um certo tipo. O indefinido faz menos do que isso, ele é apenas uma operação para a identificação do tipo do referente, uma operação que não pode ser considerada isoladamente e sim sempre com relação aos eventos do texto. O indefinido é, então, menos informativo do que se previu e muito sensível ao contexto.

Segundo a primeira hipótese, a expressão nominal indefinida ficaria “em aberto” até que fosse verificada a presença ou ausência do verbo, isto é, neutra em relação ao *status* informacional. A referência da expressão seria calculada, no processamento cognitivo, pela soma das informações da expressão nominal mais verbo.

Tradicionalmente, o processamento lingüístico tem sido considerado como um processo incremental, isto é, cada novo elemento da cadeia, ao ser processado, recebe uma certa análise e é integrado imediatamente ao discurso precedente (ver, por exemplo, Gernsbacher, 1991). Quando há uma incoerência posterior, uma dificuldade em manter uma linha de interpretação inicialmente estabelecida (um *mismatch*) pode acontecer uma reanálise de termos anteriormente já interpretados.

Imaginando-se um processamento com esta característica, poder-se-ia postular a segunda hipótese, segundo a qual a expressão nominal indefinida seria, no momento inicial, interpretada como correferencial ou anafórica (caso haja um candidato possível). Apenas no caso da ocorrência de um verbo finito que expresse um evento diferente daquele em que o candidato a antecedente tinha sido introduzido haveria a necessidade de re-análise da expressão nominal e o estabelecimento de um referente novo para ela.

As duas hipóteses têm implicações fortes. A primeira implica que a propriedade da incrementalidade tradicionalmente prevista é, pelo menos, mais complexa do que se esperava, já que uma expressão (no caso, a expressão nominal indefinida) seria processada sem ser necessariamente interpretada até um determinado ponto da sentença.

A segunda hipótese é a de que a expressão indefinida é, normalmente, interpretada como dada. A expressão nominal, indefinida ou não, seria confrontada com os referentes ativos no discurso até o momento e, se houver alguma possibilidade de coerência, é considerada correferencial. O momento da leitura do verbo finito, a introdução de um novo evento levaria a uma quebra nesta expectativa (*mismatch*) e na re-análise do indefinido, considerado agora como novo.

Temos consciência de que as duas hipóteses são fortes e que ainda precisam de muitos testes. No momento, por razões teóricas, preferimos adotar a segunda como hipótese inicial. Uma das razões é que a incrementalidade do processamento lingüístico parece solidamente estabelecida na literatura, sendo mais razoável propor uma nova visão do processamento do indefinido do que das sentenças e palavras em geral.

Se esta hipótese estiver correta, é necessário postular, ainda, um princípio de economia referencial: se houver um candidato possível já ativo para a interpretação anafórica, que esta seja a interpretação. Em outras palavras, não multiplique os referentes sem necessidade. Na verdade, este princípio tem relações estreitas com as idéias de coesão e coerência textual e já é reconhecido em geral para todas as expressões, menos as indefinidas, que serviriam, exclusivamente, para introduzir o novo. De acordo com a hipótese 2, formulada acima, este princípio opera para todas as expressões, definidas e indefinidas.

Esse princípio não decorreria de uma regra explícita do sistema (uma espécie de máxima griceana) e sim das próprias características do processamento. Já que é sempre mais custoso estabelecer referentes novos do que manter aqueles que já estão ativos ou semi-ativos, todos os referentes já ativos tenderiam a ficar ainda mais ativados por qualquer forma lingüística que pudesse ser compatível com eles.

Um outro dado ajuda a reforçar a idéia de economia referencial. São exceções às nossas previsões, anáforas com expressões indefinidas com verbos expressando

novos eventos, como nos exemplos abaixo:

- (5.26) Assalto a banco: os meliantes atiram no motorista de um carro forte. O caixa age com a rapidez de um raio: fazendo o dinheiro desaparecer não se sabe como, apresenta aos assaltantes duas caixas vazias. À noite, ele recebe uma visita inesperada. No dia seguinte, **um cadáver** é retirado de um riacho próximo.
- (5.27) Leonardo da Vinci teve filho ilegítimo. Roma - Leonardo da Vinci, o gênio renascentista que pintou a famosa Mona Lisa, teve um filho ilegítimo aos 17 anos, segundo a investigação do estudioso italiano Alessandro Vezzosi, diretor do museu dedicado ao artista. Uma das hipóteses apontadas por Vezzosi é que o filho de Leonardo se chamava Paolo e foi levado de Florença à Bolônia (sic) para que não viesse a se envolver com “más companhias”, de acordo com vários documentos encontrados pelo pesquisador. Um deles é uma carta, publicada por Carlo Pedretti e conservada pelo Arquivo do Estado de Florença, que faz referência a **um misterioso Paulo de Leonardo da Vinci de Florença**.

Nestes casos, elementos obviamente relacionados são apresentados como não-relacionados por meio de uma expressão nominal indefinida. A expectativa geral de coerência textual torna possível a interpretação destas anáforas indiretas que exigem uma inferência um pouco mais complexa. Um caso como esse só é interpretável à luz de um princípio geral que sugira a busca do estabelecimento da coerência global do texto.

Essa é uma hipótese bem provável mas, claramente, precisa ainda de testes. Seja qual for a hipótese correta, a idéia de que o indefinido faz, basicamente, a operação de identificação de tipo ou extração de um membro num conjunto fica bastante fortalecida.

A operação de identificação de tipo realizada pela expressão nominal indefinida não pode ser compreendida, porém, apenas como uma operação de ativação ou seleção de tipos pré-existentes. Ela deve ser vista como uma operação de estabelecimento do referente na perspectiva de um tipo e conseqüentemente, uma operação de *construção de tipo*. A diferença entre uma mera ativação e uma construção é visível no uso do indefinido para introduzir nomes próprios, tornando-os transformando-os em um tipo:

(5.28) Ronaldinho não é um pelé.

O estabelecimento ou identificação de tipo acontece sempre com relação a um evento: um indefinido anafórico é uma operação de refinamento do tipo, uma maior qualificação do tipo a que o referente pertence. Qualificação realizada algumas vezes por predicções sobre o objeto de discurso, algumas vezes pela estabelecimento de um categoria alternativa para o referente, como se vê nos exemplos abaixo, respectivamente:

(5.29) Favor não confundir o meu homem de moleton com o Popular, do Luis Fernando Veríssimo. Há uma característica que os diferencia. O popular está sempre com *aquele embrulho* debaixo do braço. **Um embrulho que nem mesmo o Veríssimo sabe o que tem dentro.**

(5.30) Alguns hotéis brasileiros imitam os americanos e deixam *uma Bíblia* no quarto, e ela tem sido minha salvação, embora não no modo pretendido. Nada como **um best-seller** numa hora dessas.

O refinamento do tipo pelo indefinido, que pode ser descrito (metaforicamente) como o estabelecimento de um sub-conjunto do conjunto em que o objeto do discurso foi inicialmente introduzido, só pode acontecer no “escopo” de um mesmo evento.

Constatar isso permite fazer uma consideração mais geral sobre a relação entre indefinido e evento: provavelmente, um novo evento impede a possibilidade de que o referente seja apresentado como membro de um novo conjunto, isto é, impede uma retomada ainda no modo de apresentação realizado pelo indefinido, que é o modo do tipo ou da categoria. Enquanto o definido, em contraste, toma um conjunto (muitas vezes unitário) em sua totalidade já que este conjunto pode passar de um evento a outro sem problema.

Duma forma ou de outra, as relações entre evento e indefinido apontam na direção de uma organização macro-textual dos eventos, segundo a qual estão por sua vez organizados os referentes (pelo menos os introduzidos por indefinidos). Isto é, aponta para a presença de um forte elemento *top-down* agindo sobre o estabelecimento da referência: a dinâmica de introdução de eventos no texto.

Por que o evento tem esse papel é, obviamente, misterioso para nós. Parece-nos que os eventos funcionam como espécies de âncoras que atraem os referentes das expressões indefinidas, mas esta é apenas uma idéia intuitiva, pré-teórica, porém não nos arriscaremos a nenhuma previsão efetiva. Portanto, se encontramos algo novo sobre o indefinido, como cremos que encontramos, resta-nos um grande mistério sobre o porquê de os eventos terem esse papel no estabelecimento da referência e na organização macro-textual.

Em conclusão podemos dizer que essa relação entre expressões nominais indefinidas e eventos do texto constitui uma evidência do processamento psicolinguístico e cognitivo para as teorias da referência. Sobretudo porque mostra que o estabelecimento da referência no texto não é uma atividade de seleção de sentidos pré-estabelecidos no léxico e sim uma construção que envolve mais que a expressão nominal e mais do que o nível da sentença.

Na verdade, acreditamos que a relação não é sequer visível se a perspectiva de investigação não levar em conta o texto. No estudo de sentenças isoladas é

impossível descobrir a relação entre indefinido, verbos finitos e eventos. A relação encontrada aponta para a necessidade de entender a referência como alguma coisa que acontece no texto, não na sentença, muito menos na expressão nominal. O que reforça a necessidade de estudar o processamento da linguagem (sobretudo o semântico) em textos.

Por outro lado, o fato de o indefinido depender de informações macro-textuais para ser interpretado constitui um forte obstáculo para um modelo estritamente serial e modular do processamento cognitivo da língua. Imaginava-se que o artigo definido fornecesse uma espécie de instrução ao sistema de processamento para que este buscasse o referente correto, enquanto o indefinido serviria como instrução para o estabelecimento de referente novo. Isto é, o definido seria como um sinal de acessibilidade ou identificabilidade que dispararia a busca, ao indefinido faltaria este sinal. Aparentemente, ao contrário, nossos dados levam a crer que toda expressão nominal, ao ser processada, precisa ser confrontada com os referentes ativos ou acessíveis, seja definida ou indefinida. A decisão de introduzir um referente novo no discurso depende de mais do que a expressão somente. Portanto, a informação sobre o estado geral do discurso até aquele momento, quais referentes estão ativos precisa compor a análise de todas as expressões nominais, o que não parece afinado com a idéia de um modelo em que a integração com o texto precedente é a última etapa do processo.

Conclusão

O nosso trabalho, depois dos resultados e discussões anteriores, termina talvez com mais questões do que no início. Acreditamos, no entanto, que teremos conseguido avanços se tivermos podido formular questões novas e propor novas frentes de pesquisa para o fenômeno do indefinido, assim como para os processos de referencição. É o momento, então, de revisarmos a discussão e apontarmos estas novas direções.

Como vimos, o indefinido foi tratado na semântica moderna inicialmente como um quantificador existencial (Russell, 1905, 1919; Quine, 1960) e, portanto, incapaz de ser usado para fazer referência. Porém, o uso referencial do indefinido foi reconhecido por diversos autores desde pelo menos a década de 1950 (Strawson, 1950; Chaistain, 1975; Fodor e Sag, (1982); Heim, 1982; Kamp, 1984; Chierchia, 2003). A partir desse reconhecimento, a grande diferença entre definido e indefinido passou a ser identificada com a diferente contribuição que cada um dos artigos daria para o estabelecimento do *status* informacional dos referentes introduzidos por eles: os artigos definidos introduziriam elementos conhecidos ou dados, ao passo que os indefinidos serviriam sempre para marcar referentes novos; ou seja, o indefinido passou a ser compreendido como o indicador do novo num texto. Uma linha de investigação que chamaremos com alguma liberdade de funcionalista passa a entender a instrução para identificar um referente novo como a

principal característica desse artigo (Chafe, 1994; Heine, 1997; Gívon, 2001), isto é, o artigo indefinido teria a função de marcar determinado referente como novo, em contraste com o artigo definido, que marcaria o referente dado. O indefinido cumpriria a função de apresentação do referente ou da identificação do tipo a que ele pertence. Outros autores acreditam que essa função seria uma consequência de outras características dos artigos, notadamente, o fato de que o artigo indefinido está relacionado a uma atividade de *extração*, de tomada de um referente como parte de um todo, exemplar de um tipo ou membro de um conjunto não-unitário, enquanto o definido toma um conjunto (frequentemente unitário) como um todo, inteiramente (Corblin, 1987; Schnedeker e Theissen, 2003). Depois de introduzido como membro de um conjunto, o referente inicialmente introduzido pelo indefinido passa a ser um conjunto definido e bem assinalado. Por essa razão, só poderia ser retomado no texto subsequente por uma expressão definida.

A caracterização do indefinido como introdutor do novo é incompatível com o a ocorrência de expressões indefinidas que retomem um referente previamente introduzido no texto; em outras palavras, parece impedir que expressões nominais indefinidas recebam uma leitura anafórica.

No entanto, anáforas com o indefinido têm sido apontadas na literatura por autores estudiosos de fenômenos textuais como Koch (1998, 2002) e Schwarz (2000). As condições precisas em que uma expressão nominal indefinida pode ser anafórica, porém, não foram estabelecidas por estas autoras.

Neste trabalho, a existência de expressões indefinidas anafóricas é constatada em um *corpus* de escrita, extraído de grandes órgãos de circulação da imprensa e da literatura brasileira contemporânea. Constatamos que as ocorrências anafóricas podem ser de dois tipos: 1)meronímica e 2)tematizações-remáticas ou identificações de tipo.

As ocorrências meronímicas já foram apontadas na literatura e suscitaram

um razoável debate (Kleiber, 2001; Schenedcker e Theissen, 2003), permanecendo aberta uma certa controvérsia a respeito de se estas ocorrências são ou não anafóricas (veja-se, por exemplo, Kleiber, 2001).

Já as tematizações-remáticas não foram anteriormente apontadas na literatura. São casos em que o referente é retomado para uma maior especificação do tipo a que pertence, isto é, para um refinamento da operação de identificação de tipo realizada na sua introdução. Nestes casos, provou-se haver uma relação íntima entre os verbos (e eventos) expressos na sentença e a possibilidade de interpretação anafórica. O indefinido só anafórico será se ele não for argumento de nenhum verbo finito que expresse um evento diferente daquele em que o antecedente foi introduzido (ou se este verbo finito aparecer numa oração relativa).

Concluímos também que a operação básica realizada pelo indefinido é apenas a de apresentação de um referente na perspectiva de membro de uma classe ou de representante de um tipo; em outras palavras, o que o indefinido faz é identificar o tipo a que pertence o referente.

Se estivermos certos, é possível dizer que os referentes de expressões indefinidas são estabelecidos sempre em relação aos eventos e que estes, de certa forma, escopam os referentes.

Se o uso do indefinido puder ser realmente explicado dessa forma, teremos duas maneiras de entender o processo, do ponto de vista psicolinguístico: ou a expressão indefinida é deixada “em aberto” até que informação suficiente seja processada; ou, o que é mais provável, a expressão nominal indefinida é processada como dada, se houver um candidato coerente a antecedente, sendo re-analisada no momento da leitura do verbo com o conseqüente estabelecimento de um referente novo.

Apesar de termos chegado a algumas novas hipóteses sobre o funcionamento do indefinido e, conseqüentemente, sobre o estabelecimento da referência no texto, temos consciência de que as duas hipóteses aventadas precisam de testes psico-

lingüísticos. Mais precisamante, é necessário conduzir experimentos a fim de verificar se o possível candidato a antecedente é reativado no momento da leitura da expressão nominal indefinida, antes da leitura do verbo ou do fim da frase, ou não. Com este teste será possível assumir uma posição mais decisiva em relação a qual hipótese adotar.

De uma maneira ou de outra, acreditamos que, seja qual for a hipótese correta, temos evidência para postular um processamento da referência distribuído ao longo do texto e não localizado, exclusivamente, nas expressões referenciais sozinhas. Em outras palavras, a referência deve ser vista como algo estabelecido no texto de forma dinâmica. As anáforas realizadas pelo indefinido, por sua vez, devem ser vistas como um poderoso recurso de recategorização e construção dos objetos-de-discurso no texto. Além do que, acreditamos que este tipo de fenômeno reforça a necessidade do estudo da linguagem em textos reais e na dinâmica das interações, já que os fenômenos observados são “invisíveis” do ponto de vista da sentença isoladamente, só podendo ser percebidos e tratados numa perspectiva textual.

É preciso, ainda, conduzir experimentos sobre outras estruturas não testadas, especialmente as sentenças com o verbo no particípio, gerúndio ou infinitivo, para verificar se é possível realmente detectar nelas o mesmo comportamento visível nas frases nominais e orações relativas.

Por outro lado, existem outras pesquisas envolvendo a dinâmica anafórica que, muito provavelmente, poderão vir a juntar mais evidência cognitiva aos processos de referenciação, entre eles, os fenômenos apontados nos primeiros capítulos, como a anáfora sem antecedente explícito e a anáfora indireta.

Uma outra linha de pesquisa futura é o modelamento computacional destes fenômenos. Acreditamos que a relação entre indefinido e evento constitui um excelente lugar para investigar a adequação de modelos dinâmicos da cognição para entender o texto, já que esta relação, à primeira vista, aponta para este tipo

de modelo.

Se os dados e as análises realizadas nos dão algumas respostas, nos deixam por outro lado cheios de perguntas, sobretudo a respeito do papel do evento no estabelecimento da referência no texto. Até onde sabemos, esse papel têm passado relativamente desapercibido nos trabalhos sobre referência ou referenciação, que têm preferencialmente se concentrado mais nos formas referenciais e nas possibilidades de uma forma referencial retomar outra. Com certeza, este é um campo de trabalho muito produtivo, do qual estão longe de terem sido colhidos todos os frutos. No entanto, acreditamos que novos campos podem surgir se as evidências cognitivas e textuais continuarem apontando para a importância dos eventos no estabelecimento da referência na dinâmica textual.

Referências Bibliográficas

- Almor, Amit. 1999. "Noun-Phrase Anaphora and Focus: The Informational Load Hypothesis." *Psychological Review* 106 (4): 748–765.
- Anderson, R. C., e A. Ortony. 1975. "On putting apples into bottles – A problem of polisemy." *Cognitive Psychology* 7:167–180.
- Apothéloz, Denis. 1995. *Role e fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genebra: Droz.
- Austin, John. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Bauman, Richard. 1977. *Verbal art as Performance*. Rowley: Newbury House.
- Berredonner, Alain, e Marie-Jose Reichler-Béguelin, eds. 1995. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours. SN complexes, nominalisation, anaphores*. Neuchâtel: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchâtel.
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bronckart, Jean Paul. 1999. *Atividades de Linguagem, Textos e Discursos: pot um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Carlson, Gregory, e Francis Jeffrey Pelletier, eds. 1995. *The Generic Book*. Chicago: University of Chicago Press.

- Castro, Rodrigo Jungmann de. 2001. “Descrições Definidas: De Bertrand Russell à Visão Pragmática.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Cavalcante, Mônica Magalhães. 2003. “Expressões referenciais - Uma proposta classificatória.” *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 44:105–118.
- Chafe, Wallace. 1994. *Discourse, Consciousness and Time*. Chicago: University of Chicago Press.
- Chaistain, Charles. 1975. “Reference and Context.” In *Language, Mind and Knowledge*, 194–269.
- Charolles, Michel. 1990. “L’anaphore associative: problèmes de delimitation.” *Verbum* XIII (3): 119–148.
- Chen, Ping. 2003. “Indefinite determiner introducing definite referent: a special use of ‘yi’one + classifier’ in Chinese.” *Lingua* 113:1169–1184.
- Chesterman, Andrew. 1991. *On Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chierchia, Gennaro. 1995. *Dynamics of Meaning. Anaphora, presupposition and the theory of grammar*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 2003. *Semântica*. Campinas: Editora Unicamp.
- Chomsky, Noam. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press.
- Christophersen, Paul. 1939. *The Articles: a Study of their Theory and Use in English*. Copenhagen: Munksgaard.
- Clark, Herbert. 1992. *Arenas of Language Use*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 1996. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Corblin, Francis. 1977. *Indéfini, défini et démonstratif: Construction Linguistiques de la référence*. Genebra: Droz.
- Cruse, D. A. 1986. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha Lima, Maria Luiza. 2001. “Construção da Referência e Representação Lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical.” *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 41:149–164.
- Dascal, Marcelo. 1992. “Models of Interpretation.” In *Current Advances in Semantic Theory*.
- de Beaugrande, Robert. 1997. *New Foundations for a Science of Text and Discourse*. Stamford: Ablex.
- Diesing, Molly. 1990. *Indefinites*. Cambridge: MIT Press.
- Donnellan, Keith. 1966. “Reference and Definite Descriptions.” In *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, 100–114.
- Dunbar, George. 1992. *The Cognitive Lexicon*. Tübingen: Gunter Narr.
- Duranti, Alessandro, e Charles Goodwin, eds. 1992. *Rethinking Context: Language as interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Elman, Jeffrey. 1990. “Finging Structure in Time.” *Cognitive Science* 14:179–211.
- Fauconnier, Gilles. 1994. *Mental Spaces: Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Firbas, Jan. 1992. *Functional sentence perspective in written and spoken communication*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fodor, Janet Dean, e Ivan Sag. 1982. “Referential and Quantificational Indefinites.” *Linguistics and Philosophy* 5:355–398.
- Geach, P. 1962. *Reference and Generality*. Ithaca: Cornell University Press.

- Gernsbacher, Morton Ann. 1991. "Comprehending conceptual anaphors." *Language and Cognitive Processes* 6:81–105.
- Goodwin, Charles. 1981. *Conversational Organization: Interaction Between Speakers and Hearers*. Nova York: Academic Press.
- Gordon, P. C., B. J. Grosz, e L. Gilliom. 1993. "Pronouns, names, and the centering of attention in discourse." *Cognitive Science* 17:311–348.
- Gordon, P. C., e K. A. Searce. 1995. "Pronominalization and discourse coherence, discourse structure and pronoun interpretation." *Memory and Cognition* 23:313–323.
- Guillaume, G. 1919. *Le problème de l'article e sa solution dans la langue française*. Paris: Hachette.
- Gumperz, John. 1992. "Contextualization and Understanding." In Duranti e Goodwin 1992.
- Gumperz, John, e Dell Hymes. 1972. *Directions in Sociolinguistics; The Ethnography of Communication*. Nova York: Kolt, Rinehart & Wilson.
- Gundel, Jeannette, Nancy Hedeberg, e Ron Zacharski. 1993. "Cognitive status and the form of referring expression in discourse." *Language* 69:274–307.
- Gívon, Talmy. 1981. "On Development of the numeral 'one' as an indefinite article." *Folia Linguistica Historica* 2, no. 1.
- . 2001. *Syntax*. Volume 1. Amsterdã: John Benjamins.
- Halliday, M. K. 1985. *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Hawkins, John. 1977. "The Pragmatics of definiteness. Part I." *Linguistische Berichte* 47:1–27.

- Hawkins, John A. 1978. *Definiteness and Indefiniteness. A Study in Reference and Grammaticality Prediction*. Londres: Croom Helm.
- Heine, Bernd. 1997. *Cognitive Foundations of Grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- Hutchins, Edwin. 1997. *Cognition in the Wild*. Cambridge: MIT Press.
- Hymes, Dell. 1974. *Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach*. Filadélfia: University of Philadelphia Press.
- Jespersen, O. 1949. *A Modern English Grammar on Historical Principles*. Volume VII. Copenhagen: Munksgaard.
- Kamp, Hans. 1984. "A Theory of Truth and Semantic Representation." In *Truth, Interpretation and Information*, 01–42.
- Khawan, René, ed. 1990. *As Mil e Uma Noites*. Volume II. Traduzido por Rolando Roque Junior. São Paulo: Brasiliense.
- Kleiber, George. 1999. *Problèmes de sémantique: la polysemie en question*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Septentrion.
- . 2001. *L'anaphore associative*. Paris: PUF.
- Koch, Ingedore. 2002a. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez.
- . 2002b. "Expressões nominais indefinidas e a progressão referencial." *Revista Planalto* 1:118–125.
- Koch, Ingedore, e Luiz Antonio Marcuschi. 1998. "Processo de referenciação na produção discursiva." *DELTA* 14:169–190.
- Kripke, Saul. 1977. "Speaker's reference and semantic reference." In *Contemporary perspectives in the philosophy of language*, 06–27.
- Ludlow, Peter, e Stephen Neale. 1991. "Indefinite Descriptions: In Defense of Russell." *Linguistics and Philosophy* 14:171–202.

- Lyons, John. 1977. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marcuschi, Luiz Antonio. manuscritoa. Cognição, explicitude e autonomia no uso da língua.
- . manuscritob. Quando a referência é uma inferência.
- . manuscritoc. A Questão metodológica na Análise da interação verbal.
- Marcuschi, Luiz Antonio, e Ingedore Koch. 2002. “Estratégias de Referenciação e Progressão Referencial na Língua Falada.” In *Gramática do Português Falado*, vol. VIII.
- Marr, David. 1982. *Vision : a computational investigation into the human representation and processing of visual information*. Nova Iorque: Freeman.
- Marsh, Robert C., ed. 1956. *Logic and Knowledge*. Londres: Allen & Unwin.
- Milner, Jean Claude. 1982. *Ordres et raison de langue*. Paris: Editions du Seuil.
- Mondada, Lorenza. 1994. “Verbalisation de l’espace et fabrication de savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours.” Tese de Doutorado, Université de Lausanne, Lausanne.
- . 2003. “La Construction de la référence comme une travail interactif: accomplir la visibilité du detail anatomique durant une operation chirurgicale.” *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 44:57–70.
- Murphy, Gregory L. 2002. *The Big Book of Concepts*. Cambridge: MIT Press.
- Neale, Stephen. 1990. *Descriptions*. Cambridge: MIT Press.
- Oliveira, Leonardo Couto Franco de. 2003. “Léxico, alofonia e percepção de fala na Fonologia Articulatória.” Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ostertag, Gary, ed. 1998. *Definite Descriptions. A Reader*. Cambridge: MIT Press.

- Pinker, Steven. 1994. *The Language Instinct*. Londres: Penguin.
- Quine, Willard. 1960. *Word and Object*. Cambridge: MIT Press.
- Recanati, François. 1989. “Referential/Atributive: A Contextualist Proposal.” *Philosophical Studies* 56:217–249.
- . 1993. *Direct Reference: From Language to Thought*. Oxford: Blackwell.
- Rouchouta, Villy. 1994. “On Indefinite Descriptions.” *Journal of Linguistics* 30:441–475.
- Russell, Bertrand. 1956[1905]. “On Denoting.” In Marsh 1956, 41–56.
- . 1919. *Introduction to Mathematical Philosophy*. Londres: Allen and Unwin.
- Sacks, Harvey. 1992a. *Lectures on Conversation*. Volume 1. Blackwell.
- . 1992b. *Lectures on Conversation*. Volume 2. Blackwell.
- Schanck, R. C., e R. P. Abelson, eds. 2003. *Scripts, Plans, Goals and Understanding*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Schegloff, Emanuel. 1972. “Sequencing in Conversational Openings.” In Gumperz e Hymes 1972.
- Schnedecker, Catherine, e Anne Theissen, eds. 2003. *Indéfinis, défines et expression de la partition*. Langages.
- Schwarz, Monika. 2000. *Indirekte Anaphern in Texten: Studien zur domägebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Searle, John. 1969. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2000. *Mente, Linguagem e Sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Singh, Simon. 2000. *O Último Teorema de Fermat*. Rio de Janeiro: Record.
- Steels, Luc. 1999. “Dynamiques De l’Auto-Organisation Lexicale.” *In Cognito* 15:3–23.
- Strawson, P. F. 1970[1950]. “On Referring.” *In Philosophy and Ordinary Language*, 162–193.
- . 1952. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen.
- Tomasello, Michael. 1998. “Reference: Intending that others jointly attend.” *Pragmatics and Cognition* 6:229–243.
- . 2003. *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ullman, David. 1964. *Semantica : uma introdução a ciencia do significado*. Lisboa: Fundação Gulbekian.
- Van Dijk, Teun, ed. 1980. *Macrostructures*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- , ed. 1997. *Discourse as Structure and Process*. Londres: Sage.
- Victorri, Bernard. 1997. “La polysémie : un artefact de la linguistique ?” *Revue de Sémantique et de Pragmatique* 2:41–62.
- Wright, S., e T. Gívon. 1987. “The Pragmatics of Indefinite Reference: Quantified Text-Based Studies.” *Studies in Language* 11, no. 1.
- Zamponi, Graziela. 2003. “Processos de Referenciação: Anáforas Associativas e Nominalizações.” Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Apêndice

Corpus

1. E você resolve marcar uma sessão de avaliação numa clínica perto do seu trabalho. Uma clínica famosa, que inclusive anuncia na televisão. (02 Neurônio, Raq Afonso, A humilhação dos tratamentos de beleza).
2. Um centro cultural polivalente, com espaço privilegiado para as artes plásticas, mas que também terá ampla área dedicada ao teatro, ao cinema e à música, está prestes a surgir em pleno coração de São Paulo. O instituto Tomie Ohtake, que está sendo erguido num quarteirão estratégico situado entre a rua Pedroso de Moraes e a Avenida Faria Lima é uma produção familiar, que beneficiará uma população carente em espaços do gênero. A estréia está prevista para meados do ano que vem. / Idealizado e coordenado por Ricardo Ohtake e projetado por Rui Ohtake, o centro pretende cunhar um novo modelo de espaço cultural, flexível e aberto às manifestações de vanguarda, sem deixar de lado a reflexão teórica. A idéia é trabalhar com o período que vai de 1952 - início da carreira de Tomie - até os dias de hoje. / Haverá espaço para um grande número de expressões artísticas, mas evidentemente será reservada uma área importante para as obras de Tomie, uma das mais renomadas artistas plásticas brasileiras, e um dos raros nomes de nossa cul-

tura a receber uma homenagem do gênero. Hélio Oiticica e Iberê Camargo (para quem está sendo construído um museu em Porto Alegre) têm instituições dedicadas à sua obra, mas ambas foram criadas longo tempo depois de eles morrerem. / Só foi possível tornar viável esse projeto graças à parceria de longa data entre Ruy e o laboratório Aché, proprietário do terreno e dos prédios que estão sendo construídos para locação de escritórios. Este é o oitavo projeto realizado pelo arquiteto para a empresa e foi essa proximidade que tornou possível reservar uma área importante (9,8 mil metros quadrados) para possibilitar um projeto longamente acalentado pelos irmãos Ohtake. Os cinco pavimentos do instituto serão cedidos em comodato por 30 anos. Victor Siaulys, um dos proprietários do Aché, foi colega de Ruy e chama Tomie de "minha mãe japonesa". / "A idéia tem uns oito anos, mas o instituto nasceu no papel em 1994", conta Ricardo, que será responsável pela gestão do Instituto. Atual secretário municipal do Verde, ele pretende criar um outro centro dinâmico e polivalente, capaz de refletir a cara de São Paulo. "Um lugar como esse não pode ser fatiado demais; não queremos que fique só de uma tribo." / ... (Mara Hirszman, "Centro cultural terá a cara da cidade", OESP, 17/8/2000).

3. Um homem morre em plena rua, entre centenas de passante, um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem (...).(Fernando Sabino, *A mulher do vizinho*, Rio de Janeiro: Record, 1962.)
4. Um homem sozinho, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. Um homem de camisa branca

e calças pretas. Um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses. Um desconhecido.

5. Leio no jornal a notícia de que um homem morreu de fome. Um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome. Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome. Um homem que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da delegacia da mendicância, especialista em caso de homens que morrem de fome. E o homem morreu de fome. O corpo do homem que morreu de fome foi recolhido ao Instituto Anatômico sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome.(Fernando Sabino, *A mulher do vizinho*, Rio de Janeiro: Record, 1962.)
6. Se a cena pudesse ser confiada a um profissional de comunicação, seria diferente. O mal do mundo é que as piores notícias quase sempre nos são dadas por amadores. Se sua imagem no espelho fosse confiada a um profissional de marquetchim (sic), em vez da sua cara no espelho revelador você veria a Ribeiro”(Luiz Fernando Veríssimo, Espelho)
7. Bush, segundo declarou, pretende usar a invasão do país para instalar ali um regime democrático que sirva de inspiração de liberdade para outras nações da região. Sem contar o fato de que é fácil para os EUA ganhar uma guerra contra os iraquianos mas é difícil mudar o regime e manter em seu lugar um governo democrático estável, há o risco de produzir mais instabilidade ainda no Oriente Médio(Veja 19/03/2003)

8. Peixes cegos que vivem em cavernas aquáticas passaram a ter olhos normais depois de receber transplantes de lentes vindas de peixes da mesma espécie, mas que vivem próximos à superfície. / O estudo, feito pelo biólogo William R. Jeffery, da Universidade de Maryland, (EUA), e seu aluno de pós-doutorado, Yoshiyuki Yamamoto, está publicado hoje na revista científica "Science". / Os peixes da espécie *Astyanax mexicanus*, nativa do México, existem em duas formas. Uma delas vive no escuro, em cavernas, e outra na superfície. Os cientistas calculam que as duas variantes tiveram um ancestral comum há um milhão de anos. / O embrião do peixe da caverna chega a ter formação do olho iniciada, mas em seguida o órgão se atrofia completamente. / Um experimento consistiu em retirar a lente de um embrião de peixe da superfície e transplantá-la para o peixe da caverna. No lado transplantado, em oito dias já se viu o desenvolvimento de um olho. / Depois de dois meses, um olho com pupila e células captadoras de luz estava completo. Mas os pesquisadores não sabem ainda se o peixe de fato adquiriu visão. / O oposto também aconteceu: peixes da superfície que tiveram a lente do peixe da caverna transplantada não chegaram a desenvolver um olho normal. / "Agora nós temos uma confirmação preliminar de que é na lente que está o mecanismo de sinalização que de algum modo faz o olho crescer", declara Jeffrey (Ricardo Bonalume Neto, "Peixe cria olho após transplante de lente", FSP 28/7/2000).
9. Aulas com personal trainer três vezes por semana, 5 quilos a menos, pele bronzeada e, acima de tudo, um namorado de encher os olhos. O efeito combinado desses elementos está evidente na aparência da apresentadora Ana Maria Braga, que completa 54 anos com um ar radiante. O acompanhante novo estreou a seu lado em Punta del Este, no Uruguai. Moreno,

alto, olhos verdes, chama-se Alexandre Giovanini, tem 32 anos e trabalha de garçom em "festas sofisticadas". "Não é um namoro oficial. Somos amigos e estamos nos conhecendo", diz a apresentadora, que conheceu o rapaz há três meses. Em uma festa sofisticada, é claro. (Veja 26/03/03, Um moreno pra chamar de seu).

10. A compradora mais freqüente da Daslu é aquela mulher que vai à loja para conhecer o ponto e acaba fazendo umas comprinhas. Segundo Eliane Tranchesi, a loja disputa com o Museu de Arte de São Paulo (Masp) a posição de o endereço mais visitado da cidade. A conta fica mais interessante quando se trata do grupo das 100 clientes vip da casa. De acordo com os últimos números, uma vip gasta 40.000 reais por mês na Daslu para manter o guarda-roupa atualizado (Veja 26/03/03)
11. Leonardo da Vinci teve filho ilegítimo. Roma - Leonardo da Vinci, o gênio renascentista que pintou a famosa Mona Lisa, teve um filho ilegítimo aos 17 anos, segundo a investigação do estudioso italiano Alessandro Vezzosi, diretor do museu dedicado ao artista. Uma das hipóteses apontadas por Vezzosi é que o filho de Leonardo se chamava Paolo e foi levado de Florença à Bolônia (sic) para que não viesse a se envolver com "más companhias", de acordo com vários documentos encontrados pelo pesquisador. Um deles é uma carta, publicada por Carlo Pedretti e conservada pelo Arquivo do Estado de Florença, que faz referência a um misterioso Paulo de Leonardo da Vinci de Florença. (EFE) (CÁIMBRA/OESP)
12. Um grupo de crianças alegres entrou na sala. Uma garotinha loira veio em minha direção e entregou uma rosa. (não-atestado, Koch 2002)
13. Por esse sistema, não apenas os aviões e helicópteros mas também os tan-

ques e os veículos de transporte de tropas sabem exatamente a posição uns dos outros, mesmo que estejam fora do campo de visão. A integração é feita por satélites e computadores. O próximo passo é dar a cada indivíduo em combate um aparelho em que ele possa ter o mesmo grau de informação visual sobre o teatro de operações. Os americanos dizem que a idéia é dotar os soldados de “total consciência situacional”. **Um avanço impensável** a generais e estrategistas do passado, que tiveram de lutar batalhas inteiras com base em adivinhações e informações de péssima qualidade. (Veja 26/03/03)

14. Acrescente-se a essa informação que, além de ser o primeiro genoma de um patógeno vegetal seqüenciado no mundo, este é também o primeiro genoma seqüenciado fora do eixo Estados Unidos - Europa - Japão, realização cujo mérito deve ser creditado a ONSA, **um instituto virtual formado por uma rede de 35 laboratórios conectados via Internet**. E relembre-se aqui que a X. fastidiosa é responsável pela praga do amarelinho ou clorose dos citros (CVC), **um problema que vêm afetando um terço das plantas nos laranjais paulistas**, com pesadas conseqüências econômicas para a poderosa citricultura do Estado. (Editorial, Pesquisa Fapesp, Jan/Fev. de 2000)
15. A repressão policial na cracolândia, reduto de traficantes e dependentes de crack no centro de São Paulo divide opiniões. De um lado, especialistas no tratamento de dependentes condenam a estratégia do governo para expulsar os viciados da região. De outro, comerciantes locais aplaudem a iniciativa. Para o psiquiatra Auro Lescher, coordenador do Projeto Quixote, criado pela Escola Paulista de Medicina para atender crianças e adolescentes que vivem nas ruas, a ação da polícia é apenas uma maneira 'de varrer a sujeira para debaixo do tapete'. / Estão tratando uma questão social como se fosse uma

questão urbanística e financeira. Enquanto adotarem medidas repressivas estarão perpetuando **um grave problema**". (FSP 03/09/2000 - Exemplo extraído do CAIMBRA)

16. E sabe de outra coisa? Eu não precisava ficar na cidade durante o carnaval. Foi tudo mentira. Eu não tinha trabalho acumulado no escritório coisíssima nenhuma. Eu fiquei sabe pra quê? Pra testar você. Ficar na cidade foi como dar um salto mortal, sem rede, só para você se você me pegaria no ar. Um teste do nosso amor."(Luiz Fernando Veríssimo, Trapézio)
17. *Uma catástrofe* ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **Uma epidemia de Ebola** já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.(Veja 19/03/2003)
18. Rainha da autopromoção, às vésperas de lançar um novo disco, Madonna, 44 anos, caprichou na pose para a revista W. Queria algo diferente e, com certeza, conseguiu. "Com tudo o que está acontecendo no mundo, acho que nos preocupamos demais com as coisas erradas", filosofou. A impressionante sequência de contorcionismos, resultado de duas décadas de ioga e dança, pretende refletir "a paisagem interna de uma artista performática.(Veja 19/03/2003)
19. Aconteceu com um amigo meu, fictício, claro. Ele estava voltando para casa como fazia, com fidelidade rotineira, todos os dias à mesma hora. Um homem dos seus 40 anos, naquela idade em que já sabe que nunca será dono de cassino em Samarkand, com diamantes nos dentes, mas ainda pode esperar alguma coisa na vida, como ganhar na loteria ou furar-lhe um pneu.

Furou-lhe um pneu”. (Luiz Fernando Veríssimo, *A aliança*)

20. Deus que não tinha problema de verba, nem uma oposição para ficar dizendo ”Projetos faraônicos! Projetos faraônicos!”, resolveu, numa semana que não tinha mais nada para fazer, criar o mundo. E criou o céu e a terra e as estrelas, e viu que eram razoáveis. Mas achou que faltava vida na sua criação e - sem uma idéia muito firme do que queria - começou a experimentar com formas vivas. Fez amebas, insetos, répteis. As baratas, as formigas etc. Mas, apesar de algumas coisas bem resolvidas - a borboleta, por exemplo -, nada realmente o agradou. Decidiu que estava se reprimindo e partiu para grandes projetos: o mamute, o dinossauro e, numa fase especialmente megalomaniaca, a baleia. Mas ainda não era bem aquilo. E então bolou um bípede. Uma variação do macaco, sem tanto cabelo. (Luiz Fernando Veríssimo, *Homens*)
21. A velha senhora desaba sobre a cadeira da cozinha. E quando sua amiga chega, não encontra a avozinha, mas um montinho de infelicidade, uma coisinha danificada e confusa. (Exemplo adaptado de Swcharz, 2000 por Koch, 2002)
22. Mas por que a referência ao Chile? Primeiro, para ter como começar o artigo. Segundo, para dar o exemplo de um país que segue há 20 anos a ”política econômica inventada por FHC” e está colhendo os melhores frutos. (Folha de São Paulo, 18/03/03)
23. Não é só em São Paulo, o PT está negociando com várias bases peemedebistas e tem boas possibilidades de êxito. Mas o afã de conquistar apoios não precisa nem justifica que a negociação política distribua avais morais, como fez Lula a Quércia, um dos políticos mais eticamente contestados, inclusive

por Lula mesmo. (Jânio de Freitas, O Jogo Duro, FSP, 02/06/2002)

24. Nas cinco obras que deixou para a posteridade, Allan Kardek estabeleceu os princípios básicos da doutrina espírita. Uma curiosa mistura de conceitos religiosos com alguma terminologia científica do século XIX. (Revista Superinteressante, abril, 2003).
25. Alguns hotéis brasileiros imitam os americanos e deixam uma Bíblia no quarto, e ela tem sido minha salvação, embora não no modo pretendido. Nada como um best-seller numa hora dessas.
26. O MST voltou a atacar. Já marchou sobre cidades, invadiu fazendas e depredou repartições públicas. Enfrentá-lo sempre foi um desafio para as autoridades. O encarregado de lidar com o problema na gestão de Lula é o gaúcho Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário. Ex-líder do sindicato dos petroleiros, ex-deputado federal pelo PT e vice-governador do Rio Grande do Sul na gestão de Olívio Dutra, Rossetto tem experiência política, credencial número 1 para ocupar um cargo explosivo como esse. (Veja 19/03/2003)
27. Todas as evidências indicam que o assassinato do juiz-corregedor José Machado Dias se deu a mando do crime organizado. Se o que parece óbvio se confirmar, será um precedente gravíssimo para o Brasil, que terá perdido uma batalha na guerra contra as quadrilhas. Mais do que um bárbaro homicídio, o que houve foi um atentado contra o poder público e o Estado de Direito (FSP - 18/03/2003)
28. Quando jovem, além do tango, dos cafés e das construções neoclássicas, as principais atrações de Buenos Aires eram o bronzeador Rayito de Sol, as roupas de couro e as churrascarias. / Hoje, as atrações também são as

babás de cachorros, o Cemitério da Recoleta e o livro do Maradona, "Eu sou Dieguito". / Nem na França, paraíso dos cachorros, existem babás tão especializadas como na Argentina. / É a profissão do momento. Já há cursos profissionalizantes. / Os numerosos desempregados fazem fila para arrumar um emprego. / Com sua vida cultural e divertimentos, o cemitério localizado no bairro da Recoleta, é um dos pontos turísticos da cidade. / Dizem que é o mais bonito do mundo. Estão lá corpos de pessoas ricas e famosas, como o da Evita Perón. Ao lado dele, se divertem turistas e argentinos endinheirados. Qualquer dia, um McDonald's será construído dentro do cemitério. / Alguns jornalistas argentinos criticaram, com razão, a incoerência do Maradona. O craque falou mal da Fifa e do Pelé, depois foi lá receber o prêmio. // (Tostão, "Futebol, tango e Maradona", FSP, 7/1/2001).

29. Assalto a banco: os meliantes atiram no motorista de um carro forte. O caixa age com a rapidez de um raio: fazendo o dinheiro desaparecer não se sabe como, apresenta aos assaltantes duas caixas vazias. À noite, ele recebe uma visita inesperada. No dia seguinte, um cadáver é retirado de um riacho próximo. (Exemplo adaptado de Swcharz, 2000 por Koch, 2002)
30. O cruel assassino acabava de encontrar sua próxima vítima. No dia seguinte, pescadores descobriram um corpo de mulher boiando na enseada (Não-atestado, adaptado por Koch)
31. A promotoria pública de Manhattan anunciou ontem o resultado do exame de DNA feito nos corpos de suas pessoas assassinadas em 1997. O laudo indica que o material orgânico encontrado nos cadáveres pertence a um brasileiro, o que o incrimina como possível autor dos homicídios. Preso há três anos na cadeia de Ricker's Island, alega inocência. / O verdadeiro nome

do acusado de matar dois homossexuais norte-americanos é José Mário de Carvalho Quevedo, um gaúcho de 27 anos. (OESP, 9/9/2000)

32. Favor não confundir o meu homem de moleton com o Popular, do Luis Fernando Veríssimo. Há uma característica que os diferencia. O popular está sempre com aquele embrulho debaixo do braço. Um embrulho que nem mesmo o Veríssimo sabe o que tem dentro. (Mário Prata, Meus Tudo.)
33. O pai deu de presente uma bola ao filho. Lembrando o prazer que sentira ao ganhar sua primeira bola do pai. Uma número 5 sem tento oficial de couro. Agora não era mais couro, era de plástico. Mas era uma bola. (Luis Fernando Veríssimo, Comédias para se ler na escola).
34. Com meu incorrigível otimismo, eu imaginava, em relação ao Brasil, que as bruxas (as verdadeiras, as más) iriam no decorrer de junho e julho, cantar noutra freguesia. Mas nada disso. Aí estão elas, e não parece que um remédio para neutralizá-las já tenha sido encontrado. Achei então que eu deveria inventar. Com surpresa, até para mim mesmo, creio que consegui! Pare ser exato, propriamente não o inventei. Ele existe no mundo desde a mais remota antiguidade, mas não foi eficaz contra as bruxas. Trata-se do que se costuma considerar, sem razão, como uma coisa fantasiosa: estou falando da UTOPIA! Um remédio fantástico, não fantasioso. (José Mindlin, “Ensaio Contra as Bruxas” – Scientific American Brasil, ano 2, nº 15, pág. 09)
35. Cada vez mais, os sprays contra insetos integram a rotina de verão de muitos lugares, graças também ao vírus do Nilo. Quem quiser saber o que está borrifando pode consultar o rótulo do produto. Mas nem uma leitura cuidadosa do rótulo deixa você a par da história toda. (“Ingredientes Secretos”,

Scientific American Brasil, ano 2, nº 15, pág. 12)

36. A maioria dos componentes “inertes”, que muitas vezes constituem até 90% do pesticida, não aparece na lista do rótulo. Apesar disso, podem ser quimicamente ativos. Uma substância que não aparece no rótulo do pesticida Dibrom, por exemplo, é a naftalina, que pode causar câncer e problemas de desenvolvimento em crianças expostas a ele. (“Ingredientes Secretos”, Scientific American Brasil, ano 2, nº 15, pág. 12)
37. A lenda do pau: desconfiamos que alguns homens espalham lendas a respeito de seus membros. Certa vez, tive um pretendente que nem era lá essas coisas. E depois que tudo estava terminado, choquei. Corria uma lenda na cidade que ele tinha um pau enorme. Tamanho GG. Uma lenda falsa!!!!!!!!!! (Conversê de paus, Jô Hallack, 02 Neurônio)
38. Alguém já disse que, no Brasil, a classe média e a classe alta se acostumaram a pensar nos pobres como lixo. No mínimo, um obstáculo, um incômodo, uma atrapalhação –estariamos em plena Bélgica se eliminássemos a Índia.(FSP, Marcelo Coelho, Um debate Irreal. 19/11/2003)